



**ECONOMIA SOCIAL,  
PILAR DE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUSTENTÁVEL**

---

Ilda Helena Martins de Oliveira

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade  
para a obtenção do Grau de Mestre em Auditoria

Orientada por Dr.<sup>a</sup> Alcina Portugal Dias

Porto, Março 2012





**ECONOMIA SOCIAL,  
PILAR DE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUSTENTÁVEL**

---

Ilda Helena Martins de Oliveira

Orientada por Dr.<sup>a</sup> Alcina Portugal Dias

Porto, Março 2012

## **Resumo**

A atual grave crise económica e social tem levantado questões acerca da necessidade de remodelação do modelo presente. A Economia Social é uma realidade que se tem vindo a afirmar com crescente importância económica e social nas nossas sociedades, sendo vista por alguns autores e entidades como um dos pilares num novo modelo económico sustentável.

O objetivo do trabalho é avaliar o papel e potencial da Economia Social, dando particular relevo ao caso Português, após um enquadramento mais global. Apesar da falta de dados concretos e atuais sobre o peso da Economia Social em Portugal, é assumido que esta adquire menores proporções comparativamente com outros países europeus, como a França ou Finlândia. Esta dificuldade relacionada com os dados existentes impulsionou o desenvolvimento de um estudo prático neste trabalho, que incluiu uma amostra de dez associações mutualistas.

O peso da Economia Social será já significativo no País, podendo no entanto ser largamente potenciada e beneficiada, se obstáculos atuais como a baixa visibilidade, pequena dimensão, falta de apoio social e incentivos fiscais, insuficiente nível de cooperação com o Estado, entre outros, forem ultrapassados. As correlações realizadas entre as opiniões de diversos autores, dados concretos obtidos no estudo experimental e os existentes a nível oficial ou não oficial, de âmbito nacional ou internacional, permitem afirmar com maior certeza que a Economia Social é um modelo com base num desenvolvimento económico mais transparente e promotor da criação de emprego, viabilizando uma ética na gestão e na comunicação e privilegiando o desenvolvimento sustentável como um todo, em detrimento do individual.

No caso Português, o corte dos gastos públicos e a desresponsabilização por parte do Estado, em vários setores, aumentará o desemprego e provocará uma queda na acessibilidade e qualidade dos serviços públicos, nomeadamente na área da saúde, levando a que a Economia Social assumira um papel tanto de complementaridade aumentada, como de alternativa, dados os serviços prestados, infra-estruturas disponibilizadas e baixos preços praticados.

Palavras-Chave: Economia Social; Sustentável; Desenvolvimento; Alternativa.

## **Abstract**

The current severe economic and social crisis has raised questions about the necessity of remodeling the present model. The Social Economy is a reality that has gained economic visibility and social importance in our society, being seen by some authors and organizations as one of the pillars of a new sustainable economic model.

The objective of this thesis is to evaluate the role and potential of Social Economy, with particular emphasis on the Portuguese case, after a more global overview. Despite the lack of concrete data and current information about the weight of the Social Economy in Portugal, it is assumed that it assumes smaller proportions compared with other European countries such as France or Finland. The difficulty associated with existing data stimulated the development of a practical study in this work, which includes a sample of ten mutual associations.

The obtained results allow correlating mean values, opinions and ideas with those described in the literature review chapter. The weight of the Social Economy in the country should be already significant, although Social Economy can be greatly enhanced if current obstacles such as low visibility, small size, lack of social support and financial incentives, lack of cooperation with the state, among others, are overcome. The correlations between the views held by different authors, concrete data obtained in the experimental study and the existing official or unofficial, national or international data, allow us to state with greater certainty that the Social Economy is a model based on a more transparent economic development and job creation promoting, that enables an ethical management and communication and focus on sustainable development as a whole over the individual.

In the Portuguese case, the public budget cuts along with the a reduction of responsibility from the state, in various sectors, will increase unemployment and cause a drop in accessibility and quality of public services, mainly in the health sector, giving the Social Economy a chance to take a leading role both as complement as an alternative, given the services, infrastructure offered and low prices provided.

Keywords: Social Economy; Sustainable; Development; Alternative.

## **Dedico esta Tese...**

... ao Presidente da Associação onde trabalho, Sr. António Santos Reis, que desde o primeiro dia e que já se passaram 15 anos, sempre me apoiou e incentivou durante o meu percurso profissional e académico.

## **Agradecimentos**

Este trabalho é fruto da colaboração de várias pessoas. Todas elas auxiliaram, com contributos diferenciados, mas sem os quais este estudo não chegaria a este resultado.

Agradeço, especialmente às seguintes pessoas:

À minha orientadora, Dr.<sup>a</sup> Alcina Portugal Dias, por ter sido a impulsionadora de realizar o curso de Mestrado, pois não o iria fazer para já, e cujo apoio e incentivo me auxiliou na realização desta Tese.

Aos meus colegas de trabalho que sempre me apoiam desde o início do meu curso académico e sempre com ideias e sugestões para os trabalhos que realizei.

Ao Presidente do Conselho Fiscal da “A Beneficência Familiar” Dr. Carlos Jorge Silva por ter sido o incitador para o tema desta Tese.

A todos os meus amigos aos quais, durante o curso académico, não dei a atenção devida e que sempre me apoiaram ao longo deste percurso.

Em especial ao Helder, incentivador de todas as horas, aos meus pais, irmã, cunhado e afilhado.

Às colegas de curso em especial à Sandra Georgina e Sofia Bruno.

A todos os entrevistados, que disponibilizaram parte do seu tempo para a instrução deste estudo.

## **Abreviaturas**

BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CIRIEC - *Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative*

CNIS - Confederação Nacional de Instituições Sociais

CNP - Contas Nacionais Portuguesas

FENACERCI - Federação Nacional das Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas

GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial

HIV - Vírus da imunodeficiência humana

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

ICNPO - International Classification of Non-Profit Organizations

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituições Particulares de Segurança Social

ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

ISFL - Instituição sem fim lucrativo

ISFLSF - Instituição sem fim lucrativo ao serviço das famílias

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização Nações Unidas

PIB – Produto Interno bruto

RSE – Responsabilidade Social das Empresas

RSE Portugal - Associação Portuguesa para a Responsabilidade Social das Empresas

UE – União Europeia

UM - União das Mutualidades Portuguesas

UMP - União das Misericórdias Portuguesas

## Índice

Introdução.....	1
Enquadramento .....	1
Motivação e Objetivos .....	2
Estrutura.....	3
Capítulo I.....	5
Revisão da Literatura.....	5
1. O Conceito de Estado-Providência .....	6
2. Debates conceituais.....	11
2.1. Terceiro Setor – Termo demasiado abrangente?.....	12
2.2. Os conceitos de Economia Solidária e Economia Social.....	17
3. Implementação da Economia Social e da Economia Solidária na Europa .....	19
4. A Experiência Quebequiana .....	22
5.1. A Dimensão da Economia Social em Portugal .....	31
6. O Exercício da Responsabilidade Social das Empresas .....	41
6.1. O Exercício da RSE e o seu Impacto na Economia Social .....	46
Capítulo II.....	48
Estudo Experimental.....	48
1. Metodologia .....	49
1.1. Enquadramento e Objetivos .....	52
1.2. Universo de pesquisa, Recolha e Tratamento dos dados .....	54
2. Resultados.....	56
3. Discussão dos resultados .....	66
Capítulo III .....	69
Conclusão .....	69
Capítulo IV .....	76
Bibliografia.....	76
Anexos.....	82
I- Informação Recolhida .....	i

## Índice de figuras

Figura 1: Uma visão sobre os três setores	15
Figura 2: Sistemas integrados. Papel de cooperação íntima do Governo com o <i>Chantier</i>	24
Figura 3: Dados da Economia Social do Quebec em 2002	25
Figura 4: Distribuição Global das maiores 300 cooperativas do Global 300 Report	32

## Índice de tabelas

Tabela 1: A distribuição das 100 maiores organizações cooperativas do mundo por países	32
Tabela 2: As 20 maiores cooperativas do mundo de acordo com o seu lucro em 2008	33
Tabela 3: Número de associações em que os cidadãos europeus estão envolvidos (%)	33
Tabela 4: Bancos de poupança e Caixas Económicas no final de 2006	34
Tabela 5: Evolução da distribuição do número de cooperativas por área de atuação	38
Tabela 6: Exercício da RSE e o impacto na gestão das organizações da Economia Social	47
Tabela 7: Métodos de análise	49
Tabela 8: Distribuição das associações mutualistas, associados residentes e população residente por distritos	53

## Índice de gráficos

Gráfico 1: Fases do estudo desenvolvido pelo INE e pela CASES	35
Gráfico 2: Universo das ISFL	35
Gráfico 3: Emprego nas ISFL (quotas relativas aos postos de trabalho)	35
Gráfico 4: Resultados sobre o peso da Economia Social em Portugal nas fases já finalizadas	36
Gráfico 5: Distribuição Geográfica das organizações entrevistadas	55
Gráfico 6: Número de associados por organização	56
Gráfico 7: Quotização do número de associados segundo 4 grupos	56
Gráfico 8: Raio geográfico de intervenção das 10 organizações mutualistas	57
Gráfico 9: Número de instituições com menos ou mais de 10 elementos na direção	57
Gráfico 10: Número de colaboradores (não inclui os membros da direção) por organização	58
Gráfico 11: Quotização do número de colaboradores segundo 3 classes	58
Gráfico 12: Número de colaboradores, incluindo atividades liberais e voluntários (não estão contabilizados os membros da direção) por organização	59
Gráfico 13: Quotização segundo 3 classes do número de colaboradores, incluindo atividades liberais e voluntários	59

Gráfico 14: Número de acordos/protocolos estabelecidos com outras instituições (privadas ou públicas) por organização	60
Gráfico 15: Quotização do número de acordos/protocolos segundo 3 classes	60
Gráfico 16: Distribuição das organizações segundo o número de imóveis que possuem (inclui sede)	60
Gráfico 17: Distribuição do número de organizações segundo as modalidades de fontes de receita financeira	61
Gráfico 18: Modalidades disponibilizadas pelas associações mutualistas aos seus associados	62

# Introdução

## **Enquadramento**

O momento difícil que o nosso País atravessa de uma crise de dimensões até há pouco tempo inimagináveis, traduz um quadro de tonalidades financeiras, económicas e sociais que ultrapassam, em muito, a mera conjuntura, para se focalizar numa expressão perfeitamente transversal, que varre o País, os cidadãos, as empresas, as organizações, tudo pondo em causa e obrigando a projetar um outro quadro que se pretende de renovação, de reestruturação, de afirmação, mas, sobretudo, de sustentabilidade e esperança (António Santos Reis, Presidente da Direção “A Beneficência Familiar” – Associação de Socorros Mútuos).

Tópicos de debate têm emergido, como a necessidade de uma maior e mais rigorosa regulação económica, a necessidade de amenizar a ganância e o individualismo para voltar a economia de trabalho para o desenvolvimento social e humano, e a realização de progresso económico com foco importante na sustentabilidade social e ambiental.

Críticos do capitalismo afirmam que as crises financeiras recorrentes do modelo capitalista podem ser encaradas como um sintoma de falha sistémica grave, sendo necessária a remodelação profunda e refletida do sistema de capitalismo atual, ou até mesmo a introdução de um novo sistema económico (Davidson 2008). Argumentam que o novo sistema a implementar deve fazer mais do que socializar o mercado económico - o mercado e o sistema produtivo a implementar deve apoiar, sustentar e ajudar no desenvolvimento humano e social, na igualdade e comunhão coletiva, assim como na preservação ecológica.

Esta necessidade de remodelação fornece uma oportunidade para uma avaliação pertinente do papel atual e do potencial da chamada Economia Social.

A Economia Social é uma realidade que se tem vindo a afirmar com crescente importância económica e social nas nossas sociedades, sendo considerada vital num cada vez maior número de países. Na Europa, a União Europeia tem vindo a reconhecer um papel socioeconómico cada vez mais importante no que respeita à Economia Social, promovendo um vasto número de iniciativas de apoio e suporte a esta (CIRIEC, 2007).

Em Portugal, apesar dos dados estatísticos e estimativas mostrarem um peso muito inferior da Economia Social, comparativamente ao que esta assume em muitos outros países do mundo, é-lhe reconhecida um papel importante no que diz respeito ao auxílio nas políticas sociais, à prestação de serviços sociais e à criação de emprego.

De fato, os dados estatísticos acerca da presença da Economia Social no país são escassos, relativamente antigos e muitas vezes inconsistentes. É de prever que sejam obtidos dados atuais e confiáveis em 2012, dado o protocolo estabelecido entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES).

Este acordo vem no seguimento do reconhecimento por parte do Estado do importante papel desempenhado pela Economia Social ao longo dos últimos anos. De acordo com Helena André, Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social em Abril de 2011, “os resultados obtidos em 2012 irão revelar que a economia social tem um peso muito importante e muito diversificado em toda a nossa economia”. A Ministra defendeu ainda que as organizações e instituições que trabalham no setor da economia social são fundamentais, não só para promover a coesão social, como também para ajudar a “conhecer exatamente as necessidades que existem ao nível do território dada a sua proximidade às pessoas”, além de que “em momentos de crise económica com consequências na sociedade é muito importante podermos contar com o apoio, a ação e a capacidade de inovação, com a capacidade de empreender destas organizações que estão perto do terreno e perto dos problemas e das soluções”.

### **Motivação e Objetivos**

A Economia Social tem assumido um papel de crescente importância nestas últimas décadas, sendo vista por alguns autores e entidades como um dos pilares num novo modelo económico sustentável.

Foi motivação para o presente trabalho o fato de a autora ser funcionária desde longa data numa Instituição sem fins lucrativos - “A Beneficência Familiar”- Associação de Socorros Mútuos, com Sede Social na cidade do Porto - e o fato de conhecer e reconhecer desde longa data a importância e o potencial da Economia Social.

O presente estudo visa aproveitar a oportunidade de contribuir para divulgação de temática tão importante, como é a Economia Social, expondo a importância e o grande potencial desta. A realização do estudo prático que se inclui neste trabalho, visa correlacionar os dados obtidos com a informação disposta no capítulo de revisão bibliográfica, bem como servir como um indicador atual (dada a escassez de dados recentes) em termos da importância e do nível de envolvimento das organizações da Economia Social com a sociedade onde se inserem, das vantagens que apresentam, dos obstáculos que encontram.

### **Estrutura**

Esta dissertação está organizada em 3 capítulos principais.

O primeiro capítulo prende-se com a revisão da literatura abordando tópicos como a evolução enquanto conceito e experiência, acerca da temática da Economia Social na Europa, particularmente em Portugal, o estado atual e importância da Economia Social no nosso país. Serão debatidos ainda conceitos como os de Terceiro Setor, muitas vezes empregado como sinónimo de Economia Social, para designar as organizações sem fins lucrativos, as noções de Economia Social e de Economia Solidária, que à luz da corrente de pensamento francófono são conceitos distintos, e a noção e exercício da Responsabilidade Social das Empresas, que é um bom exemplo de como o privado se pode estender até ao social em ações diversas, sem entrar em contradição com a sua própria natureza, contribuindo ainda para o desenvolvimento sustentável local.

Procede-se à recolha de informação estatística, proveniente de diversas fontes, referente ao Terceiro Setor, apurando que a Economia Social em Portugal assume menores proporções comparativamente com países como a França, Suécia ou Finlândia.

O segundo capítulo caracteriza-se pela realização de entrevistas a associações mutualistas enquanto universo de pesquisa e amostra. A partir de entrevistas realizadas a dirigentes das estruturas de cúpula destas organizações e devido à escassez de dados estatísticos recentes, é realizado um estudo experimental, cujos resultados permitirão refletir e concluir acerca da importância, potencial, vantagens e limitações de Instituições da Economia

Social neste vasto setor da sociedade em que estamos inseridos (permanecendo ciente das limitações do estudo, nomeadamente no que diz respeito ao tamanho da amostra).

Descrevem-se as hipóteses testadas, define-se a metodologia e apresentam-se as fases envolvidas, passando pela seleção da amostra, neste caso o universo, como pela elaboração e lançamento do questionário e respetivo tratamento e análise de dados obtidos. Ainda neste capítulo dá-se ênfase à discussão dos resultados obtidos, refletindo-se acerca das limitações do estudo realizado, cumprimento dos objetivos previstos, e comparação dos dados tratados com a informação selecionada e posicionada no capítulo de revisão bibliográfica.

No terceiro capítulo, sendo o objetivo deste trabalho demonstrar a importância e o potencial da Economia Social, não fazia sentido se não se reservasse obrigatoriamente na parte final do trabalho uma área de reflexão, discussão e conclusões do mesmo.

---

## Capítulo I

### Revisão da Literatura

## 1. O Conceito de Estado-Providência

A expressão “Estado-Providência” é de origem francesa, e considera-se o equivalente ao conceito de “Welfare State” britânico, que se traduz para a língua Portuguesa em “Estado de Bem-Estar”. Este conceito político de Estado-Providência veio substituir o conceito de Estado Liberal (Ferreira, S. 2000).

Na noção de Estado Liberal, o Estado teria apenas o papel de criar as condições necessárias ao livre exercício dos direitos naturais dos cidadãos (cada indivíduo deveria saber escolher as suas próprias necessidades e o modo mais eficaz de as satisfazer) e deveria abster-se quanto a qualquer conduta que pudesse perturbá-lo, confinando-se às simples funções judiciais e de defesa. Rapidamente se verificaram problemas graves e crescentes nesta “arquitetura política”, que com o início da Primeira Guerra Mundial, mostrou sinais de falência e de ineficácia tremenda, pondo a descoberto as graves carências na prestação de serviços públicos, as elevadíssimas taxas de desemprego, o emprego precário e miséria. A agitação político-social, a crise económica profunda e a Segunda Guerra Mundial, levaram a que se não pudesse assumir o Estado e a Sociedade como entidades praticamente autónomas.

Surgiu então o modelo de intervencionismo do Estado no contexto social, proposto pelo solidarismo de Léon Bourgeois. Nos anos trinta, recebeu o impulso das teses de John Keynes e nos anos quarenta ficou conhecido como o “État de Bien Être” - Estado de bem-estar social. Depois da II Guerra Mundial, com o triunfo do *keynesianismo* e na sequência do relatório de *Beveridge* (“The Beveridge Report”<sup>1</sup>), deu-se a criação de modelos de planificação indicativa e esboçou-se um intervencionismo do Estado aumentado, não se limitando à criação de serviços sociais.

---

<sup>1</sup> O economista e reformista social britânico William Henry Beveridge (1879-1963) elaborou em 1942 o “The Beveridge Report”, visando libertar o homem da necessidade. Propôs, assim, que todas as pessoas em idade de trabalhar deveriam pagar uma contribuição semanal ao Estado. Esse dinheiro seria posteriormente usado como subsídio para doentes, desempregados, reformados e viúvas. Os subsídios deveriam então tornar-se um direito dos cidadãos, em troca de contribuições, em vez de pensões dadas pelo Estado.

Desta forma de organização político-social significativamente influenciada por Keynes (1936) surge uma resposta à questão social vivida na época como uma tentativa de conciliar a dinâmica da acumulação capitalista e a preservação de um conjunto de regras e de convenções que protegem o corpo social dos seus efeitos mais perniciosos.

De referir ainda, que com o fim de governos caracterizados por doutrinas totalitárias como o fascismo e o nazismo, e com a hegemonia dos governos sociais-democratas e do eurocomunismo, amplificou-se a conceção da existência de direitos sociais indissociáveis do cidadão.

O Estado-Providência criado apresentava-se então como intervencionista na orgânica e no funcionamento da sociedade, modelador, planeador, regulador e conformador da vida económica e social (Rosanvallon, P. 1995).

O Estado estendia-se a quase todos os ramos da vida económica e social, desde a organização das forças militares e militarizadas até à conservação do património cultural imobiliário e artístico, passando pelo ensino, formação e educação, pelos transportes, pelas comunicações, pelo abastecimento de água e energia, pelo saneamento básico e a salubridade pública, pela construção da rede de estradas e demais vias de circulação, pela racionalização e organização dos serviços de comercialização, pelo regular abastecimento de bens essenciais agrícolas e industriais, pelo controlo e vigilância das fronteiras, pelo incentivo à exportação e ao turismo, pelo crédito às atividades industriais e comerciais e aos consumos sociais, pela regulação e fiscalização das relações laborais, pela saúde pública, pelo controlo das atividades económicas e das importações, pelo povoamento florestal, pelo reordenamento agrícola e por um sem número de outros setores e serviços destinados à satisfação de tantas necessidades coletivas e, até, individuais (Cardoso 2002).

Devido a problemas, como por exemplo a taxa de inflação crescente, proporcionou-se um crescente número de privatizações, o que levou ao aparecimento da expressão “Estado de Mal-Estar” que ironicamente pareceu sobrepor-se à expressão do “Estado de Bem-Estar” e ao surgimento de reações neoliberais originárias da *Mont Pelerin Society*, associação com ideias firmadas nas teorizações e no panfletarismo de Hayek (1980) e de Röpke, W. (1963).

Estes autores neoliberais referem que a crise de governabilidade é provocada pelo excesso de intervenção e controlo estatal sobre as empresas e economia, ou seja, o excesso de intervenção estatal afeta a eficiência produtiva das empresas, da mesma forma que o excesso de interferência empresarial sobre o governo afeta a eficiência distributiva do mercado para o Estado.

Entre estas e outras críticas, sugestões de abandono ou de reformulação do modelo atual, é incontestável a crise económica, política e social atual do “Estado de Bem-Estar” implementado.

Analisando a intervenção do Estado na sociedade francesa e inglesa, alguns politólogos, como Giddens (1998), definiram três fases de implementação do Estado Providência: a experimentação, a consolidação e a expansão. Há no entanto uma divisão mais consensual de divisão do Estado-Providência em diferentes fases ou períodos, são elas: fase de formação, fase de consolidação, fase de crise e fase pós-crise. (Midgley, 1997 e Mishra, 1995).

O período de formação, durante o século XIX, corresponde à assunção pelo Estado de responsabilidades na proteção social das suas populações, que se liga à própria formação do Estado moderno. Caracteriza este período uma luta de classes que opõe comunismo e capitalismo, especialmente marcada nos anos 20 e 30, reflexo da reação das classes operárias aos efeitos sociais da industrialização.

A fase de consolidação começa após a Segunda Guerra, e marca sobretudo os anos 50 e 60, coincidindo com um período de rápido crescimento económico em muitos países do mundo e de expansão dos programas sociais visível em taxas de crescimento de despesas sem precedentes (Midgley, 1997). Trata-se do período do consenso social-democrata, baseado em ideias como o crescimento económico auto-sustentado e o pleno emprego, cuja base é o *keynesianismo*.

Um terceiro período, o de crise, tem início na década de 70 e dura segundo (Mishra, 1995) até ao final da década de 90. Por um lado, os Estados necessitavam de reduzir o nível de despesas sociais, por outro, os problemas económicos crescentes, levavam à deterioração das condições sociais, que se traduziam no aumento da taxa de desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais. A necessidade de fazer face a estes problemas sociais levava a um aumento da gravidade dos problemas económicos já existentes.

A 4ª fase, denominada de pós-crise (Mishra, 1995), corresponde ao questionamento de muitas das premissas fundamentais do período anterior, e em especial da referente à necessidade, eficácia e eficiência da intervenção do Estado, quer na sociedade, quer na economia. Este período foi inaugurado com os governos de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos da América, em que o Estado-Providência *keynesiano* "foi relativizado como paradigma da sociedade capitalista avançada" sendo progressivamente descredibilizado.

Em resposta à acentuada crise vivida, têm então como já referido, ocorrido transformações, reformulações por toda a Europa do Estado-Providência, justificadas pelas alterações económicas, demográficas, sociais e do mundo laboral nos últimos anos e que têm originado um aumento da exigência relativa às formas e ao nível de eficácia de intervenção social do Estado, com impacto significativo nas pressões orçamentais e na sustentabilidade económica dos sistemas de provisão do bem-estar social, como refere José Pereirinha (2008). Um exemplo de reformulação do Estado-Providência relaciona-se com a sustentabilidade da segurança social, onde a evolução demográfica não é favorável à fácil resolução da problemática. Têm vindo a ser notórias também transformações do conceito de Estado-Providência, com as tendências crescentes de privatizações, descentralização e territorialização das políticas sociais. No momento presente não é ainda claro se nos encontramos perante um novo período do Estado-Providência ou na reformulação de algumas premissas basilares.

Fruto dessas tendências crescentes, do maior espaço de crescimento existente, dos problemas crescentes como a pobreza e a exclusão social e outras mais necessidades da sociedade, começa-se a ouvir falar cada vez mais das instituições juridicamente pertencentes à Economia Social, à medida que o seu papel cresce na sociedade. Como refere José Pereirinha (2008), as razões pelas quais as transformações estão a ocorrer, devem-se à necessidade de uma maior eficácia na intervenção pública e uma maior eficiência na provisão de bem-estar nos vários domínios, constituindo, por outro lado, formas de resposta às restrições financeiras que, de forma crescente, o Estado tem encontrado para desempenhar as suas funções sociais.

Neste contexto, ganha nova expressão o papel da sociedade civil para a realização dos direitos e proteção de riscos sociais. A emergência da exclusão social e a crescente taxa de pobreza, enquanto problemas sociais que, na sua dimensionalidade múltipla, captam os processos sociais dinâmicos de empobrecimento ou desqualificação social e quebra de laços sociais, constitui uma motivação para o desenvolvimento de novas concepções de política social, de promoção de novas categorias de direitos, de novos enfoques de orientação da política social.

A Economia Social, segundo Manuela Silva (2008), permite-nos ir ao encontro dos problemas com que a economia capitalista contemporânea se depara, como o desemprego, as desigualdades sociais e a ineficácia do mercado em satisfazer vários segmentos da população, além de poder auxiliar em larga medida nas debilidades existentes a nível dos sistemas de segurança social, impotência do Estado em sobreviver num contexto de globalização económica, e fenómenos demográficos, como os problemas provocados pelo envelhecimento da população, baixa natalidade e fluxos migratórios em larga escala.

Diversas correntes de pensamento, publicações quer por parte de autores de renome, quer por parte de diversas entidades reconhecidas como a OCDE (“The Social Economy. Building inclusive Economies, Antonella Noya e Emma Clarence”, 2007), ou pelo “Chantier de l’Economie Sociale do Quebec” (referência no campo da Economia Social e Solidária), mostram um elevado potencial, o qual se tem expandido com a convicção de que a Economia Social e Solidária pode desempenhar um papel de relevo no crescimento económico com objetivos de desenvolvimento sustentado e inclusão social que são, cada vez mais, uma exigência das sociedades democráticas.

É cada vez mais frequente vermos referências ao conceito de “Welfare Mix” (que poderemos traduzir por “pluralismo providencial”), como designação alternativa ao conceito de “Welfare State” ou “Estado-Providência” (Martin Powell, 2004). Segundo, José Pereirinha (2008), esta alteração conceptual reflete o fato de hoje o Estado-Providência ser cada vez mais uma realidade plural. De um modo bastante generalizado, encontramos o Estado a garantir a provisão do bem-estar conjuntamente com o Mercado, numa conjugação de natureza variável nas suas formas, intensidade e dinâmicas de transformação.

Assistimos também a várias modalidades de atuação do Estado conjuntamente com um setor – expressões para este setor “Terceiro Setor” ou “Economia Social” (termo discutido mais adiante no trabalho), que não é Estado (ainda que assuma formas não mercantis de atividade) nem Mercado (ainda que assuma, em muitos casos, forma empresarial).

## **2. Debates conceituais**

Este capítulo tem como objetivo fornecer uma análise conceptual de termos utilizados neste trabalho, estabelecendo relações, evoluções e fronteiras de e entre significados conceituais particulares, como os de “Terceiro Setor”, “Economia Social” e “Economia Solidária”. Estas designações são formas de designar uma realidade que se tem vindo a afirmar com crescente importância económica e social nas nossas sociedades, sendo discutível qual delas é a designação mais adequada.

As designações variam de país para país e as variações estão longe de serem meramente terminológicas, refletindo histórias e contextos sociopolíticos diferentes. Em França é tradicional a designação de Economia Social, nos países anglo-saxónicos fala-se de Setor Voluntário, Terceiro Setor e de Organizações não lucrativas, enquanto nos países do chamado Terceiro Mundo domina a designação de Organizações não governamentais (Filho 2002).

Talvez o conceito de Terceiro Setor seja o utilizado frequentemente na sociedade, quer no plano nacional Português, como no plano internacional. Segundo Filho (2002), a vulgarização do conceito e o enquadramento menos correto de um vasto número e tipo de organizações neste setor não acontece sem motivo. O conjunto tão amplo de organizações que não se podem enquadrar diretamente no setor privado (fins lucrativos) nem no setor público (Estado), leva a que o conceito “Terceiro Setor” adquira uma abrangência tão ampla, que se sobrepõe a outros conceitos relacionados, como os de “Economia Social” e “Economia Solidária” segundo alguns autores, como Filho e Laville. Esta percepção, que é usual, dificulta a compreensão do significado individual de cada um dos conceitos, e como estes se dispõem.

Filho (2002), indo de encontro a Laville (2000, 2005), refere que de fato, existem diferenças entre os conceitos “Terceiro Setor”, “Economia Social” e “Economia Solidária”, não dependentes apenas dos contextos sociopolíticos onde emergiram, mas também justificadas pela falta de consenso entre autores e organizações na sua definição individual, e em interpretações distintas acerca do papel atual e futuro (potencial) que desempenham essas práticas e/ou iniciativas na sociedade, nomeadamente, no posicionamento e relação com outras esferas do Estado e do mercado.

A falta de *guidelines*, de definições universais, e a evolução não convergente dos diferentes conceitos de origens sociopolíticas e históricas distintas, leva a que para uma correta compreensão das diferenças entre os conceitos se tenha de pedir ao leitor uma noção clara da vinculação dos conceitos aos seus contextos específicos de realidade.

A seguir segue-se uma descrição dos conceitos de Terceiro Setor, onde se ilustra as suas raízes, a sua expansão internacional como expressão e os problemas que alguns autores, nomeadamente Europeus, colocam nessa expressão. Posteriormente tentar-se-á distinguir, à luz da corrente de pensamento francófona Economia Social e Solidária, termo que é utilizado de forma mais ou menos sinónima em relação à terminologia, em várias regiões do mundo.

## **2.1. Terceiro Setor – Termo demasiado abrangente?**

O termo “Terceiro Setor” é herdeiro de uma tradição anglo-saxónica, particularmente influenciada pela ideia de filantropia (amor à humanidade). Essa abordagem identifica o Terceiro Setor como o universo das organizações sem fins lucrativos (Laville 2004).

As organizações do Terceiro Setor podem também ser vistas como pertencentes ao conjunto de organizações que apoiam o Estado-Providência. Segundo Santos (2000), o aparecimento, reaparecimento ou o destaque crescente do Terceiro Setor na economia e sociedade tem sido amplamente discutido e surge frequentemente ligado à crise do Estado-Providência.

Pestoff (1998) afirma que o conceito de Terceiro Setor é uma convenção que resume um conjunto diverso de organizações formais que não são nem entidades governamentais nem empresas lucrativas sendo, portanto, definido em termos relacionais pela sua posição relativamente aos outros dois setores.

O Terceiro Setor distingue-se do Estado porque não fornece serviços públicos ou obrigatórios, e distingue-se do mercado porque não fornece serviços com fins de lucro, ao mesmo tempo que se distingue do setor informal porque se encontra formalizado em organizações.

O Terceiro Setor pode assumir várias designações - Terceiro Setor, Setor Voluntário, Setor não-lucrativo, Economia Social - que com menor ou maior amplitude convergem para um conjunto semelhante de organizações.

A designação de Terceiro Setor teve origem nos Estados Unidos (Poirier, Y. 2008), nos anos 70, e traduz a tentativa de afirmação das próprias organizações. Ao contrário da terminologia maioritariamente usada nos Estados Unidos, este conceito permite abranger as cooperativas e mutualidades.

Setor Voluntário (*voluntary sector*) é um termo usado comumente no Reino Unido. Enfatiza a falta de coerção na adesão às organizações ou participação e o papel dos voluntários e tende a privilegiar a forma associativa e a excluir as cooperativas e as mutualidades, bem como as organizações que, apesar de privadas, são de adesão obrigatória ou possuem uma autoridade legal (Laville 2004).

No formato jurídico, o Setor sem fins lucrativos (*non-profit sector*), é particularmente ligado ao contexto norte-americano, como já referido, no qual a relação com uma tradição de Estado Social não aparece como primordial na sua história. Com o uso do termo, a ênfase fundamental é posta em certas características organizacionais específicas, observadas sob um ângulo de visão funcionalista, tendendo por isso a reportar-se sobretudo às organizações voltadas para o fornecimento de bens e serviços a terceiros (*public benefit organizations*) e excluindo as organizações de membros (*member-benefit organizations*), em especial as que possuem um caráter comercial como as mutualidades e as cooperativas de consumidores e trabalhadores. Exclui também as organizações populares e as organizações religiosas.

Este conceito começou a ser privilegiado nos Estados Unidos a partir dos anos 80, em detrimento de “Setor Voluntário”, “Setor Independente” ou “Terceiro Setor” (Salomon 1992 e 1998). Tal como consideraram Salomon (1992) e Laville (2000a), as organizações do Setor sem fins lucrativos apresentavam cinco características essenciais:

- Formais;
- Privadas;
- Independentes;
- Não devem distribuir lucros;
- Devem comportar um certo nível de participação voluntária.

Ao acrescentarmos a esses cinco traços outros dois – as organizações não devem ser políticas (no sentido restrito do termo, isto é, excluem-se os partidos políticos) e nem confessionais (ou seja, exclui-se qualquer género de organização religiosa) – obtemos a nomenclatura comum de classificação do Terceiro Setor conhecida pela sigla *International Classification of Non-Profit Organizations* (ICNPO). O “Terceiro Setor” pode ser ainda considerado termo sinónimo de “Economia Social” na cultura anglo-saxónica por diversos autores (apesar deste último termo não ser usual) (Salamon 1998). Nesta corrente de pensamento, defendida sobretudo por economistas de inspiração neoclássica é realizada uma verdadeira abordagem específica desse termo, em que sua existência é explicada principalmente “pelos fracassos do mercado quanto à redução das assimetrias informacionais, como também pela falha do Estado na sua capacidade de satisfazer as demandas minoritárias” (Laville, 2000). Nessa perspetiva, o Terceiro Setor aparece como uma esfera compartimentada, suplementar, do Estado e do mercado como se encontra ilustrado e descrito na Figura 1. É, portanto, nessa perspetiva de interpretação que o termo Terceiro Setor aparece em alguns casos, como justificação ideológica da inadequação ou ineficácia do Estado em termos de ação pública.

Filho (2002) menciona a banalização do termo Terceiro Setor, como acima referido, afirmando que esta deve-se também à influência e capacidade de imposição política e cultural do contexto norte-americano aos outros países.

Para Laville (2004), o conceito de Terceiro Setor na Europa não faz muito sentido, já que a relação com o Estado social na Europa é característica de experiências organizacionais e associativistas. Para o autor, a ideia de um Terceiro Setor na Europa implicava o ultrapassar na sua compreensão do Terceiro Setor como um “compartimento suplementar da economia”, para o contemplar como “um elemento que está em interação histórica constante com os poderes públicos”, pois é esta interação constante que está descrita na história Europeia.

Segundo Filho (2002) há uma problemática associada a este conceito de “Terceiro Setor” vista pela perspectiva anglo-saxónica. Esta perspectiva anglo-saxónica propõe a solidariedade sobretudo nos termos da filantropia, que representa apenas uma forma específica de manifestação solidária, o que elimina qualquer possibilidade de compreensão das mais diversas formas de auto-ajuda, de reciprocidade, assim como da própria lógica da dádiva, que são formas comuns de solidariedade.

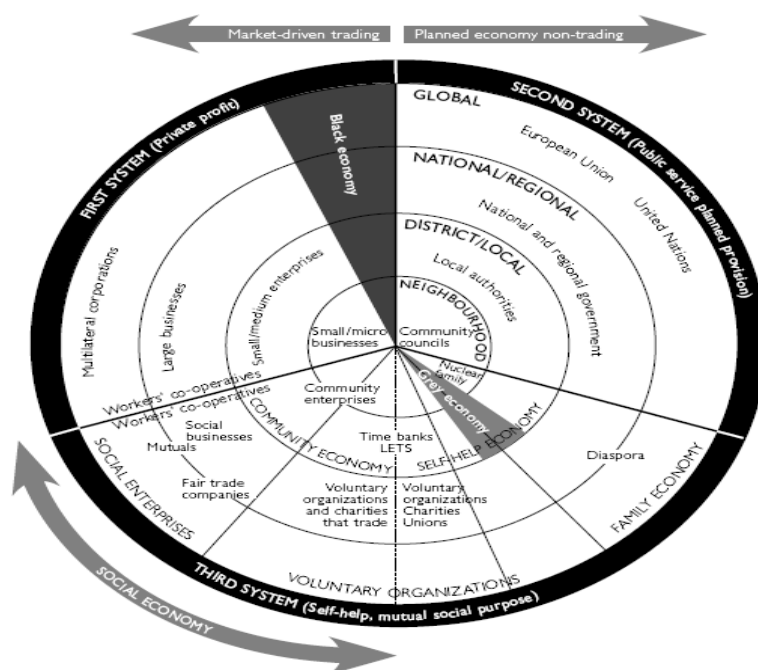


Figura 1: Uma visão sobre os três setores. Estes podem ser descritos como sistemas, que apresentam modelos de gestão económica e social diferente. O setor privado é orientado ao mercado e tem como objetivo o lucro privado, enquanto o setor público é essencialmente não orientado ao mercado, preocupando-se com a prestação de serviços públicos planeados. O Terceiro Setor ou sistema, inclui elementos que têm como característica o fato de serem orientados ao mercado, assim como os que assumem preocupações e papéis relacionados com a prestação de serviços comunitários. Ele é portanto considerado como uma nova esfera, um setor à parte, que se ajusta funcionalmente às duas formas históricas que constituem o Estado e o mercado.

Amin, A. (2009). *The Social Economy: International Perspectives on Economic Solidarity*, Zed Books Ltd, p. 34.

Eme e Laville (2000b) insistem também, na necessidade de ultrapassar a abordagem funcionalista do Terceiro Setor, apresentada pela perspectiva anglo-saxónica, discutindo outras abordagens que atribuem ênfase ao “caráter fundamentalmente aberto, pluralista e intermediário do Terceiro Setor”.

Acima foram apresentadas ideias de autores que de uma forma geral não consideram o uso do termo “Terceiro Setor” muito correto, apresentando argumentações coerentes (aqui foram apresentadas de forma sintetizada). Deve-se ressaltar no entanto, que não há uma definição universal de Terceiro Setor, e o fato de este ser empregue como sinónimo de Economia Social muitas das vezes, não significa que o termo seja inadequado já que os diferentes termos, limites e contextos carecem de clarificação. Por exemplo, como já referido na cultura inglesa e norte-americana, o termo Terceiro Setor faz mais sentido, dada a filosofia de solidariedade filantrópica, sendo que nestes países, os termos “Economia Social” e “Economia Solidária” não são muito usuais.

De acordo com as ideias de José Pereirinha (2006), talvez o mais correto seja considerar que o conceito de Terceiro Setor traduz a abrangência das variadas formas de intervenção, abrangendo sob uma mesma designação, a Economia Social (de tradição francófona) e a atividade das instituições sem fins lucrativos (tipicamente anglo-saxónica).

Se nos referirmos à Economia Social, estaremos a ter uma postura mais específica, pelos princípios que o enformam, de um setor que se pauta pela presença de um conjunto de valores que denota a finalidade social da sua atividade, a ausência da finalidade de lucro na sua atuação, a preocupação pela satisfação de necessidades sociais não satisfeitas pela produção mercantil.

Dada a evolução histórica em Portugal, deste tipo de atividade, que tem ligações à corrente francófona, e apesar de se correr o risco de restrição a um quadro francófono, mais limitado, talvez o termo de Economia Social seja o que se adapta melhor à realidade Portuguesa.

## 2.2. Os conceitos de Economia Solidária e Economia Social

Este texto introdutório tenta fornecer uma panorâmica da definição e relação dos termos Economia Social e Economia Solidária em contextos históricos e sociopolíticos específicos, ressaltando-se mais uma vez, que devido a esses contextos particulares, podem existir diferenças conceituais. O conceito de Economia Social existiu no século XIX, e foi recuperado nos anos 70 com o sentido que lhe foi dado por Charles Gide (1999), sendo um termo bastante utilizado na Europa Continental principalmente em países francófonos.

É um conceito que tem vindo a ganhar relevância na Europa, tendo já sido publicadas definições e/ou tentativas de definições do que é a Economia Social, e quais as organizações que aí se inserem. É do conhecimento e consenso geral que, relativamente aos conceitos de Setor não lucrativo e Setor Voluntário, o de Economia Social pretende ser mais abrangente, incluindo não apenas as associações e fundações, mas também as mutualidades, cooperativas e mais recentemente, outras formas de pequenas empresas lucrativas com fins sociais (*social enterprises*), ainda que limite a forma como os lucros são apropriados. Todavia, o uso do termo não é isento de problemas. Na Alemanha a Economia Social pode significar a economia social de mercado, sendo o equivalente do conceito francês de organizações de benefício público ou de empresas comunitárias.

O conceito de Economia Social não compartimenta as organizações num setor específico, dando sim ênfase às interações entre estas, a sociedade e o Estado-Providência. Contudo, a inclusão de todos estes tipos de organizações tem vindo a fazer com que alguns autores prefiram falar do conceito de Economia Solidária ao invés de Economia Social.

Segundo Cunha (2003), a Economia Solidária é sinónimo de Economia Social em muitos países da Europa, principalmente dos que apresentam tradições cooperativistas e associativistas. Dentro dessas economias sociais, dependendo do estatuto adquirido, elas podem-se denominar associações, mutualidades, cooperativas ou sociedades laborais. Contudo, o conceito de tradição europeia e particularmente francófono - Economia Social – na França demarca-se do conceito mais recente de Economia Solidária, apesar de ambas as noções serem herdeiras de uma tradição histórica comum - enquanto a Economia Social foca a estratégia de produção de rendimento como uma forma de superar a pobreza, a Economia

Solidária encontra-se mais ligada aos instrumentos de luta e resistência dos movimentos sociais.

Existe uma definição de Economia Social proveniente da Comissão Europeia (não existindo ainda uma definição de Economia Solidária), aquando da publicação por parte desta de um Manual destinado a servir de norma para a elaboração das contas das empresas de Economia Social, designadamente cooperativas e mutualidades, com vista a permitir obter dados fiáveis e comparáveis entre os países. O conceito ficou então definido como: “Conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamentos, e em que a distribuição pelos sócios de eventuais lucros ou excedentes realizados, assim como a tomada de decisões, não estão diretamente ligadas ao capital ou às cotizações dos seus associados, correspondendo um voto a cada um deles. A Economia Social também inclui empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de “não-mercado” a agregados familiares e cujos eventuais excedentes realizados não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam.”

Na América Latina por exemplo, os dois termos, “Economia Social” e “Economia Solidária” são utilizados como sinónimos (o termo mais comumente utilizado é “Economia Popular”), sem que isso pareça levantar problemas e questões relacionadas com a produção de riqueza, rendimento e movimentos de luta social (Lisboa 1999).

Os conceitos ainda estão em desenvolvimento e a diferença entre os dois termos está sendo gradualmente esclarecida. Segundo o autor Americano Ethan Miller (2006) a Economia Solidária não constitui um novo setor da economia, sendo sim, uma abordagem global que abrange iniciativas na maioria dos setores da economia. Segundo o autor, a Economia Solidária pode ser considerada muitas vezes, como parte da Economia Social, levando ao que é chamada de "Economia Social e Solidária" (do conceito francês adotado e cada vez mais utilizado "économie sociale et solidaire"). De notar que o conceito de Economia Social e Solidária (em conjunto) é muitas vezes utilizado, fruto também, da dificuldade na definição da natureza das ações (múltiplas, muitas das vezes) de uma organização ou associação.

### **3. Implementação da Economia Social e da Economia Solidária na Europa**

Jean-Louis Laville (2001) disserta sobre a situação da Economia Social e Solidária na Europa, fazendo um recuo histórico que explica as diferentes realidades deste setor, de acordo com os países em estudo. O autor considera dois modelos distintos: o modelo inglês, no qual os organismos caritativos estão ligados à noção de cidadania e filantropia, tendo a caridade como um princípio social; e o modelo francês, marcado pelo igualitarismo republicano e o conceito de solidariedade como um elo social.

A Economia Social foi notória na primeira metade do século XIX na Europa, particularmente na França, surgindo como um movimento associativista operário, que foi traduzido numa dinâmica de resistência popular, fazendo emergir um grande número de experiências solidárias generosamente influenciadas pelo mutualismo, cooperação e associação (Chaves 2006).

Estas ações organizativas surgiram na defesa e na satisfação das necessidades básicas inerentes às novas condições sociais, sobretudo dos problemas de desemprego, exploração no trabalho e exclusão social, na sequência dos problemas sociais provocados pela Revolução Industrial e pelo nascimento do Capitalismo Industrial.

As origens da cooperação, enquanto movimento para a modificação e melhoria das condições económicas e sociais de setores menos desenvolvidos da sociedade são registadas, na primeira metade do século XIX.

Robert Owen (1771-1858), socialista utópico, esboça a visão de um sistema industrial cujo objetivo seria o bem-estar das classes trabalhadoras unidas em associações de cidadãos, e redistribuição equitativa das riquezas (Evers 2000).

Na mesma época, surge o conceito de falanstério, denominação das comunidades intencionais idealizadas pelo filósofo e socialista Charles Fourier (1772-1837), que tinha como característica a repartição dos bens segundo o capital empregue, o talento, paixão e vocação do trabalhador. Segundo Fourier, uma sociedade justa organizada em organizações mutualistas e associações profissionais, permitiria ao indivíduo da sociedade não se encontrar nunca isolado (Evers 2000).

Pierre Proudhon (1809-1865), filósofo e anarquista, crítico radical da propriedade privada, defendia a auto-organização dos trabalhadores e que estas organizações teriam legitimidade para possuir elas próprias os meios de produção. Proudhon foi uma das principais influências sobre a teorização, no final do século XIX e no século XX, de autoadministração dos trabalhadores, também chamada autogestão (Polanyi 1983).

De notar que foram essas experiências associativistas da primeira metade do século XIX, nomeadamente as sociedades de socorro mútuo, que levaram à conceção da ideia de proteção do associado. Esta característica presente atualmente no sistema do Estado-Providência teve assim origem nos movimentos referidos. A partir desta altura deu-se início à discussão do espaço intermédio associado à ocorrência de práticas socioeconómicas e coexistentes com os modos de regulação próprios do Estado e do mercado.

As primeiras ações organizativas promovidas combinavam na sua iniciativa, uma dimensão social, económica e política. Esta dinâmica associativista é alterada ao longo da história, fruto dos interesses da criação de fortes movimentos de especialização e profissionalização, que conseguiram progressivamente o reconhecimento por parte dos poderes públicos, levando à elaboração de quadros jurídicos que conferiram legalidade à existência de certos movimentos associativistas e às suas iniciativas (Chaves 2006). No entanto, com o desenvolvimento e a aparição de espaços jurídicos, a institucionalização deste associativismo afasta-os progressivamente dos seus valores fundamentais.

É nessa dinâmica de fragmentação e especialização que aparecem os estatutos de organização cooperativa, mutualista e associativa.

Segundo Laville (2000), as cooperativas inseriam-se nos interstícios da economia de mercado, ocupando principalmente aqueles “setores de atividade nos quais a intensidade capitalista permanecia fraca”. Submetidas à lógica da concorrência, foram levadas à concentração e à especialização e, por último, à evacuação progressiva de qualquer projeto ou discurso político.

As organizações mutualistas eram quase que integralmente incorporadas na economia não orientada para o mercado, praticada pelo Estado. Foram criadas no início do século XX com o intuito de ajudar as pessoas com velhice ou com incapacidade para trabalhar.

O setor das associações desenvolveu-se segundo Laville (2000) em 3 formas principais: nos regimes social-democratas, desempenharam um papel de pressão social; nos regimes liberais, onde os serviços públicos estão ausentes, tiveram pouca influência; nos regimes cooperativistas, foram aceites como parceiras do Estado. Laville considera que a Economia Social encontra-se na generalidade, bem implantada na Europa, tendo vindo a ser consolidada com o decorrer do século XX. No entanto, considera assim como Filho, que o projeto e discurso político original que estava por detrás deste movimento ignoraram a especialização, a eficiência das organizações, o que levou à perda de dimensão e impacto político. Os autores consideram que a dimensão política foi descurada no processo de consolidação económica.

Assim, a perda de dimensão política leva a que à luz do conceito de Economia Solidária, esta permaneça em segundo plano, assumindo a Economia Social um papel mais importante no século XX, que através da institucionalização acentuada, funciona como um acessório, um apêndice complementar do Estado. Em França, é possível verificar que alguns grandes bancos ou hospitais (designados de cooperativas ou organizações mutualistas) pouco se distinguem na dinâmica de funcionamento de uma empresa pública ou privada.

Como já referido no texto introdutório, na cultura francesa, existe então uma diferença entre os conceitos “Economia Social” e “Economia Solidária”, onde o termo social serve para designar do ponto de vista jurídico, quatro tipos de organizações fundamentais: as cooperativas, as organizações mutualistas, as fundações e algumas formas de associação de grande porte. A Economia Solidária demarca-se desta pela característica de articulação entre as dimensões social económica e política. Segundo Filho (2002), esta característica política já se encontrava presente nos ideais e práticas da Economia Social na sua génese, mas foi mais tarde descurada. Segundo o autor, o projeto atual da Economia Solidária pode ser entendido com uma atualização ou revitalização da Economia Social original, talvez até entendida como uma nova Economia Social.

#### 4. A Experiência Quebequiana

A história do Quebec é rica em experiências e realizações no domínio da Economia Social e Solidária. Tudo começou no século XX com a criação de cooperativas agrícolas, pesqueiras, de poupança e de crédito (Amin, 2009). De 1930 a 1950, houve uma multiplicação de vários tipos de cooperativas, na década de 1960 foi criada uma variedade de organizações dedicadas aos setores da saúde, habitação, educação infantil. Entre 1976 e 1982, verificou-se uma notória expansão das associações comunitárias, que começaram a propor políticas públicas alternativas aos serviços públicos disponibilizados pelo Estado, o que levou a que surgissem um conjunto de ações de Economia Social e Solidária que caracterizam a nova Economia Social descrita por Neamtam (2001) - aquela que ocupa cada vez mais o terreno económico e o espaço tradicionalmente reservado ao setor privado.

A multiplicação notória deste conjunto de ações teve início no desenvolvimento local, em serviços de Economia Social, micro crédito ou inserção socioprofissional.

Numa Cimeira Socioeconómica de 1996, o governo de Bouchard, solicitou ideias e estratégias ao setor privado e à sociedade civil, para a revitalização da economia. Dessa cimeira o governo do Quebec criou um grupo de trabalho que se debruçou sobre o potencial do desenvolvimento de projetos referidos como de Economia Social e Solidária (Favreau 1996). Vinte mil postos de trabalho foram criados em 2 anos e o grupo foi então tornado permanente. Em 1999, é criado o *Chantier de l'Économie Sociale*, uma organização autónoma e sem fins lucrativos, administrada por representantes de redes de empreendimentos coletivos e entidades de apoio à Economia Social e Solidária no Canadá (Amin, A. 2009).

O *Chantier de l'économie sociale* cita cinco princípios chave para distinguir as iniciativas de Economia Solidária:

- Objetivo de servir os seus membros ou a comunidade, ao invés da simples geração de lucros financeiros;
- Ter autonomia de gestão em relação ao Estado;
- Integrar no seu estatuto e na sua forma de conduta, um processo de gestão e decisão democrática, envolvendo os utilizadores e os trabalhadores;

- Defender, como prioridade, as pessoas e as suas habilidades de trabalho em relação ao capital, na distribuição de receitas e excedente;
- As suas atividades são baseadas em princípios de participação ativa e responsabilidade individual e coletiva;
- Dado que a Economia Social e Solidária abrange o conjunto dos movimentos cooperativos, mutualistas e de associações, esta pode ser desenvolvida em todos os setores que atendam às necessidades da população.

Atualmente, o *Chantier de l'Économie Sociale* reúne promotores de empresas de Economia Social e Solidária que atuam em diversos meios (ambiente, serviços, tecnologia, lazer, habitação, recursos naturais, infância, etc), líderes dos Centros Locais de Serviços Comunitários, das Corporações de Desenvolvimento Económico Comunitário e representantes de movimentos sindicais, sociais, comunitários, cooperativos, ecologistas e feministas, representantes de instituições financeiras, entre outros, sendo o seu Conselho de Administração composto por 29 membros, todos representantes dos diversos segmentos da Economia Social e Solidária (Neamtan, N. 2009).

O *Chantier de l'Économie Sociale* recebe as propostas de cada grupo de cada setor de atividade e apresenta-as ao governo. A capacidade de a Economia Social e Solidária falar a uma só voz tem aumentado significativamente a sua capacidade política, sendo considerado o *Chantier* nos últimos anos um parceiro de negociação bastante poderoso. O processo bem sucedido de desenvolvimento institucional que construiu um movimento forte de Economia Social e Solidária, em Quebec, deveu-se à organização e vontade coletiva, que levaram a um aumento da capacidade de cada setor negociar em seu próprio nome com o apoio do *Chantier*, representando a Economia Social como um todo (Neamtan, N. 2009).

Hoje em dia, o *Chantier* é convidado a diálogos políticos sobre as principais questões sociais e económicas em Quebec, sendo reconhecida a sua experiência e *expertise* em questões tão diversas que vão desde a política de mercado, cuidados de saúde, educação e prioridades do orçamento anual do Estado.

A Figura 2 tenta ilustrar o sistema socioeconómico do Quebec, em que o *Chantier de l'Économie Sociale* assume já um papel crucial. É de realçar que o apoio efetivo do governo foi e é um dos alicerces da Economia Social e Solidária no Quebec, como refere Marguerite Mendel (2002), devendo-se assim visualizar aqui uma relação de proximidade e suporte.

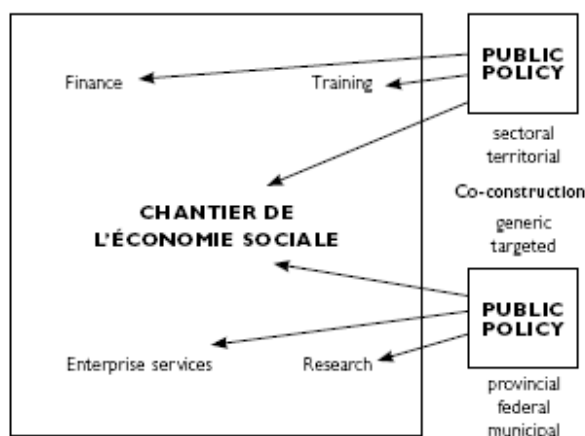


Figura 2: Sistemas integrados. Papel de cooperação íntima do Governo com o *Chantier*.

Amin, A. (2009). *The Social Economy: International Perspectives on Economic Solidarity*, Zed Books Ltd, p. 55.

Desde a sua criação o *Chantier de l'Économie Sociale* teve como principal missão a promoção da Economia Social e Solidária como uma modalidade de consumo sustentável e como parte da estrutura socioeconómica do Quebec, demonstrando a sua importância e potencial no modelo económico dominante. Assumiu também o objetivo de promoção internacional, dando apoio à experimentação, consolidação de projetos na área e desenvolvimento de políticas públicas de promoção da Economia Social e Solidária como uma modalidade de consumo sustentável. A Figura 3 demonstra a grande contribuição da Economia Social no Quebec, em 2002, mostrando ainda a diversidade e a capacidade económica da Economia Social e Solidária.

- 7,822 enterprises (3,881 co-operative and 3,941 not-for-profit)
  - 935 *centres de la petite enfance* (daycare)
  - 671 *caisses populaires* (credit unions)
  - 180 worker co-operatives
  - 103 social economy homecare enterprises
  - 72 worker-shareholder co-operatives (workers co-operatively acquire shares in the enterprise in which they are employed)
- Business activity excluding the *caisses populaires*
  - \$17.2 billion (\$15.9 billion co-operatives; \$1.3 billion not-for-profits)
- Business activity including the *caisses populaires*
  - \$102.5 billion (\$101.2 billion co-operatives; \$1.3 billion not-for-profits)
- Job creation in Quebec
  - 124,302 jobs excluding the *caisses populaires* (79,222 in co-operatives and 45,080 in not-for-profits)
  - 161,302 jobs including the *caisses populaires* (116,222 in co-operatives and 45,080 in not-for-profits)

Figura 3: Dados da Economia Social do Quebec em 2002.

Amin, A. (2009). *The Social Economy: International Perspectives on Economic Solidarity*, Zed Books Ltd, p. 94.

Atualmente, o *Chantier de l'Économie Sociale* é reconhecido tanto pelos governos da província do Québec e do Canadá, como pela comunidade internacional como uma instituição com *expertise* ímpar na Economia Social e Solidária. A capacidade de sensibilização para a temática, a partilha de conhecimento, o apoio à experimentação e consolidação de projetos na área (publicou diversos guias de formação, sendo que os mais recentes tratam da gestão financeira de empreendimentos coletivos), o desenvolvendo de políticas públicas de promoção da Economia Social e Solidária como uma modalidade de consumo sustentável e a contribuição de trabalhos na OCDE e noutras instâncias internacionais no campo da inovação social e da economia social e solidária, têm contribuído para o crescente conhecimento de um modelo económico alternativo sustentável. Este modelo implementado no Quebec serve de inspiração tanto para grupos já existentes como para outros que se encontrem ainda em fase de construção, evolução e desenvolvimento, dando exemplos de ações e estruturas organizativas, resultados e problemas na área da Economia Social e Solidária.

É de realçar uma vez mais, a envolvimento do governo como parceiro e suporte e a mobilização ativa dos diferentes segmentos e indivíduos da sociedade, como fatores decisivos para as políticas implementadas e programas de apoio à Economia Social e Solidária na região.

## **5. Implementação da Economia Social em Portugal**

A Economia Social enquanto experiência e não propriamente conceito remonta, assim como noutros países europeus, a vários séculos atrás, sendo impossível de precisar a sua origem quer no espaço, quer no tempo. Contudo, é assumido por alguns autores, como Namorado (2007), que a criação de uma Bolsa de Comércio em 1293 e a criação de confrarias no século XIV, tendo em vista o “socorro mútuo”, podem ser consideradas as primeiras grandes experiências de Economia Social, dado o seu cariz de cooperativismo e associativismo para ajuda mútua em caso de pobreza e grave carência social.

Outros marcos importantes prendem-se com o surgimento das Misericórdias no século XV (Graça 2002), que terão resultado da fusão das confrarias e outras organizações de auxílio aos mais pobres; a cessação da exclusividade da Igreja enquanto única, reconhecida e exclusiva promotora da Economia Social (século XIX) e a realização dos primeiros congressos com conteúdos reivindicadores de direitos sociais e laborais - o 1º Congresso Social (1865) e o Congresso das Associações Portuguesas (1882).

Com a implementação do Estado Novo, várias instituições solidárias de cariz religioso assumiram um papel mais importante na sociedade, devido ao aumento de património próprio através de financiamento público. Este papel apesar de importante, não fornecia à população um acesso adequado aos serviços sociais.

Nos anos 60, desenvolveu-se o denominado Estado-Providência em Portugal (Serra, 1997). De referir que há autores, como Dias (2005), que referem que este não pode ser designado de tal modo, pelo menos no que diz respeito ao conceito original, que defende um conjunto de deveres e ações a serem cumpridas pelo Estado. O autor denomina o Estado-Providência implementado em Portugal por quasi-Estado-Providência, dando o exemplo das

Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS) que têm sido incentivadas e apoiadas pelo Estado, devido à ineficácia, incapacidade e desresponsabilização do Estado na disponibilização de vários serviços sociais. Na mesma linha Santos (1993) refere que Portugal deve ser visto como um caso de um Estado-Providência que não chegou a existir por completo e que foi sendo amplamente compensado por uma forte sociedade-providência, e da reemergência de uma sociedade civil que não se chegou a constituir e a organizar autonomamente (Santos, 1993).

Em 1974, houve uma reestruturação de políticas sociais, nomeadamente as relacionadas com a proteção social – aumento do número e abrangência de funções. Surgiram mais tarde, o Serviço Nacional de Saúde e o Sistema Integrado de Segurança Social através da publicação da Lei-Quadro da Segurança Social (28/84 de 14 de Agosto), que substituíram os antigos e ineficazes sistemas de previdência e de assistência.

De notar que desde 1974, o contributo das IPSS no campo da segurança social é reconhecido pelo Estado, tendo vindo a ser estabelecidos inúmeros acordos de cooperação, com o estabelecimento jurídico de direitos e deveres entre as IPSS e os Centros Regionais de Segurança Social. Desde os anos 90 que estes acordos são estabelecidos entre o Estado e as IPSS tendo por base um protocolo previamente estabelecido entre o Ministro da tutela e as Uniões que representam as instituições, onde fica acordada a comparticipação financeira da Segurança Social.

Em 1976, a Constituição da República Portuguesa reconheceu juridicamente a existência do setor cooperativo a par do setor público e do setor privado.

Na revisão constitucional de 1989, é adicionada a nível legislativo, uma vertente social ao setor cooperativo, passando este a englobar assim, os subsectores comunitário e autogestionário, que antes integravam o setor público.

Em 1997, também no âmbito da revisão constitucional, foi ainda acrescentado a esse setor, o subsector solidário, que abrange todas as pessoas coletivas de natureza não-lucrativa que tenham como finalidade a solidariedade social, como as associações mutualistas. Este assume-se como um sistema privado de proteção social que visa o auxílio mútuo em situações de carência ou de melhoramento das condições de vida dos associados, como forma voluntária de realização do ideal da solidariedade.

Estes objetivos genéricos de proteção social solidarista são promovidos por instituições mutualistas, geralmente de tipo associativo e inscrição facultativa, ditas Mutualidades ou Associações de Socorros Mútuos, que se especializam consoante as modalidades de proteção a realizar (Serra, 1997). Este sistema é fundamentalmente caracterizado pela ausência de espírito lucrativo.

No artigo 80 da Constituição da República Portuguesa da VII revisão constitucional de 2005, estão apresentados os princípios nos quais a organização económico-social assenta:

- Subordinação do poder económico ao poder político democrático;
- Coexistência do setor público, do setor privado e do setor cooperativo e social de propriedade dos meios de produção;
- Liberdade de iniciativa e de organização empresarial no âmbito de uma economia mista;
- Propriedade pública dos recursos naturais e de meios de produção, de acordo com o interesse coletivo;
- Planeamento democrático do desenvolvimento económico e social;
- Proteção do setor cooperativo e social de propriedade dos meios de produção;
- Participação das organizações representativas dos trabalhadores e das organizações representativas das atividades económicas na definição das principais medidas económicas e sociais.

O artigo 82 da Constituição da República Portuguesa da VII revisão constitucional de 2005, define e descreve a coexistência de três setores de propriedade dos meios de produção, completando assim, o segundo ponto do artigo 80:

- O setor público é constituído pelos meios de produção cujas propriedade e gestão pertencem ao Estado ou a outras entidades públicas.
- O setor privado é constituído pelos meios de produção cuja propriedade ou gestão pertence a pessoas singulares ou coletivas privadas, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- O setor cooperativo e social compreende especificamente:

- Os meios de produção possuídos e geridos por cooperativas, em obediência aos princípios cooperativos, sem prejuízo das especificidades estabelecidas na lei para as cooperativas com participação pública, justificadas pela sua especial natureza;
- Os meios de produção comunitários, possuídos e geridos por comunidades locais;
- Os meios de produção objeto de exploração coletiva por trabalhadores;
- Os meios de produção possuídos e geridos por pessoas coletivas, sem carácter lucrativo, que tenham como principal objetivo a solidariedade social, designadamente entidades de natureza mutualista.

Atualmente as IPSS basicamente representam em Portugal o que é chamado de *Social Enterprises* na literatura (Ferreira, 2000). As IPSS não possuem fins lucrativos, são organizações privadas, constituídas de acordo com a lei Portuguesa, com o objetivo de materializar de forma organizada os deveres morais de solidariedade e justiça, tendo como objetivos: apoio a crianças, jovens e famílias, idosos, pobres, doentes e outros grupos desfavorecidos da população, prestando ajuda ainda na educação e formação dos cidadãos e no fornecimento de habitação para os mais necessitados.

As IPSS procedem ao registo na Direção-Geral da Solidariedade Social (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social), beneficiando do estatuto de "utilidade pública" que confere benefícios (isenções fiscais, taxas reduzidas em alguns serviços públicos, como eletricidade e água, e a possibilidade de entrar em acordos de cooperação com o governo com o propósito de ser subsidiado). Além dos benefícios, são conferidas obrigações como a divulgação dos dados financeiros, a cooperação com a administração pública, e o seguimento de regras específicas elaboradas pelo Ministério do Trabalho.

Alguns autores, como Namorado (2003), referem que a excessiva dependência financeira do Estado por parte das instituições, levanta questões graves, como a falta de autonomia e até a sustentabilidade das instituições.

As IPSS incluem as seguintes organizações: associações de solidariedade social; associações mútuas; fundações de solidariedade social; irmandades das Santas Casas de Misericórdia; centros religiosos da paróquia e congregações também são considerados como IPSS (com um estatuto semelhante ao das fundações); Cooperativas com fins de trabalho social também podem ser consideradas como IPSS. De referir que existem autores como Rui Namorado que referem que juridicamente existem duas áreas radicadas em leis específicas, as IPSS e as Associações Mutualistas.

Assim, podemos afirmar, que no caso Português não se tentou consagrar a Economia Social como um Terceiro Setor, uma categoria constitucional autónoma, mas sim, especificar no Terceiro Setor uma vertente cooperativa, à qual se adicionou a vertente social e posteriormente a solidária. Assim, podemos dizer que a Economia Social em Portugal (considerando que corresponde ao setor cooperativo e social), abrange todas as cooperativas, entidades compreendidas no setor comunitário, unidades produtivas que integram o subsector autogestionário, bem como as misericórdias, mutualidades, fundações, associações e quaisquer outras entidades que tenham como objeto a solidariedade social. Ou seja, na prática, apenas se torna claro, o que não pertence ao setor da Economia Social - tudo o que é considerado puramente público ou privado.

O fato de o conjunto dos três setores se sobreporem em várias situações, limitam a capacidade e precisão de delimitação e designação jurídica das organizações. Exemplos referidos por Namorado (2003) são as organizações produtivas que sejam titulares de atividade sindical; com algumas parcerias com o setor público em prol do desenvolvimento local, ou em prol da inserção social; com sociedades comerciais constituídas por cooperativas, nas quais as cooperativas têm a totalidade das ações, ou só a maioria, pertencendo as outras ações a entidades públicas ou do Terceiro Setor; com organizações não cooperativas que sejam instrumentos de empresas lucrativas, como é o caso das associações empresariais. Mais uma vez há que relembrar os debates conceituais existentes a respeito dos conceitos de Terceiro Setor, Economia Social e Economia Solidária dependentes do contexto sociopolítico, cultural e histórico e da dificuldade de delimitação das esferas e subesferas do sistema socioeconómico. Como refere Namorado (2003), a Constituição da República Portuguesa considera como sinónimo o setor cooperativo e social, e o conceito doutrinário de economia social, sendo as IPSS as grandes representantes da Economia Social.

## 5.1. A Dimensão da Economia Social em Portugal

A União Europeia (UE) tem vindo a reconhecer um papel socioeconómico cada vez mais importante por parte da Economia Social, promovendo várias iniciativas que visam a criação de estatutos condizentes para cooperativas, mutualidades e associações. Na Resolução do Parlamento Europeu sobre a Economia Social, (de 19 de Fevereiro de 2009, publicada no Jornal Oficial da UE de 25 de Março de 2010), é sublinhado que *“a economia social, ao aliar rentabilidade e solidariedade, desempenha um papel essencial na economia europeia, criando empregos de elevada qualidade, reforçando a coesão social, económica e regional, gerando capital social, promovendo a cidadania ativa, a solidariedade e um tipo de economia com valores democráticos que põe as pessoas em primeiro lugar, para além de apoiar o desenvolvimento sustentável e a inovação social, ambiental e tecnológica.”*

A Economia Social compreende, no contexto da UE, cerca de 10% do conjunto das empresas, um universo de 2 milhões de empresas, representando cerca de 6,45% do emprego total e 7,78% do emprego por conta de outrem (CIRIEC, 2007). É consensual o reconhecimento do seu elevado potencial para gerar e manter empregos estáveis, já que pela sua própria natureza, as empresas que constituem a vasta e complexa rede que constitui o setor não são suscetíveis de forma geral, a serem deslocalizadas.

Em Portugal, o volume de emprego criado pela Economia Social, assume menor preponderância relativamente a outros países da Europa, no entanto não deixa de ser significativo particularmente na era atual, onde as organizações da Economia Social são chamadas a intervir como auxiliares das políticas sociais, a nível da inserção de grupos excluídos (ao abrigo por exemplo das iniciativas do Mercado Social de Emprego). O emprego pode ser criado pela Economia Social de duas formas: direta e indireta. A criação de emprego de forma indireta, com características do chamado emprego clássico, pode surgir como um meio da Economia Social, já que não constitui uma finalidade imediata destas organizações, mas um meio necessário para as edificar e possibilitar uma atividade produtiva de natureza mercantil ou não mercantil, sendo recrutados trabalhadores com vínculo de trabalhadores efetivos (nomeadamente na área social). Por outro lado, o emprego pode surgir como finalidade, como via direta e intencional para criar emprego, apoiada na maioria das vezes por medidas de política pública.

Em Portugal, a Economia Social assume menores proporções (Chaves, 2006), comparativamente com países como a França, Suécia ou Finlândia. Nestes países, a sociedade civil possui uma expressão bastante mais significativa, havendo organizações sociais, que ajudam na cobertura e contribuem para a sustentabilidade da Segurança Social, juntamente com o Estado-Providência. Apesar de se ter vindo a assistir, nos últimos anos, a um desenvolvimento significativo do setor social em Portugal, sustentado pelo aumento do número de cooperativas, da curiosidade científica acerca desta temática e das diversas políticas com efeitos diretos e indiretos no setor, a verdade é que o número e dimensão das organizações sociais existentes ainda estão muito abaixo dos de muitos países Europeus. Na Tabela 1 está representada a distribuição das 100 maiores empresas cooperativistas do Mundo por países. Referência para o fato de Portugal possuir no 262º lugar a Lactogal (Viegas, 2004). A Tabela 2 lista as 20 maiores cooperativas do mundo de acordo com a publicação “Global 300 Report” em 2010 da International Co-Operative Alliance em 2010, enquanto a Figura 4 mostra a distribuição destas a nível mundial.



Figura 4: Distribuição Global das maiores 300 cooperativas do Global 300 Report.

<http://www.thenews.coop/article/global-300-co-operatives-generate-16-trillion-revenue>."Retrieved 04-09-11.

Tabela 1: A distribuição das 100 maiores organizações cooperativas do mundo por países.

Países	Número
<b>França</b>	26
<b>Alemanha</b>	17
<b>EUA</b>	14
<b>Holanda</b>	9
<b>Reino Unido</b>	8
<b>Japão</b>	7
<b>Suécia</b>	4
<b>Dinamarca</b>	3
<b>Suiça</b>	3
<b>Itália</b>	3
<b>Canadá</b>	3
<b>Espanha</b>	2
<b>Portugal</b>	0

Viegas, J. M. L. (2004). "Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspetiva comparativa europeia." CIES-ISCTE / CELTA.

Tabela 2: As 20 maiores cooperativas do mundo de acordo com o seu lucro em 2008.  
Dados do “Global 300 Report” de 2010 da International Co-Operative Alliance.

Rank	Name	Country	Sector	Revenue (\$bn)
1	Crédit Agricole Group	France	Banking / Credit Unions	103.58
2	Groupe Caisse d'Epargne	France	Banking / Credit Unions	58.54
3	Zen-Noh (National Federation of Agricultural Co-operatives)	Japan	Agriculture / Forestry	56.99
4	Confederation Nationale du Credit Mutuel	France	Banking / Credit Unions	56.69
5	Zenkyoren	Japan	Agriculture / Forestry	52.33
6	REWE Group (Central AktiengesellschaFU)	Germany	Consumer / Retail	49.60
7	E. Leclerc (SC Galec)	France	Consumer / Retail	48.30
8	Rabobank Group	Netherlands	Banking / Credit Unions	43.00
9	National Agricultural Cooperative Federation (NACF)	Korea	Agriculture / Forestry	32.39
10	CHS Inc	United States	Agriculture / Forestry	32.17
11	DZ Bank Group	Germany	Banking / Credit Unions	30.76
12	Groupe Banques Populaires	France	Banking / Credit Unions	29.39
13	Eureko	Netherlands	Insurance	28.39
14	Nationwide Mutual Insurance Company	United States	Insurance	26.42
15	Système U	France	Consumer / Retail	24.95
16	Migros	Switzerland	Consumer / Retail	24.12
17	Mondragon Corporation	Spain	Workers / Industrial	23.34
18	Edeka Zentrale AG	Germany	Consumer / Retail	22.21
19	Groupama	France	Insurance	21.72
20	Covea	France	Agriculture / Forestry	17.74

<http://www.thenews.coop/article/global-300-co-operatives-generate-16-trillion-revenue>. Retrieved 04-09-11.

O envolvimento dos cidadãos, o nível de associação dos indivíduos da sociedade Portuguesa encontra-se também ele bastante abaixo do da grande maioria dos países europeus. Isto pode ser um indicador do interesse da sociedade nestas organizações, da falta de projeção mediática destas, assim como do nível de desconhecimento por parte dos cidadãos dos serviços, importância e potencial destas organizações. A Tabela 3 ilustra o nível e o interesse no envolvimento associativo dos cidadãos dos diferentes países europeus. Na Tabela 4 está listada a dimensão das caixas económicas e de bancos de poupança existentes na Europa.

Tabela 3: Número de associações em que os cidadãos europeus estão envolvidos (%).

Países	0	1	2	≥3	Total
<b>Noruega</b>	4.6	9.5	13.1	72.8	100.0
<b>Dinamarca</b>	7.9	14.9	19.8	57.4	100.0
<b>Holanda</b>	10.9	11.5	15.6	62.0	100.0
<b>Alemanha</b>	30.2	27.1	21.0	21.7	100.0
Portugal	46.6	29.7	12.7	11.0	100.0
<b>Espanha</b>	51.6	23.9	11.6	12.8	100.0
<b>Moldávia</b>	80.2	14.4	2.8	2.5	100.0
<b>Roménia</b>	80.4	13.6	4.0	2.1	100.0

Tabela 4: Bancos de poupança e Caixas Económicas no final de 2006.

Membros do European Savings Banks Group (ESBG)	Milhares de milhões de €		Quota de mercado %
	Activos totais	N.º de Caixas Económicas	
Alemanha	2379.1	474	35.5
Espanha	808.5	46	39.0
Reino Unido	*452.7	1	--
França	594.1	30	--
Áustria	127	57	17.5
Noruega	180.3	56	--
Holanda	68.1	1	--
Portugal	**17	***2	6.0
<b>Total dos Membros do ESBG</b>	<b>5216.7</b>	<b>871</b>	<b>18.9</b>

\* Reino Unido: Lloyds TSB Group.

\*\* Portugal valores aproximados, sem a CGD.

\*\*\* Montepio e Caixa Económica de Angra do Heroísmo. Há mais 6 registadas.

Em Espanha a quota de mercado da totalidade das Caixas Económicas andarà pelos 50%.

Adaptado de Lopes, J. Silva (2008)

Viegas, J. M. L. (2004). "Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspetiva comparativa europeia." CIES-ISCTE / CELTA.

De acordo com o *Austrian Institute for SME Research and TSE Entre e o Turku School of Economics* da Finlândia no estudo conjunto intitulado "Study on Practices and Policies in the Social Enterprise Setor in Europe" e publicado em 2007, os dados relativos à Economia Social em Portugal são escassos e bastante inconsistentes. De fato, em Portugal não existem por enquanto dados oficiais capazes de estimar o peso ou contribuição real destas organizações para a economia e sociedade. De acordo com as informações recolhidas, dados estatísticos serão obtidos em 2012, fruto da criação da conta satélite da Economia Social (até agora existiam contas satélite para a agricultura, turismo, saúde e educação), que será o instrumento de medição da relevância deste setor. Este estudo desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em parceria com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) envolverá 3 fases (Gráfico 1):

1. Compilação da conta das ISFLSF (Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias) de acordo com a nova base das CNP (Contas Nacionais Portuguesas) – Junho de 2010;

2. Extensão da conta das ISFLSF a outras ISFL (Instituições sem fim lucrativo), não incluindo o trabalho voluntário – início de 2011;
3. Compilação de uma conta satélite abrangendo a totalidade das unidades no domínio da economia social (inclui trabalho voluntário) – final de 2012.

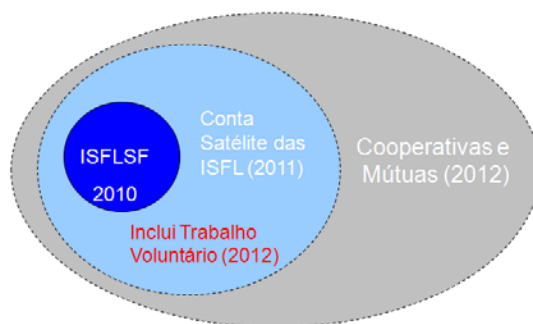


Gráfico 1: Fases do estudo desenvolvido pelo INE e pela CASES.

INE (2011). A Economia Social na UE e no Mundo - Conta Satélite da Economia Social. Lisboa.

Em 2006, o INE através de um projeto-piloto - Conta Satélite das Instituições sem fim lucrativo para Portugal – recolheu alguns dados (embora não abrangessem todos os tipos de instituições da economia social) que são apresentados nos Gráficos 2 e 3.

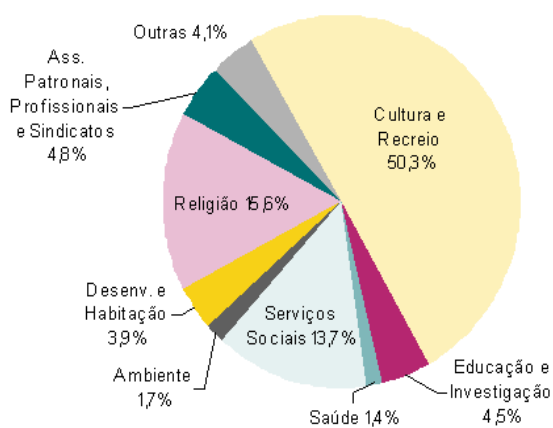


Gráfico 2: Universo das ISFL.

INE (2011). A Economia Social na UE e no Mundo - Conta Satélite da Economia Social. Lisboa.

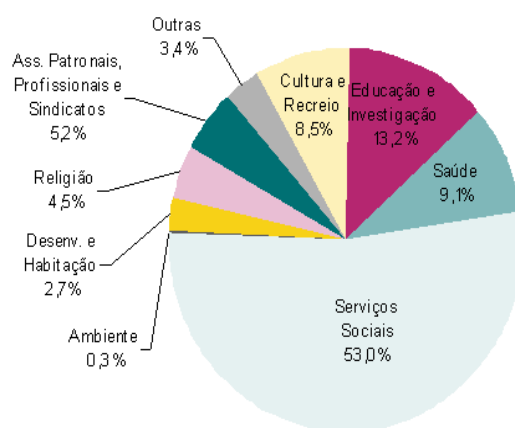


Gráfico 3: Emprego nas ISFL (quotas relativas aos postos de trabalho).

INE (2011). A Economia Social na UE e no Mundo - Conta Satélite da Economia Social. Lisboa.

No mês de Setembro de 2011, nas conferências de Economia Social realizadas em Lisboa, o INE apresentou os dados preliminares do estudo que como já referido, se encontra em desenvolvimento e conta com a colaboração da CASES. Os dados relativos ao peso da Economia Social apurados em cada fase do trabalho desenvolvido estão apresentados no Gráfico 4.

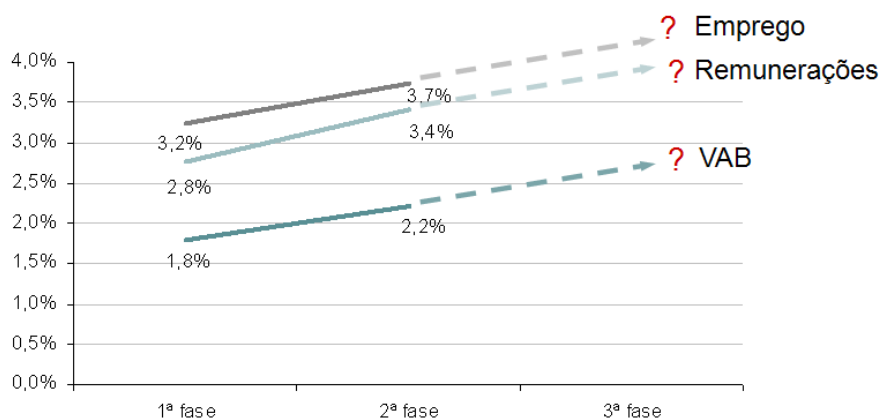


Gráfico 4: Resultados sobre o peso da Economia Social em Portugal nas fases já finalizadas. O término da 3ª fase está previsto para o fim de 2012.

INE (2011). A Economia Social na UE e no Mundo - Conta Satélite da Economia Social. Lisboa.

Num estudo de 2005, intitulado “O Setor não lucrativo português numa perspetiva comparada” da autoria de uma equipa coordenada por Raquel Campos Franco, é referido que o “setor não lucrativo” (conceito não inteiramente coincidente com o de Economia Social), representa 4,2% do PIB português.

De acordo com o estudo “Study on Practices and Policies in the Social Enterprise Setor in Europe”, o conceito mais análogo ao de “social enterprises” em Portugal, remete-nos para as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Recorrendo aos dados do INE, em 2003, havia cerca de 1000 organizações ativas. Contudo, é assumido que este número claramente subestima o tamanho do setor cooperativo e social Português, já que várias ações e serviços sociais são fornecidos por organizações da área da prestação de cuidados de saúde entre outros. Exemplo disso, são as muitas casas de misericórdia existentes, que gerem vários hospitais e clínicas.

Apesar de os dados oficiais serem bastante imprecisos e subestimarem largamente o setor, é notório o crescimento deste tipo de organizações nos últimos anos, entre 1997 e 2003, registou-se um crescimento anual de 18 a 25%, relativamente a emprego, valor acrescentado gerado, valor dos serviços prestados e número de organizações.

Dados do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (de 2000 e 2004) apontam para um número de organizações sociais muito maior do que os publicados pelo INE. Em 2000, encontravam-se registadas 3.585 IPSS, das quais cerca de 2.813 estariam ativas na altura. Estas deveriam empregar cerca de 45.000 pessoas (das quais quase 40% seriam voluntárias), estando a realização de trabalhos sociais avaliada em cerca de € 930 milhões (menos de 1% do Português PIB, e abrangeriam quase meio milhão de beneficiários).

Em 2004, foram 3.650 as entidades sem fins lucrativos (IPSS), oficialmente registadas como proprietárias e operadoras de cerca de 6.000 instalações de trabalho social em Portugal continental (não há dados agregados para os arquipélagos atlânticos da Madeira e Açores, que representam menos de 3 % a 4% dos valores continentais).

Mais de 50% das instalações destas instituições sociais estão direcionadas para a população idosa, cerca de 37% estão relacionadas com a assistência a jovens e crianças carenciadas, 5% com a integração de pessoas com deficiência, 4,3% prestam serviços à família e comunidade em geral, 1,8% a partes da população desfavorecida, e menos de 1% das instituições prestam apoio à toxicoddependência, HIV e demências.

Estes números mostram que a maioria das áreas de atividade está relacionada com a prestação de serviços pessoais. Formação e integração vêm em segundo lugar na lista, sendo que as atividades sociais voltadas para o desenvolvimento local são menos significativas.

Normalmente, estas instalações são propriedade de instituições de dimensão pequena ou média. De acordo com uma pesquisa de 1995 (SocialGest, 2006), a dimensão das IPSS é a seguinte: 1 a 5 trabalhadores - 17,6%; 6 a 10 trabalhadores - 18,0%; 11 a 20 trabalhadores - 25,2%; 21 a 49 trabalhadores - 28,3%; 50 ou mais trabalhadores - 10,9%.

De acordo com as informações mais recentes disponíveis (Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, 2002) sobre 114.465 acordos de cooperação estabelecidos por parte do Estado com mais de 3.000 IPSS, beneficiaram cerca de 480.000 indivíduos.

Em 2004, o governo contribuiu com 912 milhões de euros para o setor social, dos quais 18.9 milhões de euros foram doações para as despesas de capital (uma diminuição de 69% desde 2001, devido a restrições orçamentais) e 893 milhões de euros foram entregues como subsídios para despesas correntes (aumento de 30% desde 2001). Estes subsídios para despesas correntes foram divididos de acordo com a natureza dos serviços de apoio social: crianças e jovens - 45,7%; população idosa - 39,2%; integração - 9.6%; família e comunidade - 3,9%; outros - 1,6%.

Como já referido no trabalho, desde há vários anos atrás, a ação de *welfare*, ou de bem-estar, tornou-se um dever do Estado em vez do resultado da caridade religiosa existente. As organizações mutualistas e as organizações cooperativas surgiram no século XIX, tendo as primeiras vindo a ser substituídas por companhias de seguros, enquanto as últimas têm vindo a experimentar uma nova fase de desenvolvimento desde 1976, devido ao reconhecimento por parte da Constituição da República Portuguesa do papel do setor cooperativo nesse ano, e nos anos de 1989 e 1997 o setor cooperativo incluiu o setor social e solidário, respetivamente. A Tabela 5 ilustra a distribuição do número de cooperativas por área de atuação, com dados de 3 anos.

Tabela 5: Evolução da distribuição do número de cooperativas por área de atuação. Dados de 1998, 2002 e 2006.

Área de actuação	Ano		
	1998	2002	2006
<b>Agrícola</b>	908	924	903
<b>Artesanato</b>	43	51	60
<b>Comercialização</b>	52	62	59
<b>Consumo</b>	212	203	189
<b>Crédito</b>	164	146	120
<b>Cultura</b>	237	263	299
<b>Ensino</b>	110	135	144
<b>Habitação e construção</b>	493	565	580
<b>Pescas</b>	22	26	25
<b>Produção operária</b>	101	101	101
<b>Serviços</b>	393	447	511
<b>Solidariedade social</b>	60	107	173
<b>Uniões e Federações</b>	83	91	96
<b>Total</b>	2878	3121	3260

Os mecanismos estruturais do setor empresarial social variam bastante de acordo com a configuração legal de cada organização, variando de uma estrutura e funcionamento típicos de uma empresa, com pessoal de gestão profissionalizado (caso em algumas cooperativas), à gestão voluntária, com trabalhadores também voluntários, como é o caso de algumas casas de misericórdia e de muitas instituições de caridade.

De fato, cerca de 40% da força de trabalho do setor social é composta por trabalhadores voluntários. A estrutura mais frequente de uma organização social, em termos de trabalhadores é a seguinte (Lopes 2008):

- Voluntários que exercem funções de governação;
- Trabalhadores voluntários que exercem funções executivas;
- Profissionais qualificados pagos (licenciados que desempenham posições de gestão intermédia e funções técnicas, e pessoal não licenciado, tais como balconistas, cozinheiros, motoristas, ajudantes, zeladores, etc).

Em Portugal existem cinco grandes organizações coletivas da Economia Social (Franco e Andrade, 2007):

- CNIS - Confederação Nacional de Instituições Sociais;
- FENACERCI - Federação Nacional das Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas;
- UM - União das Mutualidades Portuguesas;
- UMP - União das Misericórdias Portuguesas.

Uma pesquisa conduzida em 2005 pela unidade de gestão EQUAL listou as seguintes debilidades das empresas que representam de forma geral a Economia Social em Portugal:

- Organização estrutural deficiente, baseada em modelos hierárquicos centralizados, o que não permite uma participação efetiva e não promove a descentralização de poderes pelos vários níveis hierárquicos da organização

(não contribuindo para uma maior motivação nos trabalhadores) e torna a comunicação difícil.

- A pequena dimensão da maioria das organizações é vista como um fator que limita a diversidade e eficácia na disponibilização de ações sociais, já que ao concentrarem-se exclusivamente numa abordagem de bem-estar, não consideram a dinâmica do desenvolvimento local e criação de emprego.
- A elevada dependência de financiamento por parte do Estado. Tem-se vindo a verificar uma diminuição no financiamento, devido às restrições orçamentais crescentes, o que pode pôr em causa a sobrevivência de várias organizações.
- Muitas das vezes as organizações são sujeitas a influências de partidos políticos, perdendo autonomia política, o que se traduz na busca de interesses particulares.
- Deficiências graves relacionadas com a gestão e formação dos recursos humanos. Falta de programas que buscam melhorar a qualidade dos serviços prestados, assim como de programas de formação em instrumentos e técnicas de gestão.
- Falta de uma atitude empreendedora dos corpos de governação e dos órgãos de gestão das organizações, o que leva a uma escassez de novas ideias e inovação (o fato de não existir formação competente e desenvolvimento de instituições no País especializadas em Economia Social torna difícil o aumento das competências de dirigentes e gestores).
- A rigidez do sistema de segurança social (o principal fornecedor de fundos para o setor), quando se considera o financiamento de novas iniciativas (inovação) que se afastam das atividades de rotina já estabelecidas.
- Baixa visibilidade. O nível de conhecimento do setor por parte do público é baixo, assim como o nível de interesse por parte do público conhecedor, o que torna difícil a angariação de pessoas de comunidades locais no envolvimento em organizações de cariz social, dificultando o crescimento da Economia Social no País.

## **6. O Exercício da Responsabilidade Social das Empresas**

A responsabilidade social das empresas (RSE) é um conceito que embora não novo, encontra-se ainda em construção, assumindo um largo leque de definições que variam consoante a corrente de pensamento, visão e grau de intervenção das organizações na sociedade, entre outros fatores. O conceito de RSE não é o mesmo na Europa e nos Estados Unidos da América, por exemplo, a perspetiva europeia dá no geral, uma maior ênfase às questões sociais que a americana (Filho, 2006).

Nos EUA o primeiro grande marco relacionado com a procura de uma definição de RSE, relaciona-se com a publicação em 1953 do livro intitulado “Social Responsibilities of the Businessman”, de Howard Bowen. Nesta publicação é referida que a necessidade de responsabilização dos empresários e das indústrias de forma a ser obtido um equilíbrio justo entre os interesses do público, dos trabalhadores e dos investidores levou a que surgissem um conjunto de orientações, recomendações e obrigações éticas, que devem ser adotadas pelas empresas, para o seguimento de linhas de ação que têm em conta a sustentabilidade e os valores da sociedade.

Destacam-se ainda documentos internacionais, inspiradores para a RSE, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização Nações Unidas (ONU), a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho e seu Seguimento, a Declaração Tripartite sobre Empresas Multinacionais da OIT e as Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

De fato, a RSE tem assumido nos últimos anos uma maior visibilidade, e tem sido tema central de vários debates. Autores como Burke e Logsdon (1996), Andrade (2006), Reich (1998), Carroll (1999), Windsor (2001), Moreira (2002), Ahsley (2002), Cabral-Cardoso (2002), Husted (2003), Smith (2003), Jamali e Mirshak (2007), entre muitos outros, têm debatido a importância da RSE no desenvolvimento sustentável da sociedade, assim como tentado convergir num conjunto mais restrito de definições semelhantes, o conceito de RSE.

Mais recentemente, a Comissão Europeia definiu a RSE como “a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas”, ou “como sendo um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais saudável”. Essa natureza voluntária de decisão assume-se cada vez mais como um dever ético, de modo a ir de encontro ao objetivo estratégico de promoção de um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas, onde a RSE é vista como fator diferenciador capaz de conferir vantagem competitiva. Isto porque é de esperar que a legitimidade, reputação e boa imagem de uma empresa junto das comunidades dependa significativamente do seu empenho nas causas sociais.

Assim, as empresas além de possuírem obrigações legais, são chamadas cada vez mais a contribuir para a satisfação das necessidades dos seus clientes, gerindo simultaneamente as expectativas dos trabalhadores, dos fornecedores e da comunidade local. Trata-se de contribuir, de forma positiva, para a sociedade e de gerir os impactos ambientais da empresa, o que poderá proporcionar vantagens diretas para o negócio e assegurar a competitividade a longo prazo.

De acordo com Melícias (2003), as vantagens desta forma de atuação passam pela criação de uma boa reputação e relação de confiança, fidelização e expansão da carteira de clientes, confiança da comunidade, proteção do ambiente e satisfação dos trabalhadores, o que se traduz no aumento do valor percebido da empresa trazendo maior notoriedade, visibilidade, fomentando a empatia e promovendo a rentabilidade a médio/longo prazo da mesma.

Também segundo o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), o significado prático da Responsabilidade Social das Empresas poderá traduzir-se na:

- Motivação dos trabalhadores e seu conseqüente aumento de produtividade;
- Redução na exploração de recursos, nas emissões poluentes ou na produção de resíduos, redução das despesas energéticas e de eliminação de resíduos e a redução dos custos de matéria-prima e despoluição;
- Maior reputação, fator crucial para garantir o sucesso no mercado.

Por diversas vezes, a questão principal não se relaciona com o fato de haver vantagens em assumir um nível elevado de responsabilidade social, já que a resposta é consensual, mas sim com a forma como deve ser concretizada essa responsabilidade social, tendo em conta a situação da empresa, o meio envolvente e os seus objetivos.

A implementação de um sistema de RSE assenta na adoção dos princípios do desenvolvimento sustentável e para que seja possível definir qual o contributo das empresas, estas devem começar por avaliar a sua situação, determinar os objetivos estratégicos, definir quais os grupos de interesse e clarificar a sua visão e objetivos a perseguir (Smith, 2003).

O compromisso que a empresa estabelece com o desenvolvimento sustentável não deve ficar pela teoria, deve ser efetivamente posto em prática. Deve ser assim comunicado a nível interno e externo, para que exista o envolvimento de todos na sua operacionalização.

Segundo Isabel Nicolau e Ana Simaens (2008) podem considerar-se de um modo geral, quatro modalidades de concretização da responsabilidade social:

- Desenvolvimento de projetos sociais no âmbito interno da empresa;
- Donativos às organizações da Economia Social;
- Patrocínio de projetos concretos desenvolvidos por organizações da Economia Social, marketing de causas e contratação de serviços;
- Aliança com organizações da Economia Social para o desenvolvimento de projetos comuns.

Segundo os mesmos autores, as modalidades têm graus significativamente diferentes de envolvimento das empresas e, portanto, também exigências diferentes, admitindo cada uma destas, vantagens e desvantagens.

Caso a empresa pretenda desenvolver os seus próprios projetos de Responsabilidade Social, esta terá de ter em conta um nível de despesa financeira relativamente elevado, assim como terá de providenciar recursos humanos, e proceder ao acompanhamento do projeto nas várias fases de desenvolvimento. Além disso, caso a empresa pretenda atuar numa área que não relacionada com o seu *core business*, pode correr o risco de não possuir competências suficientes para o desenvolvimento com sucesso do projeto referido, ou obtê-lo a um custo excessivo. A vantagem principal terá a ver com o controlo total sobre os meios e objetivos traçados.

As colaborações com entidades da Economia Social implicam algum grau de perda de controlo, podendo proporcionar a vantagem de diminuir o esforço financeiro e humano para a concretização dos projetos sociais para os quais a empresa não está diretamente vocacionada. Nos donativos para organizações da Economia Social, a relação estabelecida é do tipo doador-recetor. Por vezes, existe o compromisso de dar um certo destino à doação, mas outras vezes a empresa não tem controlo ou conhecimento do uso concreto dos recursos doados.

Os contactos entre as partes podem ser esporádicos e irregulares, e o nível de compromisso mútuo fraco. É uma modalidade pouco exigente na gestão da relação e muito adaptável aos recursos disponíveis e aos objetivos a atingir em cada momento. No caso de desajustamento entre o objetivo ou expectativa do doador e o resultado obtido, o fluxo de recursos pode simplesmente mudar de destinatário sem necessidade de negociação.

Os patrocínios de projetos ou eventos específicos, marketing de causas ou contratação de serviços (podem ser pontuais e irregulares) envolvem uma colaboração mais formalizada entre as partes, relativamente às duas modalidades anteriores. Em geral, são relações de curto prazo que terminam com a finalização do próprio projeto ou evento. Dependendo embora da situação concreta, as exigências de gestão e acompanhamento são moderadas, os resultados têm visibilidade relativamente rápida e o seu controlo tende a ser maior do que na modalidade anterior, visto que há uma troca de recursos para atividades específicas entre a empresa e a organização social.

As alianças com organizações da Economia Social são acordos que têm como objetivo, o desenvolvimento de um bem ou serviço de carácter social, e que envolvem ambas as partes de uma forma mais profunda e duradoura do que as duas modalidades acima descritas. As partes terão de contribuir com recursos e competências para a obtenção de uma finalidade que não seria possível atingir individualmente. De notar, que estas relações são de longo prazo, necessitando de serem organizadas, acompanhadas e geridas.

Atualmente, em Portugal existem três grandes instituições de apoio a empresas que queiram adotar os princípios de responsabilidade social, estes são:

- BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. A BCSD Portugal foi criada em 2001 com a missão principal de fazer a liderança empresarial catalisadora de uma mudança rumo ao desenvolvimento sustentável e promover nas empresas a eco-eficiência, inovação e a responsabilidade social. Tem como objetivos a divulgação dos princípios que caracterizam o Desenvolvimento Sustentável (crescimento económico, equilíbrio ambiental e progresso social), a articulação entre a comunidade empresarial, os governos e a sociedade civil com vista à promoção do Desenvolvimento Sustentável, a Promoção de ações educacionais e de formação para divulgação dos princípios do Desenvolvimento Sustentável, a execução de projetos e estudos de caso que ilustrem e estimulem o Desenvolvimento Sustentável e a participação em iniciativas que contribuam para o Desenvolvimento Sustentável do tecido empresarial português.
- GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial. O GRACE foi formado em 2000 por um conjunto de empresas, maioritariamente multinacionais, que tinham como denominador comum o interesse em aprofundar o papel do setor empresarial no desenvolvimento social. O GRACE foi pioneiro enquanto associação portuguesa sem fins lucrativos dedicado à temática da Responsabilidade Social Empresarial. Tem como objetivo, fomentar a participação das empresas no contexto social em que se inserem, através do estabelecimento de parcerias que potenciem impactos visíveis e concretos da atividade da associação em articulação com outras entidades da Sociedade Civil como: Universidades, Organizações não governamentais, Associações Empresariais, Autarquias, entre outras.
- RSE Portugal - Associação Portuguesa para a Responsabilidade Social das Empresas. Associação sem fins lucrativos, a RSE Portugal, faz parte de um conjunto de instituições europeias ligadas à *CSR Europe*, que tentam promover e disseminar o conceito de RSE a nível nacional e europeu. A missão desta instituição é tornar-se a referência nacional na área da RSE dando maior visibilidade às empresas com práticas socialmente responsáveis, conferindo-lhes os suportes necessários para o desenvolvimento das suas atividades.

## **6.1. O Exercício da RSE e o seu Impacto na Economia Social**

As ações de Responsabilidade Social das empresas são um bom exemplo de como o privado se pode estender até ao social sem entrar em contradição com a sua própria natureza. A RSE contribui inquestionavelmente para esbater as fronteiras setoriais entre o privado e o social, não só porque as empresas entram no social como agentes de oferta, como podem contribuir para reconfigurar este setor com ofertas inovadoras e novas formas organizacionais resultantes de colaborações ou alianças entre empresas e organizações sociais.

O exercício da RSE traduz-se na transferência de recursos do setor privado para o setor da Economia Social, sendo a RSE uma fonte de financiamento ainda significativa para a Economia Social. Muitas atividades beneficiam das verbas que são disponibilizadas por esta via, permitindo diversificar fontes de financiamento e aumentar o nível de prestação dos seus serviços. Outras importantes contribuições resultam do alargamento da produção setorial devido à oferta direta quando as empresas realizam os seus próprios projetos ou quando constituem organizações dedicadas à parte social, como é o caso de algumas fundações cuja propriedade é inteiramente de uma dada empresa ou grupo de empresas. As modalidades através das quais é possível exercer esta Responsabilidade Social, não são indiferentes para as empresas e têm impacto no setor da Economia Social, nomeadamente na gestão deste tipo de organizações (Tabela 6). A preservação da autonomia das organizações não depende principalmente da modalidade de RSE, mas antes do tipo de relações que vão sendo estabelecidas com instituições de interesses, objetivos e natureza diferentes, e da capacidade de procurar complementaridades como forma de construir valor para ambas as partes. A RSE traz às organizações sociais novos desafios de gestão, principalmente nas formas colaborativas em que a negociação, ajustamentos e prestação de contas entre as partes exigem competências acrescidas e maior abertura cultural.

Tabela 6: Exercício da RSE e o impacto na gestão das organizações da Economia Social.

Modalidade de exercício de RSE	Impacto na gestão das organizações da Economia Social			Impacto sectorial
	Possibilidades	Exigências	Limitações	
Desenvolvimento interno de projectos				Aumento de oferta Aumento de concorrência
Filantropia (Donativos)	Desenvolvimento de acções pontuais Financiamento parcial de actividades desenvolvidas	Competência no desenvolvimento de iniciativas para atrair doadores	Dificuldade de sustentabilidade de longo-prazo	Aumento de oferta
Patrocínios Marketing de causas Contratação de serviços	Desenvolvimento de acções visíveis com impacto na opinião pública	Competência no desenvolvimento de iniciativas para captação de parceiros Competência para gestão de parcerias Reporte de resultados ao parceiro	Dificuldade de sustentabilidade de longo-prazo	Aumento de oferta Novos perfis de oferta
Alianças	Gestão estratégica Sustentabilidade de longo-prazo Obtenção sustentada de recursos e capacidades	Ajustamento nos objectivos Competência para a gestão de projectos conjuntos Competências de gestão Hábitos de prestação sistemática de contas Capacidade de mudança e aprendizagem	Diferenças culturais entre empresas e organizações sociais Preconceitos mútuos Menor autonomia	Aumento de oferta Novos perfis de oferta Novas formas organizacionais

Nicolau, I. and A. Simaens (2008). "O impacto da Responsabilidade Social das Empresas na Economia Social."

Revista Portuguesa E Brasileira De Gestão. P. 7.

---

## Capítulo II

### Estudo Experimental

## 1. Metodologia

Este capítulo descreve a estrutura e os objetivos da realização de entrevistas a dirigentes das organizações de cúpula de associações mutualistas, a apresentação dos resultados após processamento dos dados obtidos e a discussão destes.

De acordo com Yin (2009) existem 5 estratégias de pesquisa em Ciências Sociais e, que diferem de acordo com o tipo de perguntas de investigação, a capacidade para controlar ou não eventos comportamentais e focalizar ou não eventos ou factos contemporâneos. A tabela 7 resume as motivações de análise sugeridas por Yin (2009).

Tabela 7: Métodos de análise. O último método da tabela é o utilizado neste trabalho.

<b>Método</b>	<b>Perguntas de investigação</b>	<b>Controla Eventos comportamentais?</b>	<b>Focaliza Eventos contemporâneos?</b>
Experimental	Como, porquê?	Sim	Sim
<i>Survey</i>	Quem, o quê, onde, quantos, quanto?	Não	Sim
Análise de Arquivo	Quem, o quê, onde, quantos, quanto?	Não	Sim /não
História	Como, porquê?	Não	Não
<b><i>Estudo de Caso</i></b>	<b><i>Como, porquê?</i></b>	<b><i>Não</i></b>	<b><i>Sim</i></b>

Yin, R. K. (2009). *Case study research: design and methods*: Sage Publications p8.

Estes estudos são diferentemente conduzidos pelo tipo de expectativas que levantam. As perguntas de investigação tipo “o quê” podem ser interpretadas de duas formas: ou são um estudo meramente exploratório ou possuem um significado de “quanto” ou “quantos”, derivando duma pesquisa mais estatística – Survey (Dias, 2012).

As questões de um Estudo de Caso diferem das formuladas para um survey (levantamento) por duas razões: As questões são formuladas para o investigador e não para os respondentes; Em casos múltiplos as questões serão as mesmas para cada caso.

O Estudo de Caso é preferido quando o tipo de questão de pesquisa é da forma “como” e “porquê?”, quando o controle que o investigador tem sobre os eventos é muito reduzido e quando o foco temporal está em fenômenos contemporâneos dentro do contexto de vida real. O estudo de caso poderá ser exploratório, descritivo ou causal, sendo mais frequentes os Estudos de Caso exploratórios e descritivos (as designações advêm do objetivo/propósito do estudo).

Um Estudo de Caso é uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de contexto real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes e o recurso a múltiplas fontes de evidências é realizado (Yin, 2009).

A presente investigação enquadra ainda o Estudo de Caso Múltiplo atendendo à classificação de Yin (2009). Segundo o autor o estudo de caso pode assumir quatro formas: Caso Simples, Caso Múltiplo, Caso Simples ou Múltiplo (sem narrativa).

O Caso Simples é uma descrição simples e narrativa do caso analisado, enquanto o Caso Múltiplo é a multiplicação do caso simples. Nestes estudos deve contudo surgir uma análise síntese e cruzada de todos os casos.

Nos Casos Simples ou Múltiplos ausentes de narrativa apenas se consideram as perguntas e respostas a uma base de dados utilizada para o efeito (Dias, 2012). Na análise final resultante apenas interessa a comparação de resultados cruzada. No estudo de Casos Múltiplos não existe a referência a um estudo de Caso Simples de uma unidade mas antes um considerar permanente da informação transversal cruzada.

Considerando que na presente investigação se tem um padrão de questões a serem colocadas a diferentes organizações sob uma mesma temática, a metodologia de investigação que melhor se enquadra neste trabalho é o Estudo de Caso Múltiplo.

A essência de um Estudo de Caso, ou a tendência central de todos os tipos de Estudo de Caso é tentar esclarecer “uma decisão ou um conjunto de decisões: “porque foram tomadas?”; “como foram implementadas?”; “quais os resultados alcançados?” Foi neste enquadramento que, este trabalho motivou a opção pelo Estudo de Caso. Pretende-se obter a percepção das organizações mutualistas quanto a questões do tipo “como” e “porquê?”, onde o investigador não controla os eventos comportamentais e onde são focalizados intensivamente, eventos contemporâneos.

O Estudo de Caso de maneira geral deve apresentar, de forma sumária, informações sobre o fundo teórico que sustenta o estudo, devendo o entrevistador introduzir-se no mundo do objeto, e não o contrário, como ocorre com estratégias de pesquisa em ambiente controlado. Isto significa que instrumentos de pesquisa mais “rígidos” do tipo questionário com questões de múltipla escolha não são os mais adequados. Pelo contrário, o mais indicado é formular diretrizes sobre o comportamento do investigador em campo, devendo-se seguir os seguintes procedimentos de campo (Yin, 2009):

- Acesso à organização-chave e/ou aos entrevistados-chave;
- Munir-se de recursos suficientes para o trabalho em campo;
- Desenvolver um procedimento para receber ajuda ou orientação de outros investigadores;
- Criar um cronograma relacionando as atividades de colheita de dados em períodos específicos de tempo;
- Preparar-se para a ocorrência de eventos inesperados (mudança na disponibilidade dos entrevistados etc.).

Yin (2009) definiu ainda as componentes essenciais de um qualquer Estudo de Caso e a ordem sequencial de identificação das questões de investigação, elaboração das proposições sugeridas pelo estado da arte, definição das unidades da análise, ligação lógica das proposições e estabelecimento de um critério para interpretação dos resultados.

Assumindo esta sugestão de organização temática este trabalho será desenvolvido de acordo com essa sequência. Os próximos pontos visam dar um maior detalhe acerca do enquadramento, objetivos concretos, universo de pesquisa, recolha e tratamento de dados.

## 1.1. Enquadramento e Objetivos

Como forma de aferir na prática as informações e estatísticas recolhidas e explanadas na revisão bibliográfica sobre a Economia Social em Portugal, inclui-se no trabalho uma recolha de dados primários de organizações mutualistas, os quais após processamento estatístico nos darão uma perceção da envolvimento e importância destas organizações na nossa sociedade e economia, a nível de número de associados, atividades praticadas e prestação de serviços. Pretende-se achar resposta às seguintes questões principais:

- As organizações deste tipo são economicamente e socialmente sustentáveis?
- Qual a dimensão típica de uma associação mutualista?
- É grande o interesse e envolvimento da sociedade nas associações mutualistas?
- Quais as vantagens em ser associado de uma associação mutualista?
- Quais as fontes de receita destas organizações? Qual o nível de dependência de financiamento público?
- Quais os principais obstáculos e limitações que estas organizações encontram e que limitam a sua atuação?
- Qual a opinião geral e particular dos dirigentes de topo entrevistados acerca do papel e potencial da organização respectiva?

O sistema formado pelas associações mutualistas como já caracterizado no trabalho, assume-se como “um sistema privado de proteção social que visa o auxílio mútuo em situações de carência ou de melhoramento das condições de vida dos associados, como forma voluntária de realização do ideal da solidariedade”, representando uma das formas mais fortes, senão a mais forte forma de Economia Social e Solidária em Portugal (Neves, 1998), com mais de um milhão de associados em cerca de 96 instituições (Tabela 8). Segundo Helena Mouro (2001) o mutualismo “pode ter um papel de complementaridade da Segurança Social”, pois é necessário que o poder político “mantenha um conjunto de instituições de dimensões intermédias, não só para desvanecer o medo dos grandes *lobbies*, mas também para dar um

certo popularismo às alianças que terá que vir a fazer no sentido de preservar uma imagem de continuidade nas reformas da Segurança Social”.

Tabela 8: Distribuição das associações mutualistas, associados residentes e população residente por distritos. Têm mais de um milhão de associados e mais de 2,5 milhões de beneficiários. No distrito do Porto residem cerca de 545 mil membros de associações mutualistas (mais de metade dos associados mutualistas do país), o que representa 30 por cento da população residente.

(\*\* Considerou-se o ano de 2006 para o Montepio Geral e 2005 para as restantes associações)

Distrito	Associações Mutualistas (2006)	%	Associados residentes* (2006)**	%	População Residente (2001)	Ass/Pop. %
Aveiro	3	3.1	63,690	6.3	713,578	8.9
Beja	0	0.0	1,608	0.2	161,211	1.0
Braga	3	3.1	50,704	5.0	831,368	6.1
Bragança	2	2.1	3,175	0.3	148,808	2.1
Castelo Branco	1	1.0	11,761	1.2	208,069	5.7
Coimbra	1	1.0	19,610	1.9	441,245	4.4
Évora	2	2.1	13,179	1.3	173,408	7.6
Faro	5	5.2	24,835	2.4	395,208	6.3
Guarda	0	0.0	4,300	0.4	179,963	2.4
Leiria	1	1.0	18,109	1.8	459,450	3.9
Lisboa	26	27.1	148,096	14.6	2,136,002	6.9
Portalegre	0	0.0	2,707	0.3	127,018	2.1
Porto	32	33.3	544,099	53.5	1,781,826	30.5
Santarém	4	4.2	14,714	1.4	454,506	3.2
Setúbal	8	8.3	46,618	4.6	788,459	5.9
Viana do Castelo	1	1.0	3,782	0.4	250,273	1.5
Vila Real	0	0.0	2,228	0.2	223,731	1.0
Viseu	4	4.2	8,449	0.8	394,927	2.1
Açores	2	2.1	19,481	1.9	249,639	7.8
Madeira	1	1.0	12,106	1.2	237,135	5.1
Estrangeiro e desc.	-	0.0	3,971	0.4	-	-
	96	100.0	1,017,222	100.0	10,355,824	9.8

Cortázar, J. (2011) "[http://www.forumavarzim.org.pt/site/images/Docs/Mutualismo/caso\\_portugues.pdf](http://www.forumavarzim.org.pt/site/images/Docs/Mutualismo/caso_portugues.pdf)." Retrieved 18-11-11.

De notar que devido ao fato da amostra deste estudo experimental ser de dimensões reduzidas é impossível a realização de uma análise confirmatória, que nos levaria a uma mais correta aferição dos dados existentes na bibliografia revista. Referir ainda, que a falta de dados estatísticos concretos, completos e atuais sobre o objetivo visado neste estudo experimental torna ainda mais difícil uma comparação entre os dados encontrados na bibliografia e os resultados do estudo. Contudo, podemos encarar este estudo exploratório como um complemento aos dados existentes, dando a conhecer ainda o estado atual (amostra) destas organizações sociais, assim como as opiniões dos representantes destas sobre o futuro e importância da Economia Social, nomeadamente do mutualismo, na crise económica e social grave que se vive.

## **1.2 Universo de pesquisa, Recolha e Tratamento dos dados**

Para o levantamento das informações práticas e atuais requeridas para o complemento prático desta monografia utilizou-se como técnica de recolha de dados, a entrevista dirigida. Foram efetuadas 10 entrevistas, que seguiram 7 tópicos principais (os tópicos da entrevista dirigida encontram-se no final do trabalho, nos anexos), tendo-se obtido uma taxa de resposta de 100%.

As entrevistas dirigidas tiveram como elemento de participação, além do autor do presente trabalho, o elemento em posição mais alta na hierarquia de cada organização - presidente ou membro de direção. Essas entrevistas foram conduzidas de forma similar em cada associação: realizou-se uma apresentação sucinta dos objetivos desta monografia e em seguida realçou-se a importância da participação da organização entrevistada, fornecendo o autor, gratidão pela sua participação.

Os tópicos da entrevista foram de forma geral abordados de forma vertical, sendo que algumas das questões colocadas levaram muitas vezes ao cruzamento de variáveis independentes ou dependentes e ao aparecimento de respostas não tão pertinentes para o estudo. Os obstáculos em cada entrevista efetuada foram corretamente identificados e controlados durante a realização da mesma, o que permitiu obter uma taxa de resposta de 100% aos tópicos da entrevista.

Os tópicos da entrevista tinham como principal objetivo a obtenção de dados quantitativos (como o número de associados), assim como qualitativos (como o tipo de serviços prestados) que posteriormente iriam permitir efetuar uma análise estatística descritiva.

Nota ainda para a questão final, que apresentava a forma de uma questão aberta, em que se pretendia aferir a opinião dos entrevistados sobre o papel presente e futuro da Economia Social e da sua associação na sociedade e economia.

As entrevistas foram efetuadas nos meses de Setembro e Outubro, em cidades como Porto, Espinho, Guimarães, Coimbra e Lisboa. O gráfico 5 mostra a distribuição geográfica das associações mutualistas que colaboraram neste estudo.

As Associações Mutualistas que participaram neste estudo estão listadas e numeradas abaixo:

1. Beneficência Familiar – Associação Mutualista
2. Lutuosa de Portugal – Associação Mutualista
3. Liga das Associações de Socorro Mútuo de Vila Nova de Gaia
4. A Vencedora – Associação Mutualista
5. Associação de Socorros Mútuos Familiar Vimeirense
6. A Familiar de Espinho Associação de Socorros Mútuos
7. A Previdência Portuguesa - Associação Mutualista
8. Associação de Socorros Mútuos Familiar dos Empregados no Comércio e Indústria
9. A Benéfica e Previdente Associação Mutualista
10. Montepio Geral – Associação Mutualista

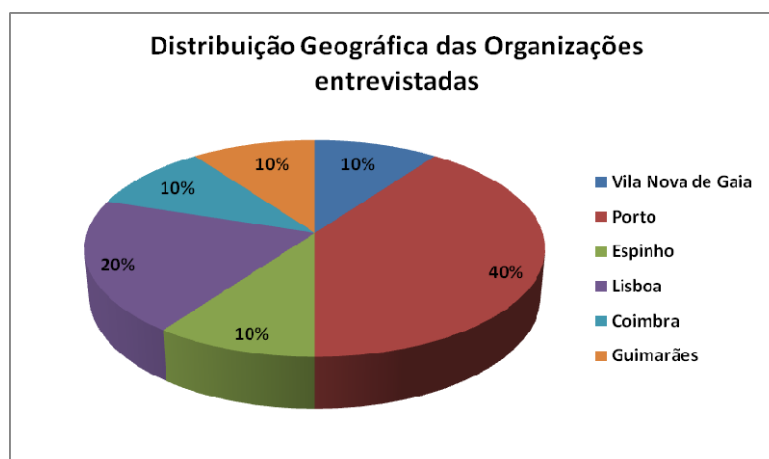


Gráfico 5: Distribuição Geográfica das organizações entrevistadas. Predominância do concelho do Porto.

Os dados obtidos após processamento estatístico descritivo foram representados de forma gráfica, de modo a ser facilmente perceptível ao leitor fatores, como contribuições, frequências relativas e absolutas e distribuições relativas. Os resultados são apresentados sob essa forma, juntamente com as perguntas das entrevistas (nos anexos “I- Informação Recolhida” estão disponibilizadas as respostas às entrevistas).

## 2. Resultados

P: *Quantos Associados possuem?*

As respostas estão representadas em forma gráfica, por associação mutualista (gráfico 6) e quotização segundo 4 grupos (gráfico 7).

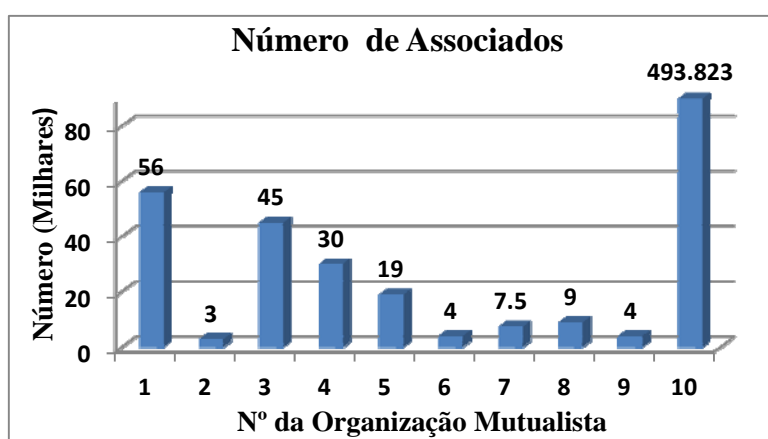


Gráfico 6: Número de associados por organização.

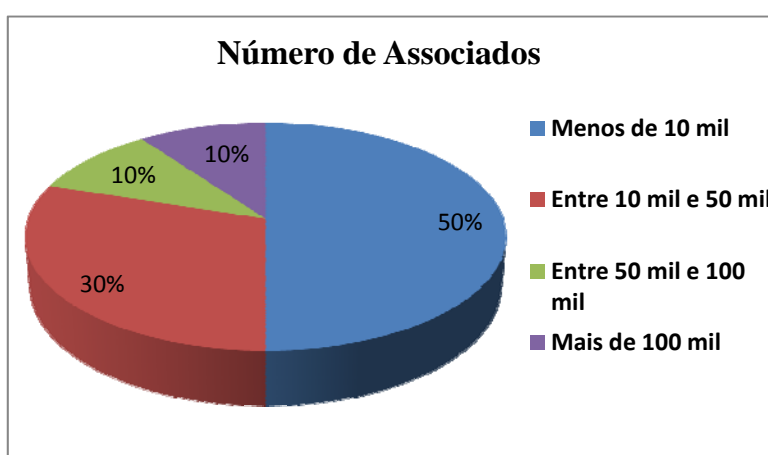


Gráfico 7: Quotização do número de associados segundo 4 grupos.

P: *Qual o raio geográfico de intervenção?*

As respostas estão representadas em forma gráfica, segundo um gráfico de “queijo” – gráfico 8. Nove das dez associações atuam no âmbito nacional, apenas uma das associações atua unicamente a nível distrital, pretendendo alargar o seu raio geográfico de intervenção, no próximo ano.

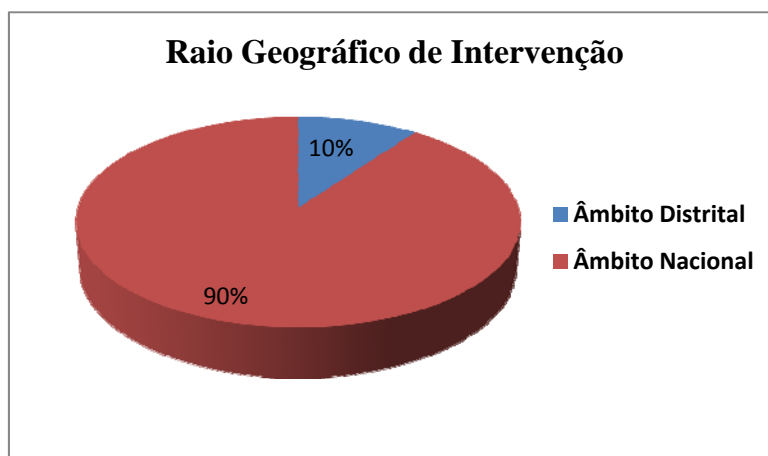


Gráfico 8: Raio geográfico de intervenção das 10 organizações mutualistas.

P: *Qual o tipo e número de elementos da Direção?*

As respostas estão representadas em forma gráfica, segundo um gráfico de barras quotizado-gráfico 9. Os elementos da direção de todas as organizações eram do tipo institucional, sendo o número mais comum de elementos, o de 5. Apenas o Montepio (dada a sua grande dimensão) apresentou um número de elementos de direção superior a 10.

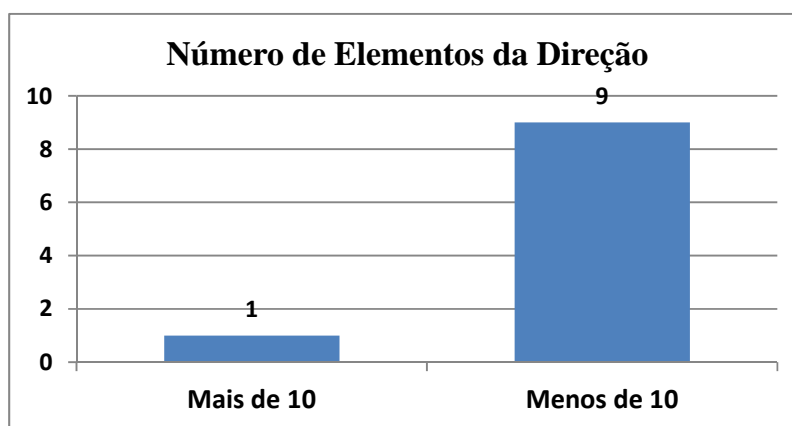


Gráfico 9: Número de instituições com menos ou mais de 10 elementos na direção. Oito direções de organizações mutualistas eram compostas por 5 membros.

P: *Quantos Colaboradores existem? Possuem atividades liberais?*

O número de colaboradores (excluindo os relacionados com atividades liberais) está representado sob forma gráfica, por associação mutualista (gráfico 10) e quotização segundo 3 grupos (gráfico 11).

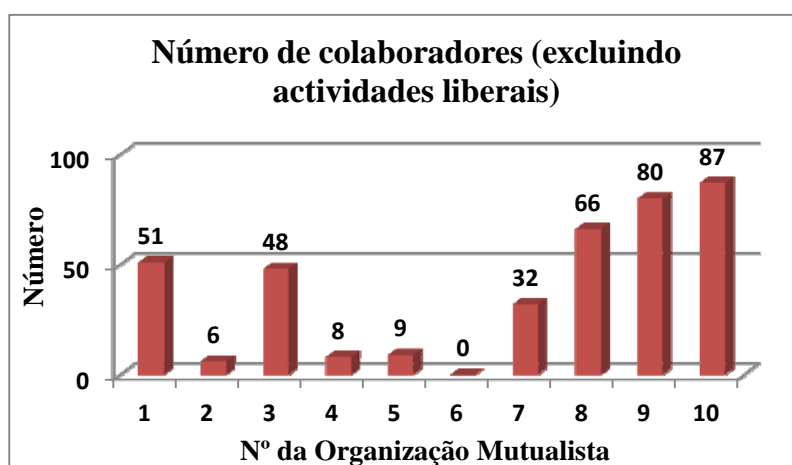


Gráfico 10: Número de colaboradores (não inclui os membros da direção) por organização.

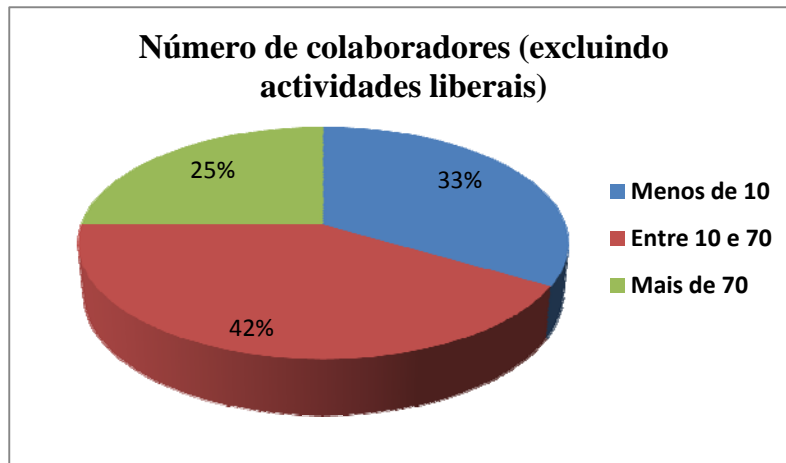


Gráfico 11: Quotização do número de colaboradores segundo 3 classes.

O número de colaboradores (agora incluindo os relacionados com atividades liberais) está representado sob forma gráfica, por associação mutualista (gráfico 12) e quotização segundo 3 grupos (gráfico 13).

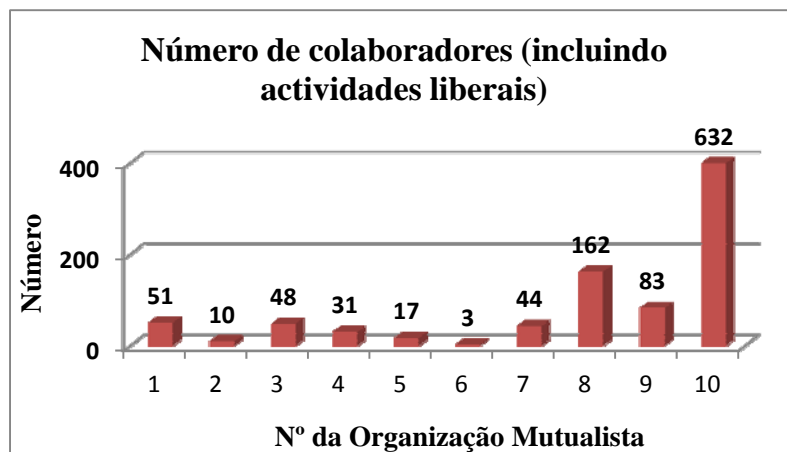


Gráfico 12: Número de colaboradores, incluindo actividades liberais e voluntários (não estão contabilizados os membros da direcção) por organização.

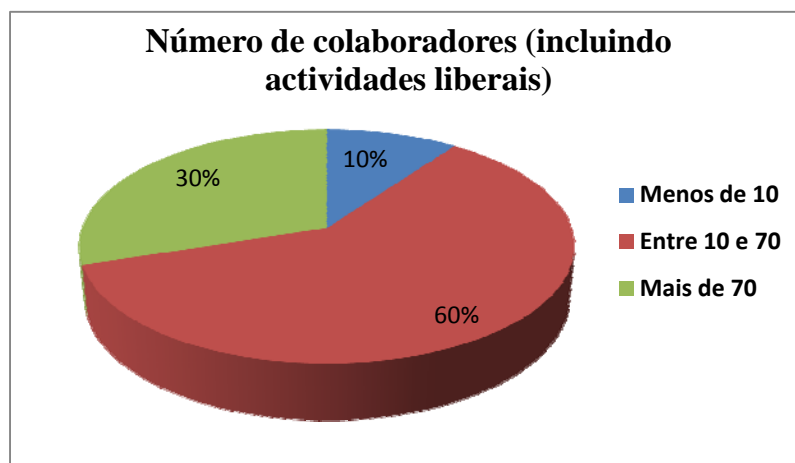


Gráfico 13: Quotização segundo 3 classes do número de colaboradores, incluindo actividades liberais e voluntários.

P: *Qual o número de protocolos/acordos de cooperação estabelecidos com outras instituições?*

O número de protocolos/acordos obtidos através de entrevista encontram-se representados graficamente, por organização mutualista (gráfico 14) e segundo uma quotização de 3 grupos (gráfico 15).

Notar que o número médio de protocolos estabelecidos sem ter em conta a 10ª organização será muito inferior ( $\approx 10$ ).

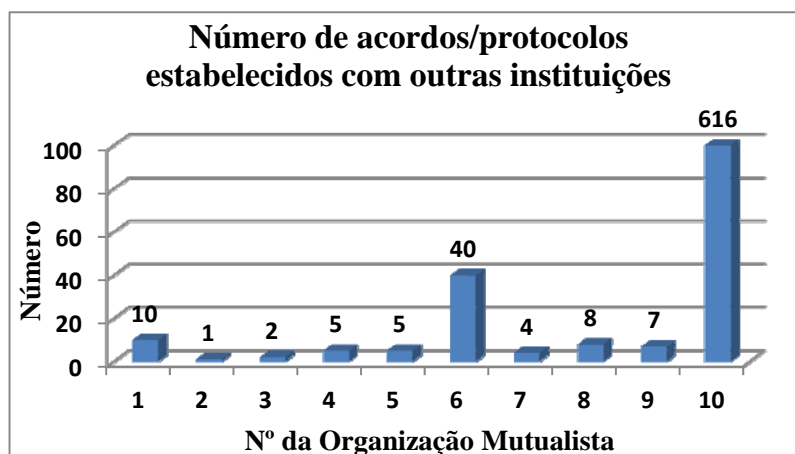


Gráfico 14: Número de acordos/protocolos estabelecidos com outras instituições (privadas ou públicas) por organização.

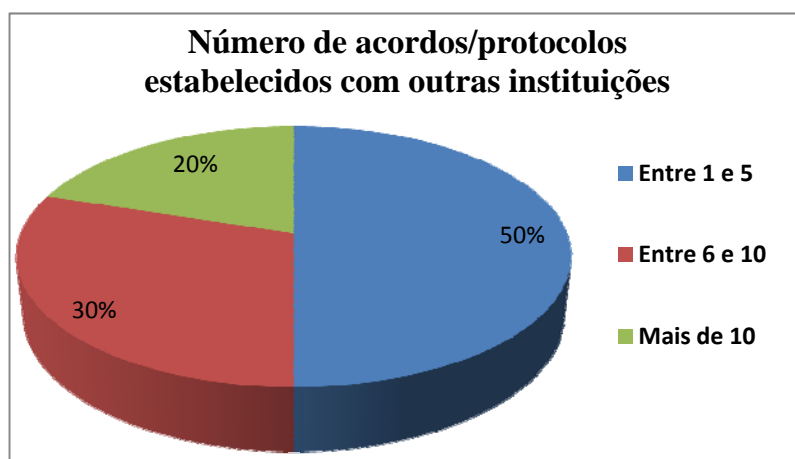


Gráfico 15: Quotização do número de acordos/protocolos segundo 3 classes.

P: Qual o património imobiliário da instituição?

O gráfico 16 ilustra a distribuição do número de organizações mutualistas, segundo o número de imóveis de que são proprietárias.

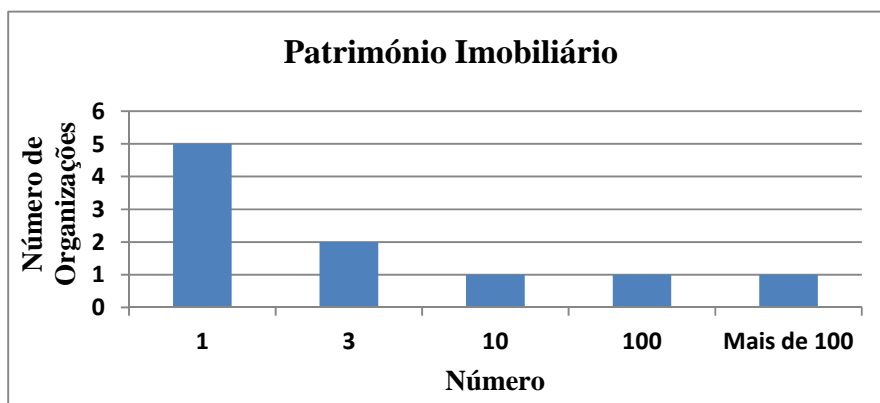


Gráfico 16: Distribuição das organizações segundo o número de imóveis que possuem (inclui sede).

P: *Quais as fontes de Receita da Instituição?*

O gráfico 17 representa a relação numérica entre um conjunto individualizado de fontes de receita, e o número de organizações que a apresentam.

De notar que o apoio financeiro por parte do Estado Português está relacionado com a prestação de uma única modalidade das duas instituições em causa. No caso da primeira está relacionada com uma percentagem por frequência de cada criança no jardim de infância e na segunda, com o apoio financeiro do programa de financiamento e apoio à reabilitação urbana.

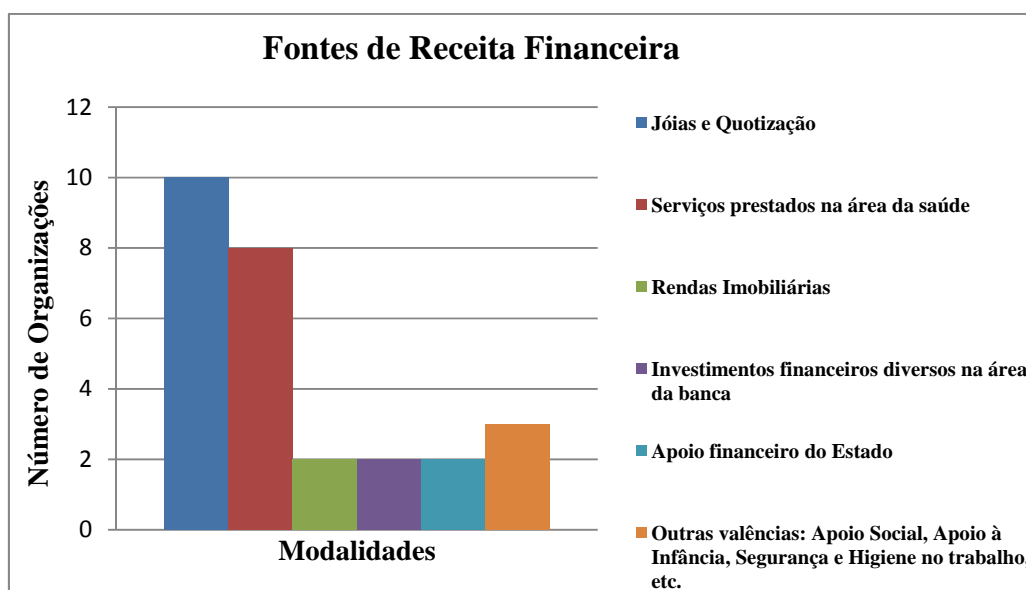


Gráfico 17: Distribuição do número de organizações segundo as modalidades de fontes de receita financeira

P: *Quais as valências/modalidades disponibilizadas pela organização?*

O gráfico 18 apresenta de forma gráfica a relação entre as diferentes modalidades existentes e a percentagem de Associações Mutualistas que a prestam.

Notar a prestação de serviços de enfermagem e consultas médicas por parte de 9 instituições. O fato de o subsídio de funeral estar representado como uma modalidade individual tem a ver com a particularidade de este subsídio ser característico (muitas vezes “tradicional”) deste tipo de organizações da Economia Social.

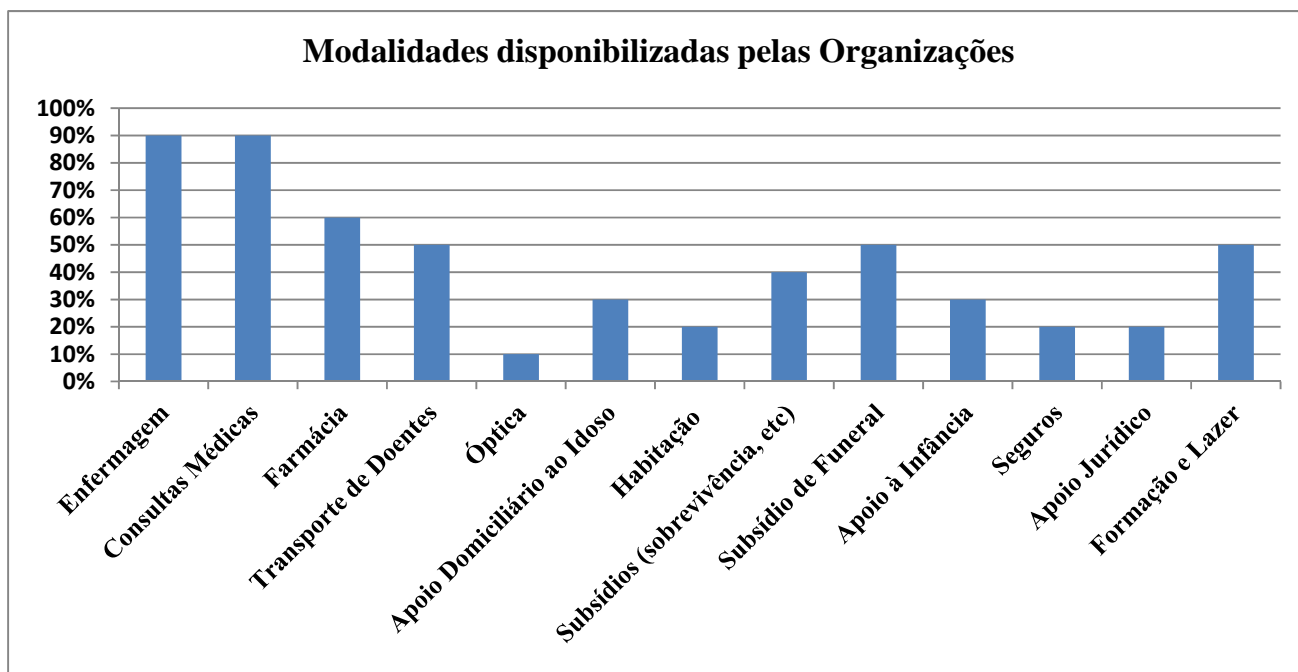


Gráfico 18: Modalidades disponibilizadas pelas associações mutualistas aos seus associados. Estas incluem: consultas médicas de clínica geral e especialidades médicas a preços reduzidos, subsídios de sobrevivência, a prazo e de funeral, descontos médios de 15% em farmácia da associação, apoio jurídico, jardins-de-infância e seguros de saúde ou acidentes...

O último tópico da entrevista dirigida conduzida consistia na colocação da seguinte questão ao entrevistado:

*“O título da Tese é: A Economia Social, pilar de um novo modelo de desenvolvimento Económico Sustentável. O que pensa nesta questão?”*

É importante a disponibilização da totalidade e na íntegra das respostas dadas pelos entrevistados pois permite uma melhor compreensão da visão que estes têm sobre a sua organização, o papel desta, como afeta o meio onde se insere, e o papel que a Economia Social tem no presente e terá num futuro próximo. Essas respostas encontram-se a seguir:

**1.**

*“O mutualismo terá sido o movimento mais nobre, humano e digno criado e desenvolvido pelo Povo. Gerido por princípios empíricos e apenas norteado por quatro grandes princípios, democracia, liberdade, independência e solidariedade, visou a beneficência e a previdência como o mais genuíno e puro sentimento de fraternidade.*

*A Economia Social procura sempre através das suas receitas positivas novas valências que garantam a modernidade e novas respostas aos seus associados. A aquisição do Imóvel irá proporcionar aos nossos associados uma melhoria nos serviços já prestados.”*

**2.**

*“Estamos preparados para responder às necessidades de todos os cidadãos. Temos infraestruturas adequadas e serviços de grande qualidade com preços mutualistas.*

*Após um período de atrofia do mutualismo, chegou o momento de, mais uma vez repensar e estimular esta prática social de forma a evitar que o seu capital humano e material se degradem e origem raturas que podem ser irreversíveis. Todos os mutualistas devem colocar em prática os valores que identificam o Mutualismo: liberdade, solidariedade, igualdade, justiça dinamismo e democracia.”*

**3.**

*“A Economia Social é a economia do futuro próximo de uma camada muito significativa da nossa sociedade. Temos excelentes infraestruturas quer a nível técnico como pessoal. A Economia Social tem capacidade de resposta e tem uma dinâmica própria. Temos bons serviços com bons preços. Este pilar vai ser uma resposta muito importante com o abalo do Sistema Nacional de Saúde pois este sistema prepara-se para fazer novos aumentos nas taxas moderadoras.*

*A Economia Social procura sempre através do seu resultado positivo novas valências que garantam a modernidade e novas respostas aos seus associados, através de consolidação de projetos, sua viabilidade e o seu estudo de sustentabilidade. A adesão é feita de forma voluntária e solidária existindo um fundo comum gerado pelas quotizações dos mutualistas, o qual permite garantir o seu futuro, bem como o dos seus familiares.”*

#### 4.

*“Vivemos uma conjuntura económica em que o endividamento e o desemprego são as principais ameaças à estabilidade das famílias. Se esta situação persistir, o Estado Social terá dificuldade em responder aos novos desafios que se vão colocando aos cidadãos. Devido aos apoios do Estado como subsídio de desemprego e rendimento de inserção social durante anos as pessoas não se preocuparam muito com a necessidade de um aforro.*

*Neste momento verificamos que o Estado está a diminuir as suas responsabilidades em todas as áreas principalmente na área da Saúde, assim sendo, a Economia Social está preparada para responder a estas necessidades a preços mutualistas com excelentes serviços de qualidade.”*

#### 5.

*“Estamos a atravessar um momento de crise, porém, a crise constitui, também uma oportunidade para testar a capacidade associativa. Para diminuir estas dificuldades exige-se, cada vez mais, a nossa mobilização para o exercício da solidariedade e da reciprocidade, ou seja, o mutualismo. É verdade que temos benefícios pois estamos isentos de IRC e qualquer tipo de taxa mas não é menos verdade que os serviços que oferecemos são de grande qualidade e pois isso faz com que o Estado se liberte também de algumas responsabilidades diminuindo os seus gastos.*

*Os associados são simultaneamente os beneficiários e os gestores dos benefícios, em que a sua quotização é a contribuição que garante os benefícios. Esta adesão implica que o cidadão se torne verdadeiramente consciente dos problemas que o rodeiam.”*

#### 6.

*“Se formos criadores e se estivermos atentos às carências que a população necessita podemos crescer muito mais pois os associados só têm a ganhar. O Estado devia partilhar mais as suas responsabilidades pois a Economia Social cria muitos postos de trabalho, fazendo com que haja desenvolvimento local e uma maior coesão social. Do Estado não precisamos de dinheiro mas sim de mais apoio pois temos sido confrontados com diminuição de benefícios como o exemplo o aumento da taxa de Segurança Social a eliminação parcial da restituição do IVA e a eliminação da quotização como dedução Fiscal.”*

**7.**

*“A Economia Social tem um potencial enorme que não tem sido aproveitado. Tendo em conta às condições económicas e financeiras é claramente um modelo em que o Estado e os cidadãos devem prestar mais atenção e integrar-se nele, já que claramente é mais benéfico. Neste período de incerteza e de conjuntura negativa, as mutualidades têm de encontrar mecanismos e formas de angariar associados, criar novos procedimentos de benefícios e apoio aos associados.”*

**8.**

*“Estamos a atravessar uma crise que avassala a Nação. Assiste-se ao endividamento das famílias, a multiplicação de pedidos de ajuda às instituições, a precariedade do emprego, a diminuição de investimentos. Isto afeta todas as instituições do País.*

*A crise também pode ser uma ponte para inovar, criando novas modalidades sustentáveis angariando assim mais associados. Através de uma quota mensal que cada um contribui, serve o bem-estar de todos podendo assim ajudar os que mais precisam. Nós temos excelentes serviços a preço baixos.”*

**9.**

*“A associação foca-se nos vários problemas sociais dos seus associados em particular, e da comunidade envolvente em geral. A crise pode ser uma janela de oportunidade para a Economia Social porque temos um modelo de gestão diferente de outras Instituições de Solidariedade Social (ex: Misericórdias) pois estão muito dependentes das convenções e participações. Nas associações mutualistas não decorre essa dependência, pois a principal receita advém da quotização dos associados, possuímos também outras valências como a creche ou o lar em que recebemos uma parte do Estado mas temos sempre as nossas contas equilibradas por existir uma gestão bem controlada.*

*Constatamos com alguma tristeza, que a Economia Social tem pouca visibilidade o que provoca um obstáculo. No modelo que se avizinha, a Economia Social pode aumentar o número de associados pois o mutualismo visa o auxílio mútuo das pessoas em situações de carência ou melhoramento das suas condições de vida.”*

## 10.

*“O Montepio, a maior associação mutualista do País e instituição financeira entre as líderes no plano nacional, é parceiro da sociedade civil e sustenta a sua atividade em sólidas bases de solidariedade interpares, em linha com as melhores práticas de Responsabilidade Social (RSE) e ética corporativa.*

*Ao defender que só a partilha do risco e a solidariedade da ação podem ser receitas de sucesso, esta Instituição assume a dupla qualidade de empresa e de mutualidade, posiciona-se como entidade-ponte entre o Setor Solidário e o lucrativo e como parceiro do Estado no desenvolvimento sustentado de uma política de inclusão.*

*Enquanto instituição do setor da Economia Social, tem por missão colocar o progresso económico ao serviço dos associados, dos clientes e da comunidade e não encara outro futuro que o de continuar a prestigiar o mutualismo, a apoiar as famílias, as empresas e os projetos empreendedores, com seriedade, transparência, rigor, ética e humanismo.*

*Para tal, alinha a sua atuação pelas melhores práticas de RSE, defendendo um envolvimento crescente do mundo empresarial na resolução das questões sociais, a promoção de uma sociedade inclusiva e o desenvolvimento de uma cidadania consciente, que garanta uma proteção social de qualidade ao longo do ciclo de vida dos indivíduos e a disseminação da solidariedade pela comunidade.”*

### 3. Discussão dos resultados

Os resultados mostram-nos que, apesar de o estudo incluir apenas 10 organizações, a soma total do número de associados nelas registados é superior a 700 mil. Contudo há que notar que este estudo contemplou a maior associação mutualista do País – Montepio Geral Associação Mutualista – que contribuiu com quase  $\frac{3}{4}$  dos associados para o valor obtido. De fato, a grande maioria das associações mutualistas é de pequena dimensão, tendo um número de associados respetivo inferior a 10 mil (Mouro H. 2001).

O número de trabalhadores destas instituições é composto por uma grande percentagem de trabalhadores liberais, sendo também importante referir que o número de voluntários nestas instituições, embora de difícil quantificação, é elevado (Mouro H. 2001).

O raio de intervenção das associações era de forma geral do âmbito nacional, sendo que a associação de âmbito de intervenção distrital estava a preparar-se para expandir o seu raio de ação.

É também de constatar o grande número de protocolos existentes entre estas instituições de apoio mútuo e instituições públicas ou privadas, o que confere ainda mais vantagens aos seus associados, e uma força maior a estas organizações.

As principais fontes de receita financeira comuns às associações estão relacionadas com os associados, pela quotização e joias. No caso particular do Montepio há que adicionar os seguros, e os investimentos financeiros no setor bancário. No caso das associações que disponibilizam um elevado número de imóveis para arrendamento, esta torna-se uma das principais fontes de rendimento.

Outras fontes menores de rendimento prendem-se com as modalidades disponibilizadas, como os serviços médicos, a farmácia e as mensalidades provenientes das creches, etc.

O património imobiliário medido em número de imóveis (não foi possível a obtenção do valor total estimado) é variado, sendo que a maioria das associações apenas possui um, onde está instalada a sede.

Algumas associações possuem vários imóveis, onde disponibilizam um conjunto de serviços, como serviços médicos (existe uma associação que permite o internamento de utentes na clínica), ou arrendamento de habitação.

A análise às respostas obtidas para a última e mesma pergunta colocada nas diversas entrevistas, permite concluir acerca das opiniões de quem está no topo das organizações e conhece de perto a realidade:

- A crise económica pode ser uma oportunidade para a expansão da Economia Social (por exemplo através do mutualismo), já que as dificuldades exigirão, cada vez mais, a mobilização dos indivíduos para o exercício da solidariedade e da reciprocidade, fazendo

com que o cidadão se torne verdadeiramente consciente dos problemas que o rodeiam e ajude a enfrentá-los em espírito de solidariedade humana.

- Obstáculos existentes, como a baixa visibilidade por parte do setor. O nível de conhecimento do setor por parte do público é baixo, o que torna difícil a angariação de pessoas de comunidades locais no envolvimento em organizações de cariz social, dificultando o crescimento da Economia Social no País.

Apoio insuficiente por parte do Estado e pelo setor privado com fins lucrativos, que não exercem a sua responsabilidade social adequadamente.

---

## Capítulo III

### Conclusão

## Conclusão

Com a mudança económica e social face ao atual desenvolvimento da sociedade e com a redução do papel do Estado quer na economia quer na sociedade é sobretudo nas organizações da Economia Social que recai o papel de responder às necessidades geradas. O papel da Economia Social apresenta-se com uma importância decisiva no que respeita ao seu papel na promoção da justiça social e da equidade.

A crise que avassala o mundo, com especial incidência na Europa, requer cada vez mais respostas integradas e concertadas. Identificados novos problemas sociais, como a globalização na liberalização dos mercados financeiros e mercadorias, as crises económico-financeiras, o aumento do desemprego, as desigualdades sociais resultantes da incapacidade dos Estados na promoção e repartição equitativa dos rendimentos e a redefinição do papel do Estado, compete à Economia Social criar mais mecanismos de promoção da coesão social.

A Economia Social tem vindo a desempenhar um papel extremamente importante entre a economia pública e a economia privada, no sentido de dar resposta a problemas não só sociais mas também culturais e ambientais. Pode, por isso, afirmar-se que a Economia Social se tem modificado e alargado o âmbito da sua ação, a que naturalmente correspondem necessidades de financiamento acrescidas.

No capítulo 1 - Revisão da Literatura – é dado o exemplo do Quebec que visa ilustrar a implementação com sucesso de uma estrutura económica e social que envolve com profundidade a Economia Social. De fato, os biliões de euros movidos e gerados pela Economia Social e Solidária, os milhares de empregos criados e a redução da injustiça social e da pobreza, têm levado a um grande aumento de publicações quer por parte de autores de renome, quer por parte de diversas entidades reconhecidas como a OCDE (“The Social Economy. Building inclusive Economies, Antonella Noya e Emma Clarence”, 2007), ou pelo *Chantier de l’Economie Sociale* do Quebec, onde é demonstrado o elevado potencial da Economia Social e Solidária.

A Economia Social compreende, no contexto da UE, cerca de 10% do conjunto das empresas, um universo de 2 milhões de empresas, representando cerca de 6,45% do emprego total e 7,78% do emprego por conta de outrem (CIRIEC, 2007).

Em Portugal, o volume de emprego criado pela Economia Social e a riqueza gerada, assumem menor preponderância relativamente a outros países da Europa, no entanto não deixa de ser significativo particularmente na era atual, onde as organizações da Economia Social são chamadas a intervir como auxiliares das políticas sociais, a nível da inserção de grupos excluídos. O sistema formado pelas associações mutualistas como já caracterizado no trabalho, assume-se como “um sistema privado de proteção social que visa o auxílio mútuo em situações de carência ou de melhoramento das condições de vida dos associados, como forma voluntária de realização do ideal da solidariedade”, representando uma das mais fortes formas de Economia Social e Solidária em Portugal (Neves, 1998).

A falta de dados concretos e atuais impulsionou o desenvolvimento e integração de um estudo prático neste trabalho (Capítulo 2 – Estudo Experimental), o qual incidiu precisamente sobre algumas das mais importantes associações mutualistas do país. Apesar das limitações inerentes ao estudo experimental, como o universo limitado tanto em número como em tipo de organizações da Economia Social, pode-se afirmar que os dados obtidos permitiram correlacionar valores médios, opiniões e ideias com os descritos no capítulo de revisão bibliográfica.

O volume de emprego gerado pela Economia Social nestas organizações é significativo, sendo que a maioria (não foi possível quantificar) dos trabalhadores possui caráter voluntário. A estrutura comum, em termos de trabalhadores vai de encontro à descrita por Lopes (2008): “voluntários que exercem funções de governação, trabalhadores voluntários que exercem funções executivas e não executivas e profissionais qualificados pagos (licenciados que desempenham posições de gestão intermédia e funções técnicas, e pessoal não licenciado, tais como balconistas, cozinheiros, motoristas, ajudantes, zeladores, etc”.

Foi possível aferir que apesar de este tipo de organização da Economia Social ser relativamente numerosa no País, a dimensão média medida em número de associados, é de cerca de 20.000 (excluindo o Montepio). Contudo, metade das associações entrevistadas registavam um número de associados inferior a 10.000, sendo um número bastante alto quando se tem em conta a existência de perto de uma centena de associações mutualistas. O número de associados representa também de certa forma, o interesse dos cidadãos e da sociedade nestas instituições, bem como o grau de envolvência destas na sociedade.

Apesar de praticamente todas as organizações mutualistas possuírem um raio de ação de âmbito nacional, a distribuição geográfica do número de associados é favorável à região norte, com especial vantagem para o distrito do Porto, talvez fruto da tradição mutualista presente desde longa data.

Uma das limitações referidas pelos entrevistados e encontrada na literatura é a falta de visibilidade, de promoção das organizações da Economia Social, o que vai de encontro a uma das limitações descritas pelo estudo da EQUAL em 2005. O desconhecimento por parte do público, bem como o fato de a promoção das vantagens da Economia Social não ser eficaz ou suficiente, leva a um envolvimento aquém do esperado, quando se compara com dados de outros países europeus.

A partir desta constatação dever-se-ia refletir acerca de formas mais eficazes de promoção da Economia Social na sociedade. Talvez por dificuldades que o sistema económico dominante coloca a estas organizações, quer a nível de apoios ou cooperação, levando a uma perceção de utilidade destas inadequada – o estudo e principalmente a divulgação de casos de sucesso, com a apresentação da riqueza gerada, benefícios económicos e sociais, poderiam melhorar a imagem das organizações junto dos potenciais clientes. De notar que o modelo Quebequiano apresentado neste trabalho sublinhava também uma estreita cooperação entre o governo e as instituições do setor da Economia Social e Solidária.

Outra limitação referida nas entrevistas tem a ver com os incentivos fiscais concedidos pelo Estado, que têm até vindo a ser reduzidos. Apesar de o não financiamento, ou financiamento limitado por parte do Estado ser referido por alguns entrevistados, o sentimento de redução dos benefícios fiscais sobrepõe-se.

O fato de o financiamento por parte do Estado a estas organizações ser bastante limitado ou inexistente na esmagadora maioria das instituições, leva-nos a encarar isto de duas formas: (i) por um lado, as organizações estão na sua maioria privadas de uma importante fonte de financiamento, o que pode levar à sua insustentabilidade, dado o conjunto de serviços de qualidade - comparável aos prestados por empresas públicas ou privadas - que disponibiliza a preços mais baixos, e o número relativamente baixo de associados de algumas instituições, sabendo-se que a principal fonte de receita da maioria das organizações mutualistas são as quotizações dos seus associados; (ii) por outro lado, o fato de não dependerem do

financiamento do Estado, se subsistirem apesar do grande número de dificuldades, pode constituir uma prova da resistência destas organizações a condições adversas e, portanto, da sua elevada sustentabilidade.

Assim, o fundamento da sustentabilidade das associações mutualistas baseia-se na sua definição, estatutos e objetivos: são instituições sem fins lucrativos, o que significa que a sua preocupação primeira e última é maximizar o bem-estar dos seus associados. Contudo, os custos associados a essa maximização são suportados pelos associados, que usufruem das valências da instituição, não sendo por isso um modelo dependente do Estado, e como tal, mais forte e sustentado - os associados são simultaneamente os beneficiários e os gestores dos benefícios, em que a sua quotização é a contribuição que garante os benefícios. Nesse sentido, é definido o valor das quotas e das taxas de rendimento, de acordo com essa preocupação. Apesar da definição à partida desses preços, procuram através da eficiência da sua gestão, não só cumprir tais condições, já exigentes em si mesmo, como ultrapassá-las, gerando excedentes, que para além de reforçar os respetivos fundos próprios (coletivos) e financiar a realização de outros projetos em favor dos associados ou da sociedade, podem proporcionar o reajustamento das quotas ou dos benefícios, em favor dos respetivos associados e seus beneficiários. A melhoria e disponibilização de novos serviços, promoção e valorização do património da associação e controlo de custos melhoram a sustentabilidade operacional e organizacional.

Os resultados do estudo mostram ainda uma significativa diversidade de modalidades disponibilizadas aos associados, desde a área da saúde, passando pelos seguros e subsídios, até à habitação. Isto demonstra o largo leque de serviços disponibilizados, que tentam por um lado servir os associados dentro da associação, com todos os benefícios de acesso inerentes, e por outro lado fidelizar os associados com a perceção verdadeira de que podem usufruir dos serviços sem recorrerem a empresas públicas ou privadas a custos mais elevados.

Também as empresas devem tornar-se parte, intervir na sociedade, agir socialmente com responsabilidade social. O exercício da RSE traduz-se na transferência de recursos do setor privado para o setor da Economia Social, sendo a RSE uma fonte de financiamento ainda significativa para a Economia Social. Muitas atividades beneficiam das verbas que são disponibilizadas por esta via, permitindo diversificar fontes de financiamento e aumentar o nível de prestação dos seus serviços.

O significado prático da Responsabilidade Social das Empresas poderá traduzir-se na maior motivação dos trabalhadores e seu conseqüente aumento de produtividade, redução na exploração de recursos e despesas energéticas e uma maior reputação junto dos clientes e sociedade em que está inserida.

De notar mais uma vez, que os apoios sociais e financeiros a instituições da Economia Social e Solidária podem ser feitos de inúmeras formas, e em diferentes graus. O cidadão deve associar-se, deve tomar consciência do que contribui, do que recebe, do que o rodeia, enquanto o Estado deve apoiar e ver a Economia Social como um importante parceiro interno, para a criação de emprego, justiça social, serviços de saúde, etc. O disponibilizar por parte das organizações mutualistas de soluções de proteção social complementar, na saúde e na previdência, levariam a uma otimização da utilização de recursos tanto por parte do Estado, como por parte das organizações, sendo que em parceria com os sistemas públicos, contribuía para uma sociedade mais justa, humana e solidária.

O título do trabalho pretende também relacionar a crise económica atual, com a possibilidade de esta ser uma janela de oportunidade para a Economia Social assumir um papel mais importante no sistema económico e social dominante, proporcionando uma sustentabilidade económica e social superior. Na revisão da literatura foi retratada a importância da Economia Social em termos de criação de emprego e riqueza gerada, esbatimento das diferenças e injustiças sociais e auxílio mútuo, com a indicação de dados concretos e numéricos, como planos de ação ou declarações de reconhecimento da sua importância e potencial. Também no caso prático, foram obtidas opiniões que vão de encontro à ideia de uma oportunidade de crescimento e ascensão a um papel com maior destaque na sociedade por parte das organizações da Economia Social (neste caso concreto através do mutualismo), já que as dificuldades exigirão, cada vez mais, a mobilização dos indivíduos para o exercício da solidariedade e da reciprocidade, fazendo com que o cidadão se torne verdadeiramente consciente dos problemas que o rodeiam e ajude a enfrentá-los em espírito de solidariedade humana. O corte dos gastos e a desresponsabilização por parte do Estado em vários setores aumentará o desemprego e provocará uma queda na acessibilidade e qualidade dos serviços públicos, nomeadamente na área da saúde, levando a que a Economia Social assumira um papel tanto de complementaridade aumentada, como de alternativa, dados os excelentes serviços, infraestruturas existentes e baixos preços praticados.

As correlações realizadas entre as opiniões de diversos autores, dados concretos obtidos no estudo experimental e os existentes a nível oficial ou não oficial, de âmbito nacional ou internacional, permitem afirmar com maior certeza que a Economia Social é um modelo com base num desenvolvimento económico mais transparente e promotor da criação de emprego, viabilizando uma ética na gestão e na comunicação, privilegiando o desenvolvimento sustentável como um todo em detrimento do individual. No entanto é também promotora de novas atividades, serviços e de tecnologias sociais que promovem a identidade social.

A Economia Social pode ser potenciada e beneficiada largamente, se os obstáculos atuais como a baixa visibilidade, independência política, pequena dimensão, falta de apoio social e financeiro e incentivos fiscais, entre outros, forem ultrapassados. A revisão bibliográfica apontou para estes fatores limitativos universais, e particularmente presentes em Portugal, que foram confirmados no estudo experimental. A necessidade de apoio e promoção da Economia Social é um fator de grande importância e uma das conclusões deste trabalho. A integração adequada é e será difícil, dependendo fortemente do interesse do Estado (como um membro colaborador e de apoio mútuo) e dos cidadãos – a dificuldade em alterar um pouco a cultura da sociedade e o modelo socioeconómico presente pode ser facilitada pela divulgação de casos de sucesso atuais, com a apresentação de valores concretos em termos de ganho. O aumento do peso da Economia Social levará a um modelo económico e social mais justo, equilibrado e sustentável – ressalta-se novamente o modelo Quebequiano apresentado no primeiro capítulo como exemplo da implementação e dos benefícios da exploração deste modelo.

Para finalizar, a Economia Social parece apresentar-se como um caminho alternativo e sustentável, um caminho onde a pessoa não é um número, e a natureza não é um bem privado. Pode ser encarada como uma corrente de ação que visa recuperar o sentido social e ético da economia para enfrentar a desigualdade, a pobreza e a exclusão social.

---

## Capítulo IV

### Bibliografía

## Bibliografia

- Albuquerque, R., Lígia Ferreira, e Telma Viegas (2000). O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório: Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal. *Celta Editor*.
- Amaro, R. (2004). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria economia solidária contributos para um conceito - CEA.
- Amin, A. (2009). *The Social Economy: International Perspectives on Economic Solidarity* (1 ed.): Zed Books Ltd; p. 15-55,90-133,191-211.
- Andrade, A. M., & Franco, R. C. (2007). Economia do conhecimento - organizações sem fins lucrativos. *SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação*.
- Ashley. (2002). Ética e Responsabilidade Social nos negócios. *Saraiva*.
- Bridge, S. (2008). *Understanding the Social Economy and the Third Setor* (2 ed.): Palgrave Macmillan.
- Burke, L., & Logsdon, J. M. (1996). How corporate Social Responsibility pays off. *Long Range Planning*, 29.
- Cardoso, J. (2002). Corporativismo e Estado-Providência. Aveiro: XXII Encontro da APHES.
- CASES. (2006). A responsabilidade social das grandes cooperativas portuguesas.
- CASES. (2009). As 100 Maiores Empresas Cooperativas.
- Chaves, R., Monzón J. (2006). A Economia Social na União Europeia. *CIRIEC*.
- CIRIEC. (2007). European Economic and Social Committee by the International Centre of Research and Information on the Public Social and Cooperative Economy-CIRIEC, The Social Economy in the European Union.
- Davidson, C. (2008). *Solidarity Economy: Building Alternatives for People and Planet*: ChangeMaker Publications.
- Deffourny, J., Favreau, L.Laville (1998). Insertion et nouvelle économie sociale. Un bilan international. Paris, Desclée de Brouwer.
- Dias, Alcina (2012). Diffusion and efficiency of the ISO 9000 standards within the European Union: a qualitative and quantitative analysis in Portuguese organizations, PhD Thesis, Universidad del País Vasco, Spain.
- Europeia, C. (2001). Livro Verde , Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas, Bruxelas.
- Eurostat. (1999). Statistiques en bref (population et conditions sociales), N° 13: “les transferts sociaux et leurs effets redistributifs dans l’UE”.
- Evers, A. (1995). Part of the welfare Mix: The Third Sector as an Intermediate Area, *Voluntas*, 6 (2): 159-182.

- Evers, A. (2000). Les dimen contributions europé l'économies plurielles.
- Favreau, L., & Lévesque. (1996). Développement économique communautaire Économie Sociale et Intervention. Presses Universitaire du Québec, Canadá.
- Ferreira, S. (2010). As organizações do terceiro sector na reforma da Segurança Social: IV Congresso Português de Sociologia.
- Ferreira, S. M. D. (2000). O papel das organizações do terceiro sector na reforma das políticas públicas de protecção social - Uma abordagem teórico-histórica. *Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*.
- Filho, C. (2002). Terceiro Sector, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia análise e dados, Salvador, 12(1)*.
- Filho, C. (2006). Responsabilidade Social e Governança, o Debate e as implicações. Thamoson.
- Franco, R., S.W. Sokolowski, E.M.H. Hairel e L.M. Salamon. (2005). The Portuguese Nonprofit Sector in Comparative Perspective *Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa*.
- Giddens, A. (1998). The Third Way. The Renewal of Social Democracy. *Cambridge, Polity*.
- Gide, C. (1999). Écrits 1869-1886. *Editions Harmattan/Committee for the edition of works of Charles Gide, Paris*.
- Graça, L. G., J. . (2002). História das Misericórdias Portuguesas. Parte I.
- GRACE. (2004). Guia Prático para a Responsabilidade Social das Empresas, Primeiros Passos. *Instituto ETHOS*.
- Hayek, F. A. (1980). Législation et Liberté. Une Nouvelle Formulation des Principes Libéraux de Justice et d'Économie Politique. *Paris, PUF*.
- Husted, W. (2003). Governance choices for corporate Social Responsibility: to contribute, collaborate or internalize? *Long Range Planning*.
- INE. (1997). Estatísticas da Protecção Social - Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2011). A Economia Social na UE e no Mundo - Conta Satélite da Economia Social. Lisboa.
- Jamali, D., & Mirshak, R. (2007). Corporate Social Responsibility (CSR): theory and practice in a developing country context. *Journal of Business Ethics, 72(3)*.
- Laville, J.-L. (1994). L'économie solidaire, une perspectiva internationale. Paris: Desclée de Broker, p 79.
- Laville, J.-L. (2000a). Terceiro Sector - Definição Europeia. *CIRIEC - As Empresas e as organizações. Um Desafio Estratégico para o Emprego, INSCOOP, LISBOA*.
- Laville, J.-L. (2004). A Economia Social e Solidária uma visão Europeia. Alتامira.
- Laville, J.-L. E., B. . (2000b). Pour une approche pluraliste du tiers secteur. *Mana, Revue de Sociologie et d'Anthropologie, Paris: Presses Universitaires de Caen, n.7 (dossier: France/Brésil -Politiques de la question sociale)*.

- Laville, J.-L. e. C., António David (2005). *Dictionnaire de L'Autre Économie, économie solidaire* Desclée de Brouwer, Paris.
- Lévesque, B., Joyal, A. (1989). *L'autre économie. Une économie alternative*. Québec, Canada: Presses de L'Université de Québec, 125 p.
- Lisboa, A. M. (1999). A emergência das redes de economia popular no Brasil. In: Dal Ri, Neusa Maria (org). *Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, p. 55-89.
- Lopes, J. S. (2008). Reflexões sobre Economia Social. *Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES)*.
- Manuela, A. (2006). Ideal (and Real) Types of Welfare State. *Technical University of Lisbon, Department of Economics; CISEP – Research Centre on the Portuguese Economy, R. Miguel Lupi 20, 1249-078 Lisbon*.
- Melícias, V. (2003). A responsabilidade social das empresas. *CES*.
- Mendell, M. (2002). The Social Economy in Quebec: Discourses and Strategies. In *Critical Political Studies: Debates from the Left*, Abigail Bakan and Eleanor Macdonal, 319-343. *Queen's University Press*.
- Midgley, J. (1997). *Social Welfare in Global Context*. Londres: Sage.
- Miller, E. (2006). *Solidarity Economics: Building Other Economies from the BottomUp and the Inside-Out*. Greene, ME: JED Collective.
- Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (1998). Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, Lisboa: União das Mutualidades Portuguesas.*
- Mishra, R. (1995). *O Estado-Providência na Sociedade Capitalista*. O. Oeiras: Celta.
- Monzón, J. L. (2004). Cooperativas, Economía Social y Globalización. En: *Economía Social y cooperación al desarrollo en Ibero América*. Madrid: MTAS / FIES, p. 8-27.
- Morais. (2008). *Economia social e solidária: do que se trata este complexo e contorverso setor - Balanço, tendências e perspectivas para a análise do caso brasileiro*.
- Mouro, H. (2001). *Solidariedade e mutualismo : um espaço partilhado*: Quarteto.
- Namorado. (2007). Os quadros jurídicos da Economia Social - Uma introdução ao caso Português. *Faculdade de Economia Social de Coimbra, Estudos Sociais*.
- Neamtan, N. (2009). *International Labour Organisation Panel on Sustainable Enterprise*, Chantier de l'économie sociale.
- Neamtan, N., Mendel, M. (2002). *The Social and Solidarity Economy: Towards an 'Alternative' Globalisation*. Vancouver: The Carold Institute for the Advancement of Citizenship in Social Change Langara College.
- Neves, Ilídio das (1998), *O Mutualismo e a Política de Protecção Social em Portugal*. C. P.
- Nicolau, I., & Simaens, A. (2008). O impacto da Responsabilidade Social das Empresas na Economia Social. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*.

- Nunes, F., L. Reto e M. Carneiro. (2001). O Terceiro Sector em Portugal: Delimitação, Caracterização e Potencialidades. *Instituto António Sérgio de Sector Cooperativo (INSCOOP)*.
- OCDE. (1998). OECD Economic Surveys 1998 – Portugal.
- Pearce, J. (2003). *Social Enterprise in Anytown* (1 ed.): Calouste Gulbenkian Foundation.
- Pereirinha. (2006). Construção do Estado-Providência em Portugal no período do Estado Novo (1935- 1974): notas sobre a evolução da despesa social. Ponta Delgada: XXVI da APHES.
- Pestoff, V. A. (1998). Beyond the market and state: social enterprise and civil democracy in a welfare society. *Aldershot, Hants, England; Brookfield, Vt., USA: Ashgate Pub.*
- Picolotto. (2008). Novos movimentos sociais económicos: economia solidária e comércio justo. *Otra Economía*, 2(3).
- Poirier, Y. (2008). Solidarity Economy in North America – A history. *Alliance for a Responsible, Plural and Solidarity-based Economy (ALOE) and RIPESS North America*.
- Polanyi, K. (1983). La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps. Paris: Gallimard.
- Powell, M. (2004). Welfare regimes and the welfare mix. *European Journal of Political Research*.
- Reich, B. (1998). The new meaning of corporate Social Responsibility. *California Management Review*, 40.
- Reis, António, Presidente da Direção da Beneficência Familiar - Associação de Socorros Mútuos (2011). Carta dirigida aos associados.
- Reis, M. H. G. (2003). A Economia Social face às questões do emprego: a função reguladora do Terceiro Sector no domínio da política económica e social. Tese de Doutoramento em Economia. *ISEG*.
- República Portuguesa. Artigo 80 da Constituição da República Portuguesa da VII revisão constitucional, 2005.
- República Portuguesa. Artigo 82 da Constituição da República Portuguesa da VII revisão constitucional, 2005.
- Röpke, W. (1963). The Economics of the Free Society. *Chicago: Henry Regnery Company*.
- Rosanvallon, P. (1995). La nouvelle question sociale – Repenser l’Etat-providence. Paris: Seuil.
- Salamon, L. (1992). In search of nonprofit sector: the quest for definition’s. *Voluntas*, v.3, n.2, p.267-311.
- Salamon, M. (1998). Facets of the Nonprofit Setor: Policy Implications of Scale and Structure. *XXth Anniversary Conference of the CVO: Third Sector Organisation in a Changing Policy Context*.

- Santos, B. d. S., “The Welfare State in Portugal: Between Conflicting Globalizations”, Oficina do CES, 140. (2000). *The Welfare State in Portugal: Between Conflicting Globalizations*, Oficina do CES, 140.
- Serra, J. B. (1997). Portugal, 1910-1940: da República ao Estado Novo. *Catálogo Exposição Portugal-Frankfurt*.
- Smith, C. (2003). Corporate Social Responsibility. Whether or how? *California Management Review*.
- Sociale, C. É. (1996). Osons la solidarité ! - Rapport du groupe de travail sur l'économie sociale, Sommet sur l'économie et l'emploi.
- Sociale, C. É. (2011). L'économie sociale, j'achète - Initiatives pour développer l'achat public auprès des entreprises collectives. Retrieved 04-08-11.
- Viegas, J. M. L. (2004). Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia. *CIES-ISCTE / CELTA*.
- Windsor, D. (2001). The future of corporate Social Responsibility. *The International Journal of Organizational Analysis*.
- Yin, R. K. (2009). *Case study research: design and methods*: Sage Publications.

### **Webgrafia:**

- Cortázar, J. (2011)  
[http://www.forumavarzim.org.pt/site/images/Docs/Mutualismo/caso\\_portugues.pdf](http://www.forumavarzim.org.pt/site/images/Docs/Mutualismo/caso_portugues.pdf).  
 Retrieved 18-11-11.
- EQUAL. (2005). [http://ec.europa.eu/employment\\_social/equal/data/document/cippt.pdf](http://ec.europa.eu/employment_social/equal/data/document/cippt.pdf). 11-09-11.
- IAPMEI. <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=1860>. Retrieved 16-09-11.
- [http://www.3sector.net/equalificacao/src\\_cdroms/novos\\_conceitos\\_praticas/recursos\\_complementares/Mutualismo.pdf](http://www.3sector.net/equalificacao/src_cdroms/novos_conceitos_praticas/recursos_complementares/Mutualismo.pdf). Retrieved 14-11-11.
- <http://www.impactus.org/pdf/Revistas/impactus6.pdf>. Retrieved 16-09-11.
- <http://www.thenews.coop/article/global-300-co-operatives-generate-16-trillion-revenue>. Retrieved 04-09-11.

---

## Anexos

## **I- Informação Recolhida**

### **Entrevista 1**

**Nome da Instituição: A Beneficência Familiar – Associação Mutualista**

**Morada: Rua Formosa, 325                      4000-252 Porto**

**NIF: 500746516**

**Data de criação: 1877**

**Pessoa entrevistada e função: António Santos Reis - Presidente da Direção**

**Data: 01/09/2011**

#### **Q1    Quais as valências que existem? Quais as valências em estudo/projeto desenvolvidas?**

Saúde: A nossa associação é Societária da Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto, que proporciona aos nossos associados consultas de serviços Médicos de Clínica Geral, Especialidades (Clínica Dentária, Obesidade, Ortopedia, Neurologia, Urologia, Cardiologia, Oftalmologia, Psiquiatria, Nutrição, Cessação Tabágica, Cirurgia Vascular, Otorrino, Dermatologia, Reumatologia, Pneumologia, Provas F, Respiratórias Teste, Alergologia, Pediatria, Psicologia, Ginecologia/Obstetrícia, Podologia e Serviço de Enfermagem, e um benefício de 15% na aquisição de medicamentos na Farmácia da Liga.

Modalidades Complementares de Segurança Social: Subsídio de Funeral.

Outras Modalidades:

Secção Funerária que tem por objetivo prestar Serviços de Funerais, e afins, de grande qualidade a preços mutualistas.

Secção de Ambulâncias tendo como objetivo o Transporte de Associados e Familiares doentes.

Turismo Social realizando viagens de Cultura e Recreio em Portugal e no estrangeiro.

#### **Q2    Quantos Associados é que possuem? Qual o raio geográfico de intervenção?**

Cerca de 56.000 Associados.

O raio geográfico é principalmente o grande Porto, mas possuímos também associados em todo o território do continente, Ilhas, e até no estrangeiro.

**Q3 Qual o tipo e número de elementos da Direção? Quantos Colaboradores existem? Possuem atividades liberais?**

A Direção tem 5 elementos (Presidente, Tesoureiro, Secretário e 2 Vogais) praticando o voluntariado.

São 51 colaboradores.

Não temos atividades liberais.

**Q4 Quantos protocolos/acordos de cooperação estabelecidos com outras instituições? Quais as iniciativas/atividades de apoio à dinamização da economia local?**

Temos 10 acordos de cooperação: Montepio Geral, Benéfica e Previdente, A Vencedora, A Previdência Familiar do Porto, Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta, Associação Mutualista dos Artistas – Casa do artista/norte, Elos de Solidariedade, Associação dos Reformados e Pensionistas do Montepio e da Caixa de Socorros e Pensões dos S.T.C.P., Clube do Pessoal da EDP (Delegação do Porto) e Associação de Reformados da EDP (Delegação do Porto).

Como atividade de apoio, informação, divulgação e dinamização das modalidades praticadas é efetuado um mailling anual de 100 mil exemplares distribuídos por todos os associados e a realização de espetáculos no Coliseu do Porto em comemorações de cinco em cinco anos.

**Q5 Qual o património que possuem? Quais as fontes de Receita?**

Dois prédios situados na Cidade do Porto: Um imóvel com duas frentes na Rua Formosa, n.ºs 343 a 353 e Rua Dr. António Emílio Magalhães, n.ºs 10 a 20 com cave, sub-cave, sub-loja, rés-do-chão, três andares e um recuado com os comprimentos de 49,50 m por 14,50m de largura, para aqui serem instaladas a Sede Social, Caixa Económica e Serviços.

O outro imóvel é na rua Ateneu Comercial do Porto, onde estão instalados os serviços da Secção Funerária.

As fontes de receita advêm sobretudo da quotização dos associados e das receitas positivas das modalidades.

**Q6 Alguma medida e apoio do Estado?**

Nenhuma medida de apoio.

**Q7 O título da minha Tese é: A Economia Social, pilar de um novo modelo de desenvolvimento Económico Sustentável. O que pensa nesta questão?**

O mutualismo terá sido o movimento mais nobre, humano e digno criado e desenvolvido pelo Povo. Gerido por princípios empíricos e apenas norteado por quatro grandes princípios, democracia, liberdade, independência e solidariedade, visou a beneficência e a previdência como o mais genuíno e puro sentimento de fraternidade.

A Economia Social procura sempre através das suas receitas positivas novas valências que garantam a modernidade e novas respostas aos seus associados. A aquisição do Imóvel irá proporcionar aos nossos associados uma melhoria nos serviços já prestados.

**Entrevista 2**

**Nome da Instituição: A Lutuosa de Portugal – Associação Mutualista**

**Morada: Av. dos Aliados, 168 – 1º 4000-065 Porto**

**NIF: 500779082**

**Data de criação: 1927**

**Pessoa entrevistada e função: Almiro Guimarães - Presidente**

**Data: 9/09/2011**

**Q1 Quais as valências que existem? Quais as valências em estudo/projeto desenvolvidas?**

Saúde: Assistência Médica (Cirurgia Geral, Coloproctologia, Liga do Porto).

A nossa associação sendo Societária da Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto, proporciona também aos nossos associados consultas de serviços Médicos de Clínica Geral, Especialidades e um benefício de 15% na aquisição de medicamentos na Farmácia da Liga.

Modalidades Complementares de Segurança Social: Prazo; Prazo com Pagamento Antecipado, Capital Popular e Subsídio de Funeral.

Outras Modalidades: Apoio Jurídico.

A valência desenvolvida é uma ótica em que a inauguração será no dia 30 de Setembro.

**Q2 Quantos Associados é que possuem? Qual o raio geográfico de intervenção?**

Cerca de 3.000 associados. Âmbito Nacional.

**Q3 Qual o tipo e número de elementos da Direção? Quantos Colaboradores existem? Possuem atividades liberais?**

Institucional e são 5 elementos.

Existem 3 funcionários – 1 Departamento Financeiro, 1 Departamento Património

1 Departamento Associativo e com a abertura da ótica serão mais 3 funcionários

Como atividades liberais temos Médico especialidade – coloproctologia, 1 Engenheiro Civil, Actuário, Advogado

**Q4 Quantos protocolos estabelecidos com outras instituições? Quais as iniciativas/atividades de apoio à dinamização da economia local?**

1 Protocolo estabelecido com a ótica.

**Q5 Qual o património que possuem? Quais as fontes de Receita?**

Sede e cerca de 100 imóveis no grande Porto e Vila Nova de Gaia.

Dos associados recebemos a quotização, jóias, serviços prestados na área da saúde e dos imóveis, as rendas sociais. Os imóveis são arrendados aos nossos associados, sendo esta a maior fonte de receita visto que a taxa de ocupação é praticamente 100%.

**Q6 Alguma medida e apoio do Estado?**

Programa de financiamento e apoio à reabilitação Urbana – RECRUA, Comunitário nenhum financiamento.

Programa RECRUA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados.

Tem como objetivo apoiar a execução de obras de conservação e beneficiação em fogos e imóveis arrendados, em estado de degradação, mediante a concessão de uma participação financeira.

Esta participação é a fundo perdido, podendo atingir 65% do valor das obras, e é concedida pela Administração Central, através do Instituto Nacional de Habitação (INH) e pela Administração Local, através da Câmara Municipal de Borba (CMB).

**Q7 O título da minha Tese é: A Economia Social, pilar de um novo modelo de desenvolvimento Económico Sustentável. O que pensa nesta questão?**

Estamos preparados para responder às necessidades de todos os cidadãos. Temos infra-estruturas adequadas e serviços de grande qualidade com preços mutualistas.

Após um período de atrofia do mutualismo, chegou o momento de, mais uma vez repensar e estimular esta prática social de forma a evitar que o seu capital humano e material se degradem e originem ruturas que podem ser irreversíveis. Todos os mutualistas devem colocar em prática os valores que identificam o Mutualismo: liberdade, solidariedade, igualdade, justiça dinamismo e democracia.

**Entrevista 3**

**Nome da Instituição: Liga das Associações de Socorro Mútuo de Vila Nova de Gaia**

**Morada: Rua Marques Sá da Bandeira, 344 4400-217 Vila Nova de Gaia**

**NIF: 501064974**

**Data de criação da Liga: 1905**

**Pessoa Entrevistada e função: Luís Filipe Amorim - Presidente**

**Data: 10/10/2011**

A Liga das associações de Socorro Mútuo de Vila Nova de Gaia é constituída pelas seguintes instituições mutualistas:

A Vilanovense – Associação Mutualista, Associação Oliveirense de Socorros Mútuos, Montepio Vilanovense de Socorro Mútuo Costa Goodolphim.

**Q1 Quais as valências que existem? Quais as valências em estudo/projeto desenvolvidas?**

Assistência Médica e Enfermagem – Especialidades: Alergologia, Cardiologia, Cirurgia geral, Cirurgia plástica, Cirurgia vascular, Clínica geral, Dermatologia, Endocrinologia, Gastrenterologia, Ginecologia/obstetrícia, Medicina dentária, Medicina interna/doenças reumatológicas, Medicina de reabilitação, Nefrologia, Neurologia, Nutrição/dietética, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Pedopsiquiatria, Podologia, Psiquiatria, Urologia, Enfermagem, Exames cardiológicos.

Serviços: Farmácia – Certificada pela APCER (NP EN ISO 9001:2008) e Farmadrive.

Como objetivo a curto prazo e para o reforço da sua posição de referência no movimento mutualista contempla a construção de mais um novo edifício nos terrenos adjacentes. Esta obra cujo projeto está já em elaboração representa uma nova ambição social da Liga, ao criar espaço para abertura de uma Creche, Lar de Terceira Idade e Apoio Domiciliário.

**Q2 Qual o tipo e número de elementos da Direção? Quantos Colaboradores existem? Possuem atividades liberais?**

A Direção da Liga é a mesma da Associação Vilanovense.

Valência Assistência Médica e Enfermagem: 51

42 Médicos + 2 Enfermeiras + 4 Rececionistas + 1 Técnica de Análises + 1 Auxiliar de Acção Médica + 1 Empregada de Limpeza

Farmácia: 23

1 Diretora Técnica + 15 Farmacêuticos + 1 Técnica de Farmácia + 1 Ajudante de Farmácia + 3 Empregadas de Limpeza + 2 Empregadas de Balcão

Serviços Administrativos: 1 Coordenadora

Total 75 pessoas.

Como atividades Liberais temos Médicos, Enfermagem e Paramédicos ou seja 44 pessoas

**Q3 Qual o tipo e número de elementos da Direção? Quantos Colaboradores existem? Possuem atividades liberais?**

Como Presidente gestão profissional, os restantes elementos da Direção são institucionais, sendo no total 5 elementos.

Existem 17 funcionários – 5 administrativos e 12 cobradores.

Na associação não temos atividades liberais.

**Q4 Quantos protocolos estabelecidos com outras instituições? Quais as iniciativas/atividades de apoio à dinamização da economia local?**

2 Protocolos estabelecidos, na área de cardiologia e análises clínicas.

A nível de iniciativas a liga implementou sessões de cariz científico-médico, configuradas de forma a proporcionarem à população de Gaia uma fonte de saber e conhecimentos sobre temas de elevado interesse e atualidade. Pretende-se realizar com uma periodicidade mensal no Auditório da Liga, um conjunto de palestras interativas com o público. Outra iniciativa foi a realização da semana dentária.

**Q5 Qual o património que possuem? Quais as fontes de Receita?**

Sede.

Como fonte de receita os serviços pagos na clínica da Liga e na Farmácia.

**Q6 Alguma medida e apoio do Estado?**

Nenhuma medida de apoio do Estado.

**Q7 O título da minha Tese é: A Economia Social, pilar de um novo modelo de desenvolvimento Económico Sustentável. O que pensa nesta questão?**

A Economia Social é a economia do futuro próximo de uma camada muito significativa da nossa sociedade. Temos excelentes infra-estruturas quer a nível técnico como pessoal. A Economia Social tem capacidade de resposta e tem uma dinâmica própria. Temos bons serviços com bons preços. Este pilar vai ser uma resposta muito importante com o abalo do Sistema Nacional de Saúde pois este sistema prepara-se para fazer novos aumentos nas taxas moderadoras.

A Economia Social procura sempre através do seu resultado positivo novas valências que garantam a modernidade e novas respostas aos seus associados, através de consolidação de projetos, sua viabilidade e o seu estudo de sustentabilidade. A adesão é feita de forma voluntária e solidária existindo um fundo comum gerado pelas quotizações dos mutualistas, o qual permite garantir o seu futuro, bem como o dos seus familiares.

**Entrevista 4**

**Nome da Instituição: A Vencedora – Associação Mutualista**

**Morada: Rua Firmeza, 48 4000-224 Porto**

**NIF: 500746796**

**Data de criação: 1905**

**Pessoa entrevistada e função: Paula Guimarães - Diretora Delegada**

**Data: 10/10/2011**

**Q1 Quais as valências que existem? Quais as valências em estudo/projeto desenvolvidas?**

Saúde: Assistência Médica (Estomatologia, Oftalmologia, Pediatria, e Liga do Porto), Enfermagem ao domicílio, Farmácia, Transporte de Doentes.

A nossa associação sendo Societária da Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto, proporciona também aos nossos associados consultas de serviços Médicos de Clínica Geral, Especialidades e um benefício de 15% na aquisição de medicamentos na Farmácia da Liga.

Modalidades Complementares de Segurança Social: Subsídio de Funeral.

Outras Modalidades: Turismo Social, Apoio Jurídico.

**Q2 Quantos Associados é que possuem? Qual o raio geográfico de intervenção?**

Cerca de 30.000 associados. Âmbito Nacional.

**Q3 Qual o tipo e número de elementos da Direção? Quantos Colaboradores existem? Possuem atividades liberais?**

Institucional e são 5 elementos com uma colaboradora de uma gestão profissional.

Existem 7 funcionários.

Como atividades liberais temos 8 Médicos e 15 cobradores.

**Q4 Quantos protocolos estabelecidos com outras instituições? Quais as iniciativas/atividades de apoio à dinamização da economia local?**

5 Protocolos estabelecidos – A Beneficência Familiar, Sã Vida, SAMS – Quadros As Florinhas do Lar e os Cartolinhas.

Ao nível de iniciativas participamos numa feira – Exposolidariedade em Paços Ferreira Feira da Saúde em Vila D’Este, mês da saúde oral trazendo as crianças para fazerem um check-up oferecendo um brinde e um diploma juntamente com os folhetos da associação e vários eventos de cariz social.

**Q5 Qual o património que possuem? Quais as fontes de Receita?**

Sede.

Dos associados recebemos a quotização, jóias e serviços prestados na área da saúde.

**Q6 Alguma medida e apoio do Estado?**

Não, nenhuma medida de apoio do Estado.

**Q7 O título da minha Tese é: A Economia Social, pilar de um novo modelo de desenvolvimento Económico Sustentável. O que pensa nesta questão?**

Vivemos uma conjuntura económica em que o endividamento e o desemprego são as principais ameaças à estabilidade das famílias. Se esta situação persistir, o Estado Social terá dificuldade em responder aos novos desafios que se vão colocando aos cidadãos. Devido aos apoios do Estado como subsídio de desemprego e rendimento de inserção social durante anos as pessoas não se preocuparam muito com a necessidade de um aforro.

Neste momento verificamos que o Estado está a diminuir as suas responsabilidades em todas as áreas principalmente na área da Saúde, assim sendo, a Economia Social está preparada para responder a estas necessidades a preços mutualistas com excelentes serviços de qualidade.

**Entrevista 5**

**Nome da Instituição: Associação de Socorros Mútuos Familiar Vimaranesse**

**Morada: Rua Serpa Pinto, 362 4800-455 Guimarães**

**NIF: 501070664**

**Data de criação: 1908**

**Pessoa entrevistada e função: João Paulo Rodrigues - Tesoureiro da Direção**

**Data: 12/10/2011**

**Q1 Quais as valências que existem? Quais as valências em estudo/projeto desenvolvidas?**

Saúde: Assistência Médica e Enfermagem (Alergologia, Alergologia Pediátrica, Cardiologia, Cardiologia Pediátrica, Cirurgia Geral, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Plástica, Cirurgia Vascular, Clínica Geral e Medicina Familiar, Dermatologia, Electromiografia, Electroencefalografia, Endocrinologia, Gastrenterologia, Ginecologia/Obstetrícia, Imunoalergologia, Medicina Dentária, Medicina Interna, Nefrologia, Neurologia, Nutrição, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Pediatria, Pedopsiquiatria, Pneumologia, Podologia, Psiquiatria Terapia da Fala, Urologia).

Modalidades Complementares de Segurança Social: Subsídio de Sobrevivência, Subsídio a Prazo e Subsídio de Funeral.

Outras Modalidades: Secção Funerária.

Como nova valência estamos a desenvolver um projeto para apoio domiciliário e Creche.

**Q2 Quantos Associados é que possuem? Qual o raio geográfico de intervenção?**

Estamos a manter um equilíbrio, por isso os novos associados compensam os que saem por abandono ou por falecimento, sendo neste momento cerca de 19.000. Nos Estatutos neste momento ainda está limitado pela área geográfica ou seja no Concelho de Guimarães e limítrofes, mas brevemente iremos alterar os Estatutos para ser no âmbito Nacional.

**Q3 Qual o tipo e número de elementos da Direção? Quantos Colaboradores existem? Possuem atividades liberais?**

Institucional e são 7 elementos com uma colaboradora de uma gestão profissional.

Existem 9 funcionários.

Como atividades liberais temos 6 Médicos e 2 Enfermeiros.

**Q4 Quantos protocolos estabelecidos com outras instituições? Quais as iniciativas/atividades de apoio à dinamização da economia local?**

Temos vários Acordos e Protocolos, sendo 37 Especialidades Médicas, 3 em Outros Serviços como Advocacia, Óticas, Agências de Viagens, e 3 em Serviços ao Domicílio como Enfermagem, Fisioterapia e Transporte de Doentes.

Ao nível de iniciativas realizamos uma ação promocional na Expo Guimarães, e a distribuição de um livro pelas escolas quando a nossa Instituição fez 100 anos.

**Q5 Qual o património que possuem? Quais as fontes de Receita?**

Sede.

Dos associados recebemos a quotização, jóias e serviços prestados na área da saúde.

**Q6 Alguma medida e apoio do Estado?**

O único contributo foi ter recebido um apoio da Câmara Municipal de Guimarães e Montepio para colocar um elevador para as pessoas que tenham uma mobilidade reduzida possam ir aos serviços médicos.

**Q7 O título da minha Tese é: A Economia Social, pilar de um novo modelo de desenvolvimento Económico Sustentável. O que pensa nesta questão?**

Estamos a atravessar um momento de crise porém, a crise constitui, também uma oportunidade para testar a capacidade associativa. Para diminuir estas dificuldades exige-se, cada vez mais, a nossa mobilização para o exercício da solidariedade e da reciprocidade, ou seja, o mutualismo. É verdade que temos benefícios pois estamos isentos de IRC e qualquer tipo de taxa mas não é menos verdade que os serviços que oferecemos são de grande qualidade e pois isso faz com que o Estado se liberte também de algumas responsabilidades diminuindo os seus gastos.

Os associados são simultaneamente os beneficiários e os gestores dos benefícios, em que a sua quotização é a contribuição que garante os benefícios. Esta adesão implica que o cidadão se torne verdadeiramente consciente dos problemas que o rodeiam.

**Entrevista 6**

**Nome da Instituição: A Familiar de Espinho Associação de Socorros Mútuos**

**Morada: Rua Vinte e Dois, 327**

**4500-273 Espinho**

**NIF: 500953317**

**Data de criação: 1894**

**Pessoa entrevistada e função: José Almeida - Diretor Delegado**

**Data: 12/10/2011**

**Q1 Quais as valências que existem? Quais as valências em estudo/projeto desenvolvidas?**

Saúde: Assistência Médica.

Modalidades Complementares de Segurança Social: Subsídio de Funeral.

Outras Modalidades: Apoio Jurídico.

A Instituição está a desenvolver uma nova valência que já se encontra aprovado pelo INFARMED que é a realização de uma Farmácia na nossa Sede.

**Q2 Quantos Associados é que possuem? Qual o raio geográfico de intervenção?**

Até 1998 o número de associados cresceu mas a partir daí tem sido um pouco de decréscimo pelo abandono. Neste momento temos cerca de 4.000 associados. Âmbito Nacional.

**Q3 Qual o tipo e número de elementos da Direção? Quantos Colaboradores existem? Possuem atividades liberais?**

Institucional e são 5 elementos.

Não temos colaboradores no quadro. Como atividades liberais temos 3 cobradores e em regime de outsourcing a contabilidade.

**Q4 Quantos protocolos estabelecidos com outras instituições? Quais as iniciativas/atividades de apoio à dinamização da economia local?**

Temos cerca de 40 Protocolos. Áreas de Oftalmologia, Clínicas Dentárias, Centro Clínicos, Serviços Médicos, Consultas Jurídicas, Educação e Deporto.

**Q5 Qual o património que possuem? Quais as fontes de Receita?**

Sede.

Dos associados recebemos a quotização, jóias e serviços prestados na área da saúde.

**Q6 Alguma medida e apoio do Estado?**

Não, nenhuma medida de apoio do Estado.

**Q7 O título da minha Tese é: A Economia Social, pilar de um novo modelo de desenvolvimento Económico Sustentável. O que pensa nesta questão?**

Se formos criadores e se estivermos atentos às carências que a população necessita podemos crescer muito mais pois os associados só têm a ganhar. O Estado devia partilhar mais as suas responsabilidades pois a Economia Social cria muitos postos de trabalho, fazendo com que haja desenvolvimento local e uma maior coesão social. Do Estado não precisamos de dinheiro mas sim de mais apoio pois temos sido confrontados com diminuição de benefícios como o exemplo o aumento da taxa de Segurança Social a eliminação parcial da restituição do IVA e a eliminação da quotização como dedução Fiscal.

## **Entrevista 7**

**Nome da Instituição: A Previdência Portuguesa - Associação Mutualista**

**Morada: Rua de Sofia, 193 – Apart. 29 3001-901 Coimbra**

**NIF: 500987416**

**Data de criação: 1929**

**Pessoa entrevistada e função: Miguel Lucas - Diretor Delegado**

**Data: 13/10/2011**

### **Q1 Quais as valências que existem? Quais as valências em estudo/projeto desenvolvidas?**

Saúde: Clínica Geral, Enfermagem, Especialidades.

Modalidades Complementares de Segurança Social: 10 Modalidades de Benefícios: Sobrevivência; Prazo com Opções; Plano Poupança-Juventude; Plano Poupança-Educação; Duplo de Sobrevivência e Prazo; Prazo com Pagamentos Antecipados; Capitais Diferidos com Opção; Periódico com Opções; Capital de Reforma; Rendas Vitalícias.

Outras Modalidades: Jardim de Infância; Residências para Estudantes.

### **Q2 Quantos Associados é que possuem? Qual o raio geográfico de intervenção?**

Cerca de 7.500 associados. Âmbito Nacional.

### **Q3 Qual o tipo e número de elementos da Direção? Quantos Colaboradores existem? Possuem atividades liberais?**

Institucional e são 5 elementos.

Existem 10 funcionários na Sede e 22 no Jardim Infância.

Como atividades liberais temos 12 prestadores de serviços.

### **Q4 Quantos protocolos estabelecidos com outras instituições? Quais as iniciativas/atividades de apoio à dinamização da economia local?**

Protocolos na área da Medicina, Farmácia, Escola Superior de Educação. O protocolo alcançado pelo Estado só abrange o Jardim de Infância.

Ao nível de iniciativas realizamos Passeio Anual, Corridas da Juventude, (estas duas iniciativas já terminaram) e participamos em vários Congressos Nacionais e Internacionais.

**Q5 Qual o património que possuem? Quais as fontes de Receita?**

Sede.

Dos associados recebemos a quotização, jóias, rendas de casas, mensalidade dos associados que têm os filhos no Jardim de Infância.

**Q6 Alguma medida e apoio do Estado?**

Do Estado uma percentagem que dá por cada criança no Jardim de Infância.

**Q7 O título da minha Tese é: A Economia Social, pilar de um novo modelo de desenvolvimento Económico Sustentável. O que pensa nesta questão?**

A Economia Social tem um potencial enorme que não tem sido aproveitado. Tendo em conta às condições económicas e financeiras é claramente um modelo em que o Estado e os cidadãos devem prestar mais atenção e integrar-se nele, já que claramente é mais benéfico. Neste período de incerteza e de conjuntura negativa, as mutualidades têm de encontrar mecanismos e formas de angariar associados, criar novos procedimentos de benefícios e apoio aos associados.

**Entrevista 8**

**Nome da Instituição: Associação de Socorros Mútuos Familiar dos Empregados no Comércio e Indústria**

**Morada: Rua da Palma, 237**

**1100-391 Lisboa**

**NIF: 500032424**

**Data de criação: 1854**

**Pessoa entrevistada e função: António Lopes Pereira - Chefe de Serviços**

**Data: 17/10/2011**

**Q1 Quais as valências que existem? Quais as valências em estudo/projeto desenvolvidas?**

Saúde: Assistência Médica e Enfermagem (Análises Clínicas, Anestesiologia, Cardiologia, Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Clínica Dentária, Clínica Médica, Consulta 3ª Idade, Hematológica, Dermatologia, Ecocardiogramas, Ecografias, Electrocardiogramas, Electroencefalogramas, Endocrinologia, Endoscopias, Fisiatria, Gastrenterologia, Ginecologia/Obstetrícia, Oftalmologia, Ortopedia e Traumatologia, Otorrinolaringologia, Mamografias, Neurocirurgia, Neurologia, Psicologia,

Psiquiatria, Pediatria Médica, Radiodiagnóstico, Reumatologia, Transfusões de Sangue, Tratamentos, Urologia).

Modalidades Complementares de Segurança Social: Durante muitos anos a Associação tinha estas modalidades (Capitais por morte, Pensões complementares, e Subsídio por morte).

A Instituição este ano desenvolveu uma nova valência, ou seja, as pessoas que necessitarem de algum apoio mais cuidado podem ficar internadas na clínica.

**Q2 Quantos Associados é que possuem? Qual o raio geográfico de intervenção?**

Neste momento temos aproximadamente 9.000 associados e cerca de 70 000 familiares de associados. Âmbito Nacional.

**Q3 Qual o tipo e número de elementos da Direção? Quantos Colaboradores existem? Possuem atividades liberais?**

Institucional e são 5 elementos.

Existem 66 funcionários.

Como atividades liberais temos 96, incluindo médicos, enfermeiros e paramédicos.

**Q4 Quantos protocolos estabelecidos com outras instituições? Quais as iniciativas/atividades de apoio à dinamização da economia local?**

Existem vários acordos:

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Administração Regional de Saúde do Algarve, Coimbra, Alentejo e Porto

Direção Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (A.D.S.E)

Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Assistência na Doença aos Militares da Armada (A.D.M.A)

Montepio Comercial e Industrial

Serviços de Assistência Médico-Social do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (S.A.M.S)

Tribunal de Trabalho de Lisboa

Serviço de Assistência na Doença da Policia de Segurança Pública – SAD P.S.P

**Q5 Qual o património que possuem? Quais as fontes de Receita?**

Sede e mais dois Imóveis.

Dos associados recebemos a quotização, jóias e serviços prestados na área da saúde.

**Q6 Alguma medida e apoio do Estado?**

Não temos apoio nenhum do Estado. Os Acordos que temos como pertencem a organismos públicos o dinheiro que nos é devido chegam a existir um atraso de 120 dias, o que torna por vezes muito difícil fazer face a todos os compromissos que temos.

**Q7 O título da minha Tese é: A Economia Social, pilar de um novo modelo de desenvolvimento Económico Sustentável. O que pensa nesta questão?**

Estamos a atravessar uma crise que avassala a Nação. Assiste-se ao endividamento das famílias, a multiplicação de pedidos de ajuda às instituições, a precariedade do emprego, a diminuição de investimentos. Isto afeta todas as instituições do País.

A crise também pode ser uma ponte para inovar, criando novas modalidades sustentáveis angariando assim mais associados. Através de uma quota mensal que cada um contribui, serve o bem-estar de todos podendo assim ajudar os que mais precisam. Nós temos excelentes serviços a preço baixos.

**Entrevista 9**

**Nome da Instituição: A Benéfica e Previdente Associação Mutualista**

**Morada: Rua dos Bragas, 68 4050-122 Porto**

**NIF: 505992779**

**Data de criação: 2002**

**Pessoa entrevistada e função: Carlos Salgueiral – Presidente do Conselho de Administração**

**Data: 18/10/2011**

**Q1 Quais as valências que existem? Quais as valências em estudo/projeto desenvolvidas?**

Saúde: Especialidades (Clínica Geral, Nutrição, Dermatologia, Psicologia, Ortopedia, Cardiologia, Pediatria, Ginecologia-Obstetrícia; Exames Complementares (Audiometria, Timpanometria, Reflexos de estribo, Endoscopia Laríngea, Endoscopia Nasal), Assistência médica domiciliária (noturna).

A nossa associação sendo Societária da Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto, proporciona também aos nossos associados consultas de serviços Médicos de Clínica Geral, Especialidades e um benefício de 15% na aquisição de medicamentos na Farmácia da Liga.

Modalidades Complementares de Segurança Social: Subsídio a Prazo, Subsídio a Prazo com Pagamento Certo, Subsídio Repartido, Sobrevivência.

Outras Modalidades: Apoio ao Idoso (SAD – Serviço de Apoio Domiciliário, RAT – Residências de Acolhimento Temporário).

Apoio à Infância (Creche, Pré-Escolar, Catl).

Apoio Social (Centro Comunitário, Centro de Convívio, Transporte de Utentes, Rendimento social de Inserção).

Turismo Social (Moradia Turística Abrigo da Geira – Gerês).

Como serviço lucrativo temos a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho – Técnicos especializados nas áreas de Medicina no Trabalho, Higiene e Segurança, Higiene Alimentar, Saúde Ambiental e Seguros.

**Q2 Quantos Associados é que possuem? Qual o raio geográfico de intervenção?**

Cerca de 4.000 associados. Âmbito Nacional.

**Q3 Qual o tipo e número de elementos da Direção? Quantos Colaboradores existem? Possuem atividades liberais?**

O Conselho de Administração é formado por 5 elementos, só o Presidente é que é remunerado.

Temos 80 funcionários. Como atividades liberais temos, Técnico Oficial de Contas, Formador, Revisor Oficial de Contas.

**Q4 Quantos protocolos estabelecidos com outras instituições? Quais as iniciativas/atividades de apoio à dinamização da economia local?**

Temos no total 7 Protocolos:

A Beneficência Familiar

Endocrinologia

Alergologia/Pneumologia

Reumatologia

Gastrenterologia

Cirurgia Geral/Vascular

Consulta de Oncologia

A nível de iniciativas ao empreendedorismo estamos a implementar um cartão que surge da causa das necessidades de proteção social do alargamento dos serviços de saúde.

**Q5 Qual o património que possuem? Quais as fontes de Receita?**

Cerca de 10 prédios. As fontes de receita a nível de modalidades mutualistas são a quotas e jóias, a nível de valências.

A nível de valências temos como receitas o Apoio à Infância; Apoio Social; Turismo Social; Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e Seguros.

**Q6 Alguma medida e apoio do Estado?**

Os apoios que temos do Estado são na área social e na formação.

**Q7 O título da minha Tese é: A Economia Social, pilar de um novo modelo de desenvolvimento Económico Sustentável. O que pensa nesta questão?**

A associação foca-se nos vários problemas sociais dos seus associados em particular, e da comunidade envolvente em geral. A crise pode ser uma janela de oportunidade para a Economia Social porque temos um modelo de gestão diferente de outras Instituições de Solidariedade Social (ex: Misericórdias) pois estão muito dependentes das convenções e participações. Nas associações mutualistas não decorre essa dependência, pois a principal receita advém da quotização dos associados, possuímos também outras valências como a creche ou o lar em que recebemos uma parte do Estado mas temos sempre as nossas contas equilibradas por existir uma gestão bem controlada.

Constatamos com alguma tristeza, que a Economia Social tem pouca visibilidade o que provoca um obstáculo. No modelo que se avizinha, a Economia Social pode aumentar o número de associados pois o mutualismo visa o auxílio mútuo das pessoas em situações de carência ou melhoramento das suas condições de vida.

## **Entrevista 10**

**Nome da Instituição: Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM)**

**Morada: Rua Áurea, 219-241 Apartado 2882 1122-806 Lisboa**

**NIF: 500766681**

**Data de criação: 4 de Outubro de 1840**

**Pessoa entrevistada e função: José Alberto Pitacas - Diretor no Gabinete de Dinamização Associativa**

**Data: 24/10/11**

**Respondida por e-mail**

### **Q1 Quais as valências que existem? Quais as valências em estudo/projeto desenvolvidas?**

O MGAM tem diversas modalidades de segurança social, complementares ao sistema público.

São modalidades de previdência que cobrem eventualidades e riscos sociais, como a velhice, a morte e a invalidez.

Eis algumas das modalidades de subscrição individual: Montepio Proteção Vida, Montepio Proteção 5 em 5, Montepio Proteção Invalidez, Montepio Proteção sub-25, Montepio Poupança Complementar, Montepio Poupança Reforma, Montepio Capital Certo, Montepio Pensões de Reforma, Montepio Proteção de Encargos.

Existem ainda modalidades de subscrição coletiva, resultantes de acordos com empresas e outras entidades.

O MGAM não tem valências no domínio da saúde e da ação social. Nestes domínios, o MGAM tem privilegiado a celebração de parcerias que permitem uma prestação de serviços mais acessível aos seus associados.

Para além das modalidades, o MGAM realiza atividades no domínio da formação e lazer, para os seus associados, nomeadamente cursos de iniciação à internet, passeios com história, atividades ao ar livre, concursos, visitas guiadas a exposições, conferências, etc.

### **Q2 Quantos Associados é que possuem? Qual o raio geográfico de intervenção?**

Em Setembro deste ano, o MGAM tinha 493.823 associados, dos quais 6.258 residentes fora de Portugal. Os associados residentes em Portugal estavam distribuídos por todo o país, com maior peso absoluto em Lisboa, Porto, Setúbal, Braga, Aveiro e Faro e maior peso no total da população residente, na Região Autónoma dos Açores, Lisboa, Castelo Branco, Setúbal, Faro e Porto.

O MGAM tinha associados de todas as idades, com uma idade média de 37 anos, tendo 55% dos associados idade inferior a 40 anos.

**Q3 Qual o tipo e número de elementos da Direção? Quantos Colaboradores existem? Possuem atividades liberais?**

O MGAM tem diversos órgãos associativos: a Assembleia Geral onde participam todos os associados adultos, com pelo menos dois anos de vida associativa, a Mesa da Assembleia Geral (3 membros), O Conselho de Administração (5 membros), o Conselho Fiscal (3 membros) e o Conselho Geral (23 membros, onde se incluem, por inerência, os 11 membros dos órgãos anteriores). Os titulares destes órgãos são os mesmos dos órgãos institucionais da Caixa Económica do Montepio Geral, instituição de crédito anexa ao MGAM e por ele detida plenamente.

O MGAM tem ao seu serviço 87 trabalhadores que se encontram cedidos ocasionalmente pela Caixa Económica. O MGAM tem ainda alguns colaboradores em regime de prestação de serviços, sobretudo na área jurídica e da consultoria financeira.

**Q4 Quantos protocolos estabelecidos com outras instituições? Quais as iniciativas/atividades de apoio à dinamização da economia local?**

O MGAM tem protocolos de cooperação com diversas entidades, com vista à obtenção de melhores condições de acesso ou de preço a bens e serviços, por parte dos seus associados. Assim, no final de 2010, o MGAM tinha acordos com 616 entidades, num total de 1.689 pontos de desconto, em áreas como a saúde, óticas, turismo e desporto. O MGAM tem uma parceria estratégica com a Repsol para desconto no abastecimento de combustíveis.

O MGAM tem ainda disponibilizado o acesso a serviços de apoio domiciliário e de residência, através da empresa Residências Montepio – Serviços de Saúde, participada pelo MGAM e que integra o Grupo Montepio.

Para além destas parcerias, importa sublinhar os acordos celebrados pela Caixa Económica do Montepio Geral com diversas empresas e entidades do Terceiro Setor, assim como a atividade da Fundação Montepio Geral (fundada pelo MGAM), no domínio da ligação à comunidade (ver Relatório e Contas de 2010 do Montepio, pp. 36-38).

Programa de Voluntariado Empresarial.

O Conselho de Administração manteve, em 2010, o incentivo à participação dos seus colaboradores nas iniciativas de Voluntariado Empresarial, de molde a fomentar a coesão entre as dimensões interna e externa da Responsabilidade Social corporativa, envolvendo os colaboradores na efetivação da solidariedade e transmitindo à comunidade que estas iniciativas não são meras operações de charme, antes constituem uma atitude global da Instituição perante a sociedade.

O número de voluntários inscritos ascendeu aos 545, o que corresponde a 18% dos colaboradores, tornando o Montepio numa das organizações com maior número de colaboradores interessados neste domínio da cidadania activa.

Foram realizadas 15 acções coletivas e 35 acções individuais de voluntariado de competências.

(Educação Financeira, Aprender a Empreender, Braço Direito e acções de Dinamização dos Associados), nas quais participaram 177 voluntários, beneficiando direta e indiretamente mais de 3 mil pessoas.

Comunidade e Solidariedade Social.

O fato da conjuntura atual reivindicar um diálogo mais amplo e construtivo entre os agentes do setor financeiro e a denominada Economia Social, levou a que o Montepio, enquanto Grupo particularmente posicionado neste quadrante, considerasse como orientação estratégica fundamental o desenvolvimento, com melhor organização e maior comunicação, do seu compromisso com os propósitos da Responsabilidade Social, nos apoios à comunidade e de solidariedade social.

Neste domínio cabe à Fundação Montepio um papel essencial, enquanto organização que efetiva as relações de cooperação e canaliza para a comunidade apoios, que advêm quer do seu próprio orçamento anual, quer do comissionamento inerente ao Cartão de Crédito Mais Vida, quer da consignação voluntária anual da coleta de IRS transferida pela administração fiscal. Para a operacionalização da missão e dos objetivos da Fundação concorre a intervenção do Gabinete de Responsabilidade Social, órgão diretamente dependente do Conselho de Administração.

Em 2010, foram analisados cerca de 600 propostas e projetos, realizadas mais de 200 visitas e reuniões de avaliação, que se vieram a materializar em apoios financeiros de 1.670.229,82 euros — provenientes da Fundação Montepio — concedidos a 158 instituições, das quais, 45% já haviam sido alvo de apoio em ocasiões anteriores, servindo-se assim o propósito de garantir a sustentabilidade e acompanhamento das intervenções. Incluídos naquele montante e com o objetivo de qualificar as estruturas da economia social e melhorar as suas intervenções, atribuíram-se donativos a 128 entidades num valor total superior a 998 mil euros, a que correspondeu um apoio médio por entidade na ordem dos 7.800 euros.

Num esforço de disseminar os apoios por todo o território nacional, cerca de 40% (51 entidades) do total de entidades apoiadas operam à escala nacional, enquanto 25% (32 entidades) das mesmas centram a sua intervenção nos distritos de Lisboa e Porto, zonas onde radicam parte significativa dos fenómenos de exclusão e de vulnerabilidade social.

Como áreas de apoio abrangidas, foram privilegiadas as áreas da Solidariedade Social e Saúde e a área da Educação e Formação. Na área da Solidariedade Social e Saúde, a Fundação apoiou 87 instituições com um valor total de 597.296,97 euros. Destacam-se os apoios concedidos à Cáritas, no âmbito da ajuda Humanitária para com as Vítimas da Madeira (150 000 euros), ao projeto “Os mais sós”, para combate ao isolamento dos idosos, e à Fundação da Juventude para a criação de um centro de acolhimento para mães adolescentes.

No âmbito da Saúde, foram muitas as entidades que contaram com a parceria do Montepio, salientando-se a Fundação Portuguesa de Cardiologia, a Associação Alzheimer Portugal e a Fundação Ernesto Roma, que graças ao envolvimento comprometido do Montepio, puderam dar boa continuidade às suas ações de informação e de apoio aos doentes, seus associados. A nível da Educação e Formação foram abrangidas cerca de 18 entidades com um total de 206.797,50 euros.

Destaca-se aqui o Projeto do Prémio Escolar Montepio que, em 2010, permitiu atribuir um donativo unitário de 25.000 euros a 4 escolas que apresentaram os melhores projetos. Nesta dimensão merece destaque o Programa de Educação Financeira do Montepio (para crianças e adultos) implementado em parceria com entidades externas, com particular realce para a colaboração da Associação Nacional de Ação Familiar (ANJAF) e que em 2010 foi distinguida com um Prémio da Organização Mundial da Família. Através desta iniciativa o Montepio contribuiu para o combate da iliteracia financeira e formou mais de 2 500 pessoas.

No campo do Empreendedorismo e da Economia Social, sublinhamos a participação do Montepio na Comissão de Acompanhamento do Microcrédito, bem como na estruturação do programa, na formação dos dinamizadores e tutores de proximidade e no acompanhamento e monitorização da fase inicial de lançamento da parceria com a REAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza).

O Montepio deu ainda continuidade aos projetos Frota Solidária, Reis por Um Dia e Cartão de Crédito.

Mais Vida, escrutinando as entidades beneficiárias tendo em conta o impacto das respetivas atividades no seio das comunidades abrangidas.

Através destes projetos foi possível auxiliar mais 30 instituições, tendo sido atribuídas 16 viaturas adaptadas no contexto da Frota Solidária e concedidos apoios financeiros no total de 639.965,75 euros a mais 14 entidades.

De realçar ainda o acompanhamento das 19 instituições que ao longo de 2010 beneficiaram do Espaço.

Incluar e das 2.950 crianças e jovens (pertencentes a 31 escolas) que beneficiaram das entradas gratuitas nos espectáculos do Til (Teatro Infantil de Lisboa) e Arte D'Encantar.

Por fim, e ainda neste campo de interligação com o Terceiro Setor, o Montepio consolidou 12 protocolos de cooperação, supervisionados pelo Gabinete de Responsabilidade Social, dos quais se salientam os celebrados com a Liga dos Bombeiros Portugueses, a Confederação das Coletividades de Cultura e Recreio, o Museu da Criança e Associação Portuguesa para o Ensino dos Cegos.

Com o objetivo de difundir as práticas de responsabilidade ética do Montepio e promover a reflexão crítica sobre responsabilidade social, foi assegurada a representação externa em mais de 50 eventos, destacando-se o envolvimento ativo em estruturas como o Grupo de Reflexão para a Cidadania.

Empresarial (GRACE), a Juniores Achievement, o Centro Nacional de Fundações, o Comité de Responsabilidade Social do European Savings Banks, a Associação de Responsabilidade Social Portugal, a Rede Local de Acção Social de Lisboa e o Conselho Português para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD).

#### **Q5 Qual o património que possuem? Quais as fontes de Receita?**

O MGAM tinha, no final de 2010, um Activo Total Líquido de 2.759,3 milhões de euros, repartido, essencialmente, por Investimentos Financeiros (84,7%), com destaque para a Participação Institucional na Caixa Económica (29%), e por Imóveis e outras Imobilizações Corpóreas (1,7%) e Depósitos Bancários (12,5%).

O Capital Próprio (Activo Líquido – Passivo) era de 410,6 milhões de euros, formado por reservas e excedentes técnicos.

Durante o ano de 2010, o MGAM teve proveitos de 643,8 milhões de euros, provenientes, no essencial, de Proveitos Inerentes a Associados - quotizações e redução das reservas matemáticas (86,1%), de Proveitos Financeiros – juros, rendimentos de imóveis e rendimentos de participações financeiras (9,5%) e de Rendimentos da Participação na Caixa Económica – resultados da Caixa Económica (3,2%).

#### **Q6 Alguma medida e apoio do Estado?**

O MGAM não recebe qualquer subsídio do Estado.

Pela sua natureza institucional, o MGAM está isento de tributação em sede de IRC, tal como as demais mutualidades e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

#### **Q7 O título da minha Tese é: A Economia Social, pilar de um novo modelo de desenvolvimento Económico Sustentável. O que pensa nesta questão?**

O Montepio, a maior associação mutualista do País e instituição financeira entre as líderes no plano nacional, é parceiro da sociedade civil e sustenta a sua atividade em sólidas bases de solidariedade inter pares, em linha com as melhores práticas de Responsabilidade Social (RSE) e ética corporativa.

Ao defender que só a partilha do risco e a solidariedade da ação podem ser receitas de sucesso, esta Instituição assume a dupla qualidade de empresa e de mutualidade, posiciona-se como entidade-ponte entre o Setor Solidário e o lucrativo e como parceiro do Estado no desenvolvimento sustentado de uma política de inclusão.

Enquanto instituição do Setor da Economia Social, tem por missão colocar o progresso económico ao serviço dos associados, dos clientes e da comunidade e não encara outro futuro que o de continuar a prestigiar o mutualismo, a apoiar as famílias, as empresas e os projetos empreendedores, com seriedade, transparência, rigor, ética e humanismo.

Para tal, alinha a sua atuação pelas melhores práticas de RSE, defendendo um envolvimento crescente do mundo empresarial na resolução das questões sociais, a promoção de uma sociedade inclusiva e o desenvolvimento de uma cidadania consciente, que garanta uma proteção social de qualidade ao longo do ciclo de vida dos indivíduos e a disseminação da solidariedade pela comunidade.